



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES - CCHLA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA – PPGS

HÉLIDA MAGALHÃES DA COSTA LIMA

MÃES, CUIDADORAS E BEBÊS: a invenção da creche e a nova família

JOÃO PESSOA – PB
2018

HÉLIDA MAGALHÃES DA COSTA LIMA

MÃES, CUIDADORAS E BEBÊS: a invenção da creche e a nova família

Texto apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para obtenção do título de Doutor.

Linha de Pesquisa: Relações de Gênero e Sexualidade

Orientador: Prof. Dr. Adriano Azevedo G. de León

JOÃO PESSOA – PB

2018

L732m Lima, Hélida Magalhães da Costa.

Mães, cuidadoras e bebês: a invenção da creche e a nova família / Hélida Magalhães da Costa Lima. - João Pessoa, 2018.

145 f.

Orientação: Adriano Azevedo G de León.

Tese (Doutorado) - UFPB/CCHLA.

1. Sociologia. 2. Creche - Bebê. 3. Berçarista e bebê. 4. Mãe e berçaristas. 5. Creche Delegada Maria Tereza/PB. I. León, Adriano Azevedo G de. II. Título.

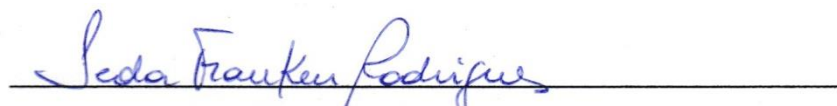
UFPB/BC

HÉLIDA MAGALHÃES DA COSTA LIMA

MÃES, CUIDADORAS E BEBÊS: a invenção da creche e a nova família

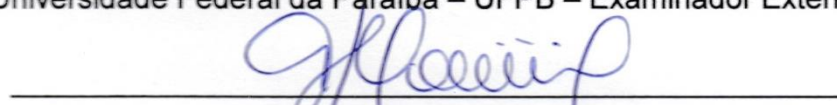
Texto apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para obtenção do título de Doutor.

BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Ieda Franken

Universidade Federal da Paraíba – UFPB – Examinador Externo



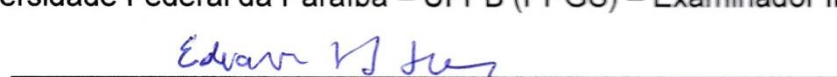
Profa. Dra. Mônica Correia

Universidade Federal da Paraíba – UFPB – Examinador Externo



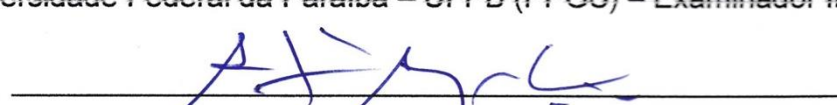
Profa. Dra. Flávia Ferreira Pires

Universidade Federal da Paraíba – UFPB (PPGS) – Examinador Interno



Prof. Dr. Eduardo Sérgio Soares Sousa

Universidade Federal da Paraíba – UFPB (PPGS) – Examinador Interno



Prof. Dr. Adriano Azevedo Gomes de León

Universidade Federal da Paraíba – UFPB (PPGS) – Orientador

DEDICATÓRIA

Às minhas filhas Diana e Júlia com quem pude viver a experiência única e surpreendente da maternagem e que, em certa medida, a reatualizaram ao me tornar avó de Isadora, Miguel e Sofia.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, por tudo e pelo que sou hoje.

Ao meu orientador e amigo, Adriano de Leon, que me encorajou e me escolheu como sua orientanda. Agradeço por ter me dado a chance de dar continuidade, por meio do doutorado, a minha pesquisa com creches. Seu incentivo, apoio, carinho e orientação, foram fundamentais para realizar este trabalho.

À amiga-irmã Henriqueta Lúcia Arcoverde de Melo por sempre estar ao meu lado nos momentos mais importantes e decisivos da minha vida pessoal e profissional. A sua cumplicidade, disponibilidade, seus conhecimentos e sua prática psicanalítica foram essenciais para realização e finalização da tese.

Ao sempre presente (*in memoriam*) amigo, psicanalista, professor e supervisor Luís Maia, pela sua generosidade em transmitir seus conhecimentos, seus ensinamentos e sua cultura durante todo o tempo em que pude desfrutar de sua companhia.

À diretora da Creche Delegada Maria Tereza de Sousa Leite, Rosilene da Silva Santana, por possibilitar a realização desta pesquisa.

Às mães entrevistadas dos bebês dos berçários I e II por gentilmente e calorosamente participarem das entrevistas, sem as quais este trabalho não se concretizaria.

Às berçaristas entrevistadas da Creche Delegada Maria Tereza de Sousa Leite pela receptividade com que acolheram a minha demanda e compartilharam suas experiências como mulheres, mães e trabalhadoras.

Ao professor e amigo Fernando César Andrade pela leitura atenta e cuidadosa do texto e por seus comentários profícuos como membro da Banca de Qualificação da tese.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Sociologia com os quais pude iniciar meus estudos na Sociologia e, ao mesmo tempo, estabelecer um diálogo com as ideias da Psicanálise.

Aos queridos (as) amigos (as) psicanalistas: Andréa, Anna Bethania, Germana, Katherinne e Romero por estarem sempre por perto me apoiando nesta longa caminhada.

À Ana Carmen, Valéria e Álvaro companheiros de turma do Doutorado e que continuam presentes por meio dos laços de amizade que estabelecemos.

Aos meus irmãos, em especial Maria Helena e Henrique, pelo incentivo sempre constante para realização deste trabalho.

Ao Departamento de Psicologia e a todos os colegas que me incentivaram e contribuíram assumindo minhas disciplinas durante o tempo do meu afastamento docente.

RESUMO

Com este estudo, pretendeu-se avaliar a repercussão das mudanças sociais na formação da família contemporânea, no que diz respeito à relação entre mães de bebês e de funcionárias de uma creche Municipal da Cidade de João Pessoa - Paraíba com essa instituição. Pretende-se, em especial, identificar a percepção das mães e das berçaristas, Berçários I e II, acerca dos trabalhos desenvolvidos com os bebês na referida instituição. As entrevistas foram realizadas pela autora deste estudo na creche ou na residência das entrevistadas, sendo todas gravadas e transcritas na íntegra. A pesquisa se apoiou no método descritivo e qualitativo, e os dados obtidos foram analisados a partir do Método da Análise de Conteúdo. Na discussão, identificou-se, as percepções das entrevistadas sobre a creche e sobre o trabalho ali desenvolvido. Observou-se, nas entrevistas, manifestações de angústias e estranheza por parte das mães, bebês e berçaristas, em face da inexistência de um tempo destinado à adaptação dos atores envolvidos na situação. Por fim, a partir do cotejo entre as teorias estudadas, o Projeto Político-Pedagógico e a prática da Instituição, são ressaltados aspectos importantes que deveriam ser implementados, com efetividade, não apenas na creche estudada, mas em todas as Instituições da Educação Infantil.

Palavras-chave: Creche. Bebê. Mãe. Berçarista. Cuidar.

ABSTRACT

The purpose of this study was to evaluate the impact of social changes in the formation of today's family as regards the relationship between mothers of babies and employees of a day care center run by the city government in João Pessoa - Paraíba with that institution. In particular, the piece of research intended to identify the perception of the mothers and the nurses, Berçários I and II, about the work developed with the babies in that institution. The interviews were carried out by the author of this research project in the day care center or in the interviewees' residence, all of which were fully recorded and transcribed. The study was based on the descriptive and qualitative method, and the data obtained was analyzed using the Content Analysis Method. In the discussion, we identified the perceptions of the interviewees about the day care center and the work developed there. During the interviews, there were manifestations of distress and strangeness on the part of mothers, infants and nurses, due to the lack of time for the adaptation of the actors involved in the situation. Finally, based on the comparison between the theories used, the Political-Pedagogical Project and the practice of the institution, important aspects have been highlighted and these should be effectively implemented, not only in that day care center but in all other institutions of early childhood education.

Keywords: Day care center. Baby. Mother. Nurse. To take care.

RÉSUMÉ

Dans cette étude, nous prétendons évaluer les repercussions des transformations sociales de la famille contemporaine, concernant la relation entre les mères de nourissons et les employées d'une crèche municipale de la ville de João Pessoa – Paraíba avec l'institution. Plus spécifiquement, nous identifierons les représentations des mères et des puericultrices (*Berçarios I e II*) au sujet du travail effectué auprès des nourissons dans cette institution. Les entretiens ont été réalisés par l'auteur de cette étude dans la crèche ou chez les personnes entretenues et ont tous été enregistrés et retranscrits intégralement. La recherche s'appuie sur une approche descriptive et qualitative et les données obtenues ont été analysées à partir de la Méthode de l'Analyse de Contenu. Dans la discussion, l'auteur identifie les *perceptions* des entretenues concernant la crèche et le travail qui y est fait. On peut observer dans les entretiens, la manifestation d'angoisses et la sensation d'étrangeté de la part des mères, des bébés et des puericultrices, dans un contexte d'absence d'espace-temps destiné à l'adaptation des acteurs agissant dans cette situation. Enfin, à partir des recoupements entre les théories étudiées, le Projet politique-pédagogique et les pratiques de l'Institution, on soulignera des propositions importantes qui pourraient être appliquées efficacement non seulement dans la crèche étudiée, mais dans toutes les institutions de la petite enfance.

Mots-clés: Crèche. Nourissons. Mères. Puericultrice. Soin.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - CRECHES E PRÉ-ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA - PB	70
QUADRO 2 - FUNCIONÁRIOS DA CRECHE DELEGADA MARIA TEREZA DE SOUSA LEITE.....	94
QUADRO 3 - AS MÃES ENTREVISTADAS.....	97
QUADRO 4 - BERÇARISTAS ENTREVISTADAS	97
QUADRO 5- DADOS BEBÊS SEGUNDO MÃES E BERÇARISTAS	98

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 ORIGENS E FUNÇÕES DA INSTITUIÇÃO CRECHE	21
3 AS ORGANIZAÇÕES FAMILIARES OCIDENTAIS NA SOCIEDADE ATUAL: UM MODELO REPAGINADO OU MUDANÇAS EFETIVAS?	35
4 RELAÇÃO PAIS E BEBÊS NA FAMÍLIA OCIDENTAL CONTEMPORÂNEA.....	45
5 A CRECHE, A INFÂNCIA E AS BERÇARISTAS: ENTRE O CUIDAR E O EDUCAR	66
5.1 As creches na realidade brasileira	66
5.1.1 Aspectos gerais das creches do município de João Pessoa-PB.....	69
5.2 A concepção da infância	73
5.3 Berçaristas e bebês: entre o cuidar e o educar	77
6 A CONSTRUÇÃO DO MÉTODO	88
6.1 Campo da pesquisa: Creche Delegada Maria Tereza de Sousa Leite	92
6.1.1 Breve Histórico	92
5.2 O Projeto Político-Pedagógico da Creche Delegada Maria Tereza de Sousa Leite	94
6.3 Sujeitos da pesquisa	95
6.3.1 Processo de seleção da amostra	95
6.4 Caracterização dos sujeitos da pesquisa	97
6.5 Coleta de dados da pesquisa	98
5.5.1. Entrevista com as mães	98
6.5.2 Entrevista com as berçaristas	99
6.6 Análise das entrevistas.....	99
7 DISCUSSÃO	102
7.1 A escuta das mães	104
7.2 A escuta das berçaristas	109
7.3 Os bebês no discurso das mães e berçaristas.....	114
7.3.1 Os bebês no discurso materno.....	115
7.3.2 Os bebês no discurso das berçaristas.....	117
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	122
REFERÊNCIAS.....	130
ANEXO A – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA.....	141

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	142
APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA	143

1 INTRODUÇÃO

Na sociedade ocidental, já há algum tempo, a rotina de vida das crianças pequenas é marcada pelas frequentes mudanças dos modos de vida de seus genitores, tais como: a participação das mulheres no mercado produtivo, a urbanização, a distância do domicílio em relação ao local de trabalho, o aumento da precariedade econômica com o crescimento do desemprego e as consequentes transformações no formato da família e na sua dinâmica (MOLLO-BOUVIER, 1994; RUIZ, 2011). Na prática, tais modificações mobilizam questionamentos de vários setores da sociedade, acerca das repercussões sobre a qualidade de vida dos indivíduos e do modelo de famílias decorrentes dessas mudanças.

O ingresso, em massa, das mulheres no mercado de trabalho e as reivindicações dos movimentos feministas exigiram creches no sentido de as mães dividirem com a sociedade a educação de seus filhos e filhas. Tais reivindicações estavam articuladas e apoiadas pelos movimentos sindicais e pelos movimentos políticos de esquerda. No Brasil, nos anos 1970, num primeiro momento, a luta foi por uma creche que possibilitasse o ingresso das mulheres no mercado de trabalho. Ao mesmo tempo, a creche poderia liberá-las para o exercício de outros direitos e atividades (lazer, estudos, namoro, entre outros) concomitantemente com o exercício da maternagem.

Historicamente, a experiência de convívio das crianças nas primeiras creches ditas selvagens, as italianas e as francesas, por exemplo, levou pesquisadoras feministas a observarem as reações e comportamentos das crianças quando ficavam por um período de tempo longe dos cuidados da família. Tal observação motivou, na década de 1980, o movimento feminista a reivindicar creches para todas as crianças e não apenas para aquelas cujas mães eram trabalhadoras assalariadas (ROSEMBERG, 1989; FARIA, 2006; PASCHOAL e MACHADO, 2009).

Não resta dúvida que as incontáveis mudanças sociais e familiares verificadas a partir da segunda metade do século XX produziram transformações consideráveis na educação das crianças, tanto na relação direta com os pais, quanto nas instituições sociais, educativas e de saúde destinadas à infância. Entre os anos 1930 e 1980, estava consolidada a vertente da educação que enfatizava o sentido moral, na qual a domesticação e o bom comportamento representavam o foco central da ação educativa (KRAMER, 2006; PASCHOAL e MACHADO, 2011). Entretanto, essa realidade foi passível de questionamentos, fortalecendo outro enfoque, até então

pouco valorizado. Tratava-se de uma perspectiva psicológica, que tomou vulto na década de cinquenta, influenciada, especialmente, pelos teóricos Aubry (1955), Spitz (1958), Ainsworth (1963), Bowlby (1989) entre outros, na qual os aspectos emocionais e a saúde psíquica dos bebês deveriam ser priorizados. Em síntese, os postulados propostos por esses teóricos concebem a díade mãe-bebê como fundamental para o desenvolvimento mental da criança humana. A relação mãe-bebê é, então, enaltecida como base para o desenvolvimento saudável da personalidade do indivíduo.

Essas ideias inovadoras da Psicologia do Desenvolvimento fizeram eco no âmbito educacional. Embora sejam reconhecidas por diversas áreas do conhecimento, o valor desse tipo de relação foi alvo de duras críticas por parte de trabalhos e discursos feministas sobre a importância central atribuída a díade mãe-bebê. As críticas feministas a esses postulados recaíam, sobretudo, nos riscos para a saúde mental do bebê como inerentes à separação precoce da relação com a mãe. Nesse sentido, de acordo com essas teorias, quando da entrada da criança na instituição e/ou o ingresso da mãe no mercado de trabalho, a saúde mental do bebê estaria passível de severos danos.

Neste contexto, o trabalho assalariado das mulheres colocaria em risco o pleno desenvolvimento das crianças, quando cuidadas fora de casa e longe dos olhos da mãe. Consequentemente, a maternagem e o exercício profissional nessa fase se tornam quase que excludentes. Como saída conciliatória para esse impasse, o discurso feminista reivindicou a construção de dispositivos como as creches, por exemplo, para receber crianças durante a jornada de trabalho das mães.

Haddad (1987) adverte que a partir dessa leitura, “a creche aparece sob suspeita, capaz de gerar crianças desadaptadas, porque foram privadas do contato familiar necessário. A única maneira de escapar a esse risco seria a creche se amoldar ao modelo materno” (HADDAD, 1987, p.71). É possível, então, identificar na observação crítica deste autor a concepção psicologizante da educação que provavelmente sofreu a influência da teoria do desenvolvimento, nos anos 1950, e que foi amplamente difundida nos Estados Unidos e em todo mundo ocidental. Nesse mesmo intuito, Kramer (2002) afirma que esta abordagem da psicologia esteve na base do Movimento da Escola Nova, pautada no princípio democrático da educação, como um meio para se chegar a novas posições na sociedade.

O formato de funcionamento de creche pretendido pelas correntes da Educação e referendada pela Psicologia do Desenvolvimento pressupunha, na sua origem, um

modelo doméstico de relação com a criança pequena. Colocava, assim, a creche numa situação análoga à função materna o que, por vezes, encerrava as mães num sentimento de culpa por não se ocuparem dos seus filhos. Ainda citando Haddad (1987), tal modelo:

[...] recai diretamente sobre o papel do profissional de creche que atua com a criança, o qual deve, por sua vez, cumprir a tarefa de reproduzir uma relação com a criança nos moldes da que a mãe “teoricamente” estabelece com seu filho. Em decorrência disso, os profissionais de creche são, na sua maioria, mulheres (p.71).

Os estudos sobre creche, inicialmente, buscaram, a nível teórico, rastrear a tendência doméstica e familiar que se impunha no trabalho das creches, colocando em evidência questões ideológicas que eram até então ignoradas, como por exemplo, as funções e os objetivos da instituição. Esses estudos apareceram como sinalizadores dos prejuízos causados na criança pequena como decorrência da ausência materna. Essa concepção, questionada e combatida durante os anos 1960, foi sendo amenizada, no que se refere à conotação nociva da creche para o desenvolvimento da criança. Não obstante, o caráter compensatório e assistencialista, que tinha por prioridade prover as necessidades básicas para as crianças pobres, ainda estava associado à função e aos objetivos da creche (HADDAD, 1987). A abordagem assistencialista ainda resiste na atualidade, podendo ser percebida com certa frequência, na medida em que uma nova concepção de trabalho a ser desenvolvida com as crianças encontra, na prática, resistência e desconfiança de todos aqueles que participam da creche, pais e funcionários.

Outro aspecto a ser considerado como indicativo de certo arraigamento à concepção originária sobre as creches, aponta para a prevalência, ou quase a totalidade da presença do gênero feminino no quadro de seus funcionários, indicando assim uma postura tradicional, resistente e preconceituosa em relação à admissão de profissionais do sexo masculino. Essa importante questão parece ser ainda pouco explorada, sendo, portanto, um interessante objeto de estudo a ser investigado por pesquisadores interessados na Psicologia, na Sociologia da infância e nas relações de gênero.

Não é novidade que antes do surgimento das creches, para poderem trabalhar, os pais precisavam deixar suas crianças com familiares ou conhecidos, mas, diante dos elevados índices de mortalidade infantil, de desnutrição e de acidentes domésticos, a sociedade passou a ver a criança sob outro prisma, como um problema

e, desde então, ela começa a ser assistida fora do ambiente familiar, segundo um modelo assistencialista, filantrópico e caricato que caracterizava estas instituições de guarda (HADDAD, 1987; HIRATA, 2002; RUIZ, 2011).

Assim, de acordo com Cataldi (1992), as creches foram pensadas inicialmente com o objetivo de atender à necessidade da mulher em colaborar, mais efetivamente, na economia capitalista e não com a finalidade de atender às necessidades básicas das crianças. Nesse contexto, a garantia de mantê-las minimamente nutridas e longe dos perigos das ruas possibilitaria a diminuição dos frequentes problemas de saúde dos (as) filhos (as) das mães trabalhadoras e, conseqüentemente, a redução do número de faltas dessas ao trabalho. Além disso, seria possível o exercício de um controle diante da ameaça do surgimento de comportamentos transgressores e da delinquência na adolescência.

A partir da Revolução Industrial, o direito à creche sempre esteve na ordem do dia, constituindo-se em um dos principais objetos de luta no processo de emancipação das mulheres e das reivindicações feministas, uma vez que ter uma opção diferente da tradicional para os cuidados dos (as) filhos (as), deixaria as mulheres livres para outras atividades no mercado de trabalho (MOREL, 1991).

Não é de se estranhar que os setores mais organizados da sociedade, tais como os movimentos feministas e sociais, os partidos políticos, os meios acadêmicos, entre outros, levaram à discussão o direito à creche que, demarcando-se da sua concepção originária, deixou de ser uma reivindicação a favor da mulher e tornou-se um direito da criança (MOREL, 1991).

Nessa transição entre uma ideologia marcada pela valorização do trabalho remunerado das mães e a abertura para todas as mães que quisessem utilizar a creche, a noção de infância adquiriu um novo status. A infância se socializou de forma abrangente e passou a ocupar um lugar diferenciado na sociedade moderna. Foi a partir das mudanças ocorridas na sociedade que a Sociologia da infância se consolidou. As teorias sociais já não davam conta das novas demandas que buscavam um entendimento teórico sobre os modelos familiares e sociais. Prout (2010) acentua a invisibilidade do tempo da infância na teoria social moderna, e, quando abordado, esse era inserido “dentro e não além das oposições dicotomizadas da Sociologia moderna.” (2010, p. 734).

Mais recentemente, autores como James e Prout (1990), Corsaro (1997), Qvortrup (1993, 2010) e Molloy-Bouvier (2005) desenvolveram estudos intencionando

redimensionar teoricamente os conceitos de criança e de infância sob uma perspectiva independente, colocando-os no campo teórico da Sociologia da Infância. Embora as crianças sejam concebidas como sujeitos sociais marcados pelas diversidades sociais, culturais, étnico-raciais e históricas, os bebês ainda ocupam um lugar marginal nas teorias da Sociologia da Infância. O interesse no estudo dos bebês se dilui no universo das crianças maiores. Essas já constituíram uma identidade de gênero, raça e geração, enquanto os bebês, diferentemente, estão em vias da construção de sua identidade própria.

A evocação à noção de socialização subjacente, nessa situação, remete aos tempos da infância e às trocas entre adulto e criança existentes nesse período e nos lugares onde essas são realizadas. Lugares geralmente socializados e alicerçados por normas e regimentos institucionais previamente estabelecidos, mas que nem sempre podem ser seguidos como pretendidos.

A esse propósito, Mollo-Bouvier (2005) elenca quatro fatores que considera transformadores para o processo de socialização com o qual se acha confrontada a criança na relação com o adulto e com as instituições. Atenta, a partir disso, para a segmentação social das idades e a delimitação do período que compreende a infância, a participação das crianças em estruturas sociais coletivas, as mudanças e as contradições do conceito de infância, bem como a precocidade da aquisição de conhecimentos múltiplos.

Os fatores descritos acima por Mollo-Bouvier (2005) indicam que a experiência precoce de socialização, nos primeiros tempos da infância é, sem dúvida, uma experiência marcante na vida do indivíduo. Acrescente-se a isso o fato de que a colocação de uma criança na creche, no primeiro semestre de vida, geralmente a partir do 4.º mês, cresce na proporção direta das exigências do desenvolvimento tecnológico, social, cultural e, por que não dizer, dos julgamentos sociais e morais. Sabe-se que a creche surgiu, inicialmente, para salvar o trabalho da mulher, da mãe. Já há algum tempo, muito embora esse aspecto ainda incida como um critério seletivo nas instituições públicas para se conseguir uma vaga, essa compreensão foi modificada e formalizada através de preceitos presentes na Constituição Federal (BRASIL, 1988). Mães que não trabalhavam fora de casa, teoricamente, passaram a ter o mesmo direito à creche, o que sinaliza para a existência de várias motivações e necessidades para compartilhar a guarda dos (as) filhos (as) pequenos (as).

Essa socialização, para além do meio familiar, não deve, de acordo com Mollo-Bouvier (2005), ser compreendida no seu sentido clássico, como fora descrito por Descartes através de assimilação aos grupos sociais. Mas, antes de tudo, numa perspectiva interacionista, que subteme a aquisição de conhecimentos a partir de trocas entre si mesmo e o outro. Porém, seria legítimo considerar um bebê, um ser em desenvolvimento, portanto, com poucas capacidades cognitivas, emocionais e físicas, como um ser passível de viver uma experiência de socialização? Certamente que sim, posto que, há muito tempo, as concepções científicas sobre os bebês segundo as quais esses eram considerados como seres passivos e não interativos ao meio social caíram em desuso. Consequentemente, todo o período da infância também sofreu modificações no seu conceito e compreensão.

Caldana (1995) considera, a esse respeito, que o modelo das relações familiares e filiais migrou, ao longo dos anos, de hierárquico para igualitário, embora admita que ainda subsista a expectativa de um modelo de criança adaptado às normas e ao grupo social. Tais modificações ocorridas nos estilos de relacionamentos parentais produziram novas situações relacionais, nas quais uma educação mais permissiva, por vezes, resultava numa confusão de lugares quando prevaleciam alguns aspectos, tais como a falta de regras, a ausência no acompanhamento dos filhos, a inexistência de diálogos, entre outros. Contudo, vale lembrar que concepções reducionistas e saudosistas identificadas nos discursos de cunho moral e preconceituoso sobre as relações familiares mais liberais e permissivas não, necessariamente, devem estar diretamente associadas às consequências dos tempos modernos.

No tocante à esse sujeito, Moro e Gomide (2003) apontam mudanças significativas nas formas de criar e educar as crianças, decorrentes das necessidades de se contar com meios sociais ou institucionais que possam vir a atender às demandas da família remodelada. Nesse sentido, o lugar social ocupado pela criança se diversifica e provoca, em certa medida, questionamentos presentes em discursos parentais ou da própria sociedade, ressaltando a importância da família. Da família tradicional, certamente! Como se a abertura às mudanças fosse a única responsável pelos desvios e desacertos nas relações parentais e na construção da personalidade do indivíduo.

A vida moderna e, atualmente, a considerada pós-moderna, não se limita a produzir mudanças endógenas nos indivíduos e nos grupos sociais. Na sua esteira, as estruturas ambientais e temporais foram também alteradas e revistas. O espaço

urbano e social se transformaram, substancialmente, nas últimas décadas do século passado. Um exemplo dessa mudança constata-se pela perda de certa liberdade, recordada, com certo saudosismo, pelas gerações passadas. As ruas e a rede de amizades de que as crianças podiam usufruir para o lazer e as trocas sociais constituíam-se em lugares de livre acesso e de construção de laços afetivos duradouros, marcantes de um tempo da infância.

Na realidade atual, a infância se associa, de forma insidiosa, ao consumismo e à fragilidade dos vínculos afetivos e relacionais, sendo que esses, na maioria dos casos, estabelecem-se de forma arbitrária. Comentando sobre os efeitos dessa realidade, Faria (1999) postula a emergência de uma “dupla alienação da infância”, independentemente de classe social ou mesmo da cultura. O autor afirma que, na vida das crianças:

[...] há a antecipação de suas vidas de adultas, e indica a creche como lugar para se tornar criança, onde se descobre (e se conhece) o mundo através do brincar, das relações mais variadas com o ambiente, com os objetos e as pessoas, principalmente entre elas: as crianças (p.72).

Não é de se estranhar, portanto, que esse contexto social, no qual tem evoluído – ou involuído, para alguns – a família, caminhe numa direção cada vez mais absorvida pela sociedade contemporânea, apontando mudanças relevantes, entre as quais o surgimento de novas composições familiares e a crescente incidência de mulheres assumindo o lugar da pessoa responsável pela família.

Na nossa realidade atual, pode-se observar, a partir de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2000) que, desde os anos 1980, essa figuração vem aumentando, de 16,9% e 18,2% em 1981 e 1985, para 20,3% e 22,9% nos anos de 1990, respectivamente, e em 1999 chegou a 26% (MORO; GOMIDE, 2003). De acordo com o mais recente censo demográfico, realizado em 2010, pode-se observar um crescimento expressivo do sexo feminino na situação de provedora da família, independente da presença do cônjuge, alcançando 37,3% dos domicílios brasileiros (IBGE, 2010). Tal estatística corrobora as mudanças culturais e sociais, relativas ao papel da mulher na sociedade. Além do trabalho extradomiciliar, o acesso à escolaridade superior e ao controle da natalidade são fatores considerados importantes no desenho de um novo perfil da mulher na dinâmica familiar e nos valores sócio culturais.

Moro e Gomide (2003) afirmam ainda, com pertinência, que os modos de vida na contemporaneidade apresentam especificidades em termos socioculturais que, possivelmente, repercutem nas relações familiares e sociais e, certamente, na estruturação da subjetividade humana. Partindo dessa suposição, os autores nos oferecem uma dimensão mais ampla para a compreensão do indivíduo na sua multiplicidade, no encontro com a cultura, resultando um sujeito subjetivo e social.

Nesse sentido, a possibilidade de uma articulação teórico-metodológica que envolva questões sociológicas e subjetivas (meio social, a educação e a psicanálise), parece ainda pouco refletida e questionada nas práticas exercidas em instituições voltadas para a educação e o cuidar na primeira infância. Essa realidade mobiliza a elaboração de pesquisas sobre novas formas de percepção e compreensão do processo de vivência dos atores envolvidos nesse contexto (WEBER, 1992; OLIVEIRA, 2008).

Sendo assim, é fato que as instituições educativas e sociais, particularmente as creches, constituem-se como dispositivos importantes na competitiva sociedade capitalista e assumem um papel relevante na formação integral do sujeito, posto que alicerçam, juntamente com o meio familiar, o devir do indivíduo bio-político-social e psíquico.

Considerando que a creche é uma exigência da vida moderna, atualmente integrada ao Currículo da Educação Infantil, pretendeu-se com esse estudo identificar a percepção das mães de bebês dos berçários em relação ao trabalho oferecido pela creche Delegada Maria Tereza de Sousa Leite, na cidade de João Pessoa-PB. Da mesma forma, objetivou-se investigar a percepção das berçaristas¹, no que tange ao trabalho por elas desenvolvido.

Sendo assim, pretendeu-se entender como a creche assume para esses atores uma significação particular. Da parte das mães de bebês, como elas percebem os cuidados oferecidos aos seus filhos; da parte das berçaristas, como essas compreendem a sua prática. Embora os bebês não tenham sido, de forma direta, sujeitos deste estudo, foi possível ouvi-los através dos discursos das mães e das

¹ Nos Projetos Político-Pedagógicos e na literatura consultada, foram encontradas diferentes nomenclaturas para designar as profissionais do berçário: cuidadoras, assistentes, ajudantes, berçaristas. A escolha por essa última – berçarista – recaiu em razão de me manter fiel à nomenclatura adotada na Creche Delegada Maria Tereza de Sousa Leite e foi também apoiada por ser a forma como as mulheres se identificam na função que exercem.

berçaristas e, dessa forma, identificar o efeito das mudanças ambientais e dos cuidados recebidos na entrada da criança na creche em tão tenra idade.

O capítulo que se segue trata, historicamente, da Instituição Creche no mundo ocidental, a partir de sua origem e função social, da evolução do seu conceito, da sua influência na dinâmica familiar, da sua importância para as mulheres e mães e para o desenvolvimento bio-psico-social da criança.

Partindo do enfoque acerca da Instituição Creche, na sequência, serão abordadas questões referentes às possíveis mudanças no seio das organizações da família, sobretudo do lugar da mulher/mãe nas novas configurações familiares. O quarto capítulo versa sobre algumas teorias que tratam da evolução e da importância do exercício da função materna e paterna em relação aos cuidados desenvolvidos com o bebê. As questões que envolvem as concepções acerca da creche, da infância e das profissionais, no que diz respeito à compreensão do cuidar e educar de bebês, especialmente, na realidade brasileira recorreu aos postulados de autores que enfatizam a importância da relação família, Instituição e bebês para o desenvolvimento do indivíduo, e são apresentadas no quinto capítulo.

O capítulo seguinte apresenta o método utilizado, método qualitativo descritivo, bem como o campo da pesquisa, a Instituição estudada, a descrição pormenorizada do processo de pesquisa e o levantamento de categorias analíticas. Na discussão, de acordo com a literatura estudada e a escuta e análise do conteúdo do discurso das entrevistadas – mães e berçaristas –, foi possível identificar, embora de forma breve, prováveis vivências dos bebês quando da entrada na creche. Na conclusão, retomase, rapidamente, alguns temas abordados e enfatiza-se a escuta das entrevistadas. Com base nos estudos realizados associados às falas das mães e das berçaristas sugere-se alguns pontos a serem observados e implementados nas creches, em prol do desenvolvimento biopsicossocial saudável do bebê.

2 ORIGENS E FUNÇÕES DA INSTITUIÇÃO CRECHE

A definição de creche, palavra de origem francesa, cujo significado é manjedoura, era a denominação comumente dada aos abrigos para bebês necessitados na França no século XVIII. Tendo por função básica a custódia e o caráter assistencialista, a creche acolhia, prioritariamente, os lactentes das mães trabalhadoras. As ditas *gardeuses d'enfants* ou *garderie na França; asili*, na Itália; e *écoles gardiennes*, na Bélgica, recolhiam da rua e guardavam as crianças pequenas que, famintas e desamparadas, andavam sem destino no período em que suas mães trabalhavam nas fábricas (RIZZO, 1984; MARIOTTO, 2012)². Segundo Rizzo (1984), esse era o propósito inicial da creche e que se somava a outro visto como essencial: “Resguardar dos olhos da sociedade um segundo estorvo que eram os filhos de uniões ilegítimas” (Rizzo, 1984, p.19).

O crescimento, na sociedade, do trabalho extradomiciliar da mulher fez surgir uma situação inusitada no âmbito das relações familiares e sociais, produzindo um conflito privado e social no que se refere aos cuidados e à educação das crianças pequenas de mães operárias e trabalhadoras. No Brasil, consta que no ano de 1899, no Rio de Janeiro, foi criada a primeira instituição de guarda de crianças (KUHLMANN JUNIOR, 2001). Inúmeras famílias não podiam terceirizar os cuidados dos filhos com uma babá ou vizinha, por exemplo, como faziam e ainda fazem as famílias mais abastadas. Em razão das exigências financeiras, tinham que enfrentar a jornada de trabalho fora de casa. Para não deixar os filhos sozinhos, viam-se na contingência de colocá-los numa creche para serem cuidados, quando lhes era oferecida essa possibilidade.

Como a jornada de trabalho das mães trabalhadoras e operárias de fábricas era extensa, essas se defrontavam com a necessidade de resolver o problema da guarda integral dos (as) filhos (as) pequenos (as). A creche oferecia às crianças cuidados básicos, geralmente profiláticos, como atenção à saúde, à alimentação e aos hábitos com a higiene. Didonet (2001) assinala que essa característica de atenção a essa

² A “Roda dos Expostos” das Santas Casas de Misericórdia, as “Casas das Rodas” ou a “Casa dos Expostos” recolhiam crianças que eram abandonadas pelos pais, filhos de mães solteiras, de “mulheres de má conduta” ou abandonadas, de famílias que viviam em extrema pobreza e de escravos. Também usavam desse expediente na esperança de que seus filhos, adotados por alguma família de posses, recebessem educação. Essas casas encaminhavam as crianças para adoção ou atendimento em instituições caritativas.

clientela repercutiu na vinculação preconceituosa ligada à creche/criança pobre, determinando, por várias décadas, um modelo assistencialista de trabalho desenvolvido na creche. Nesse modelo tradicional, a educação não era sequer pensada em fazer parte dos objetivos da creche, nem pelos gestores e muito menos pelas famílias. A creche, portanto, configurava-se no lugar - um depósito, como ainda se costuma dizer - onde os filhos permaneciam durante a jornada de trabalho dos pais.

Relatos históricos remetem o surgimento das creches à segunda metade do século XIX. O caráter prioritário de combate à pobreza e à mortalidade infantil marcaram o seu funcionamento por quase um século (HADDAD, 1987; MERISSE, 1997; RUIZ, 2011). É importante ressaltar que, até então, a responsabilidade pela manutenção e criação dos (as) filhos (as) pequenos (as) era exclusividade das famílias, não implicando, portanto, a participação do Estado. “No caso de crianças, é responsabilidade dos pais, ou dos parentes, não do Estado, prover esses meios de subsistência até que as crianças possam provê-los por si próprias [...]” (CHAVES, 2007, p.17).

Com a industrialização fortalecida no século XIX, outro aspecto importante para o surgimento das creches foi ressaltado por Rizzo (1984): o aparecimento dos centros urbanos. A diminuição progressiva dos espaços urbanos e a consequente redução do tamanho das famílias resultaram em uma organização nuclear mais delimitada, composta de pai, mãe e filhos (as), afastando-se, assim, de antigas redes de aliança e parentesco. Como resultado disso, sem a presença dos avós ou das tias para se ocuparem das crianças, a creche parece resolver o problema de ‘onde’ e ‘com quem’. Assim, os cuidados e a educação da criança pequena ‘desfamiliarizam-se’, transferindo-se essas funções aos cuidadores ou profissionais da educação (MARIOTTO, 2009). A criança, desde cedo, confronta-se com um meio social mais amplo e diversificado. A socialização da infância e a legitimização da criança como um ser social aporta novas experiências e trocas que repercutem no desenvolvimento bio-psico-social do indivíduo.

É evidente que mudanças ocorridas na vida dos indivíduos, advindas do sistema capitalista e dos avanços tecnológicos, afetaram de forma irredutível não somente a economia, mas todos os sistemas relacionais e sociais vigentes. O trabalho, ao sair da esfera da produção familiar, coloca a família na dependência do mercado externo para prover sua sobrevivência. Como consequência, necessidades básicas - cuidados

com as crianças, casa, entre outros - precisaram ser atendidas não mais exclusivamente pelos membros da família, o que provocou uma reviravolta na sua organização doméstica.

Citando Braverman (1981), “esse novo sistema de produção destrói as condições sob as quais é possível levar a vida antiga, impedindo as antigas práticas de autoabastecimento das famílias [...]” (apud RUIZ, 2011, p.2). As culturas de bens de consumo e a sua comercialização, até então as principais fontes de subsistência e renda familiar, foram rapidamente sendo absorvidas pela industrialização e pela ordem do mercado capitalista. Então, a sobrevivência familiar passa, progressivamente, da esfera do privado, da autossustentabilidade e, por consequência, novos arranjos familiares se configuraram. Mudanças subjetivas e objetivas foram, então, operadas no homem e na mulher enquanto ser social e cultural.

A sempre crescente inserção da mulher na força de trabalho produtivo foi, portanto, imperiosa para revelar a necessidade de suportes externos, institucional ou privado. A creche, nesse contexto, surge como o suporte junto à família, sobretudo às mulheres, durante a jornada de trabalho. Nesse sentido, Paschoal e Machado (2009), observaram que:

O nascimento da indústria moderna alterou profundamente a estrutura social vigente, modificando os hábitos e costumes das famílias. As mães operárias que não tinham com quem deixar seus filhos utilizavam o trabalho das conhecidas mães mercenárias. Essas, ao optarem pelo não trabalho nas fábricas, vendiam seus serviços para abrigarem e cuidarem dos filhos de outras mulheres” (PASCHOAL; MACHADO, 2009, p.3).

Em consonância com a afirmação dos autores supracitados e como já dito anteriormente, a revolução industrial produziu mudanças decisivas tanto na organização familiar, quanto na produção de bens de consumo. Ao deslocar as atividades da esfera doméstica, privada, essas produções, antes artesanais e para consumo próprio, foram sendo francamente substituídas por produções terceirizadas e adquiridas no mercado comercial. Acrescente-se a isso os efeitos das repercussões da entrada da mulher nas fábricas e usinas, que desmantelou o *modus vivendi* de muitas famílias.

As mulheres que antes podiam contar com o apoio de vizinhos ou parentes para ficar e cuidar das suas crianças passaram a fazer parte de um universo cada vez mais reduzido. Antes, nas situações favoráveis, para manterem o trabalho fora de casa, as mães recorriam à ajuda de vizinhos, geralmente mediante pagamento, que se

ocupavam de grupos de crianças, configurando dessa maneira, o prenúncio das creches domiciliares. Cuidados físicos e alimentares eram os únicos serviços oferecidos e considerados suficientes para a maioria das mães.

Dessa forma, a creche assume um novo papel: o de amparar o trabalho extradomiciliar da mulher baseando-se no trinômio, *mulher-trabalho-criança*. Esse modelo norteia a administração e os serviços oferecidos pelas creches até os dias atuais (DIDONET, 2001). A utilização da força de trabalho feminina na dupla jornada imposta pela industrialização fez com que as creches, na sua origem, caracterizassem-se como instituições essenciais para as mulheres de baixa renda criarem seus (as) filhos (as), além de poderem contribuir para o sustento da família (PACHECO, 2004).

Nessa perspectiva, tornou-se um dispositivo³, no sentido foucaultiano, para amenizar, em parte, as necessidades produzidas pelas mudanças sociais, políticas e econômicas do mundo ocidental moderno (RUIZ, 2011). A esse respeito, percebe-se que a apropriação da vida pelo poder com vistas a otimizar ou a maximizar a produção econômica, requeria para a exploração das capacidades vitais dos trabalhadores, uma contrapartida do Estado na qual representasse um mínimo de apoio e proteção social.

Essa ingerência do poder do Estado sobre a vida dos indivíduos foi amplamente trabalhada por Foucault na aula de 17 de março de 1976 do Curso *Em defesa da sociedade*, e no capítulo *vontade de saber* (1986), através do conceito de *biopoder*. De forma sintética, pode-se inferir que Foucault (1976) refere que o poder soberano age sobre a vida negativamente e de forma arbitrária, ou seja, tem a prerrogativa de controle absoluto em relação à vida, à morte e à apropriação dos bens dos indivíduos. Aqui, pode-se acrescentar que o poder soberano determinado pelo Estado invade as possibilidades de trocas intersubjetivas no núcleo familiar e pode interferir, negativamente, no processo de subjetivação das crianças. A partir do século XIX, pôde-se observar uma transformação dos mecanismos de poder, embora não tenha sido abandonado o direito de matar e excluir, sendo esse substituído pela concepção de “fazer viver e deixar morrer” (FOUCAULT, 1976, p.287).

³ O conceito de dispositivo na teoria de Foucault consiste na rede de relações que podem ser estabelecidas entre elementos heterogêneos, tais como: discursos, instituições, arquitetura, regramentos, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas, o dito e não dito. O dispositivo estabelece a natureza do nexo que pode existir entre esses elementos heterogêneos (Castro, 2016, p.123).

De acordo com Costa (1999), o discurso científico higienista que enfatizou preceitos de uma educação intelectual, moral e sexual, sobretudo no seio das famílias, resultou numa ampla ingerência sobre essas, ultrapassando os limites da saúde individual. No dizer do autor:

O conjunto de interesses médicos-estatais interpôs-se entre a família e a criança, transformando a natureza e a representação das características físicas, morais e sociais desta última. As sucessivas gerações formadas por essa pedagogia higienizada produziram o indivíduo urbano típico do nosso tempo. Indivíduo física e sexualmente obcecado pelo seu corpo; moral e sentimentalmente centrado em sua dor e seu prazer; socialmente racista e burguês em suas crenças e condutas [...](COSTA, 1999, p.214).

A partir do início do século XX, as creches no Brasil surgiram como um benefício concedido aos operários, resultante dos movimentos de classes. Por outro lado, estava subjacente à sua criação a ideia de que, “[...] mais satisfeitas, as mães operárias produzem melhor” (OLIVEIRA, 1992 *apud* MARIOTTO, 2009; p.20). Em face da não participação do Estado na oferta e na administração dessa instituição, o trabalho era desenvolvido por entidades filantrópicas e/ou religiosas. A partir da consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1943, foi instituído que as empresas com mais de trinta operárias teriam que disponibilizar um local reservado para crianças lactentes (ROSEMBERG, 1989; DIDONET, 2001).

Semelhante ao modelo europeu, as creches no Brasil começaram por atender às populações de baixa renda, crianças abandonadas, órfãs e filhas de mães solteiras. Alimentação, higiene e segurança física das crianças eram considerados como os principais objetivos do trabalho desenvolvido nas creches que tinham, portanto, um propósito assistencial e custodial (OLIVEIRA, 2009). Pouco se fazia em relação à educação que, nesse momento, permanecia sendo um dever e uma obrigação da família (RUIZ, 2011). Nesse modelo tradicional de creche, geralmente, fazia-se uma associação direta entre creche-criança pobre, em que se ressaltava o caráter assistencialista que predominou até a segunda década do século XX (DIDONET, 2001).

Na década de 1930 profissionais de saúde com ideias higienistas, sanitaristas, assistencialistas e morais ampliaram suas atuações nas creches (BÓGUS, NOGUEIRA-MARTINS, MORAES, TADDEI, 2007; GUIMARÃES, D. 2008). A representação social vinculada à ideia de creche e aos órgãos públicos gestores dessa época norteava as diretrizes de trabalho que tinham por propósito intervir, preventivamente, frente às ameaças relativas ao adoecimento e comportamento das

crianças. Via de regra, a justificativa dada para o adoecimento e distúrbios de comportamento apontava para a ausência da mãe no exercício dos cuidados da casa e das crianças.

Por outro lado, o suporte institucional oferecido à mulher que trabalhava fora tinha como prioridade substituir os cuidados maternos e não era de se estranhar que os serviços oferecidos contemplassem, exclusivamente, os cuidados com a saúde e o desenvolvimento físico. As atividades lúdicas, embora existentes, ainda não eram devidamente estimuladas e apropriadas à idade das crianças. No tocante à qualidade das relações intersubjetivas, os relacionamentos sociais e afetivos se estabeleciam, na maioria das vezes, através de práticas autoconservativas, nos momentos da alimentação e da higiene pessoal. Nessa perspectiva, o alto índice de mortalidade infantil associado à carência de cuidados, geralmente atribuídos à inadequação das mães mais pobres e a possível ameaça do surgimento da delinquência numa geração futura, endossavam o viés médico-higienista estabelecido nas instituições de guarda.

Até meados dos anos 1950, as creches ainda permaneciam com sua característica eminentemente médica e eram assumidas por filantropos, higienistas e industriais. No entanto, vale lembrar que, entre as décadas de 1920 e 1930, essas instituições começaram a receber certa atenção por parte do Estado, dando início à formulação de políticas públicas para a infância sem que resultasse na ampliação e reformulação do atendimento oferecido. (HADDAD, 1987; MOREL, 1991; GUIMARÃES, 2008). Com a criação, a partir de 1930, do Ministério da Educação e Saúde pelo Governo Federal, esse passou a assumir a responsabilidade do atendimento infantil. Porém, a concepção e o trabalho desenvolvidos na creche mantiveram as características filantrópicas e assistencialistas ainda por muitos anos. (ALVES; VERRÍSSIMO, 2007).

No Brasil, sob a égide do regime militar, nos anos 1960 e 1970, os movimentos populares, especialmente a luta feminista, pressionavam por melhores condições de vida e reclamavam por estruturas e serviços sociais de saúde e educação, dentre os quais a abertura de creches e postos de saúde nas áreas urbanas. De acordo com Machado (1997), a expansão do ciclo de creches, “inclusive com revisão de seu significado originário de reivindicações e propostas de movimentos feministas”, só aconteceu a partir da década de 1970 (MACHADO, 1997; p.16). A autora afirma que, desde então, as creches assumiram a função assistencialista compensatória para as crianças oriundas de classes menos favorecidas economicamente. Priorizando a

assistência médico-nutricional, mantiveram a prevalência da proposta original durante um longo tempo.

Em meados da década de 1970, uma nova concepção de creche se delineia a partir de vários fatores significativos entre os quais: a entrada da classe média como clientela, as lutas feministas fortalecidas, a difusão do conhecimento científico sobre o desenvolvimento da criança, a infância revalorizada e o empobrecimento da população. Como consequência, o número de creches e escolas maternas aumentou em todas as classes sociais e as creches passaram a ser utilizadas também por mães não inseridas no mercado de trabalho.

A partir de então, as creches passaram a ser concebidas como local de socialização para crianças pequenas e, aos poucos, adquiriram um novo status. Agora, consideradas como lugar de trocas e de aprendizado, configuravam-se como um aporte na renda familiar. Segundo Oliveira (2008), com a introdução de propostas educativas nos objetivos e funções das creches, essas passaram também a ser o elemento norteador do trabalho a ser desenvolvido (RAPOPORT; PICCININI, 2001). Nesse entendimento, ensaiava-se um modelo de instituição que se diferenciava da antiga concepção assistencialista.

A partir dos anos 1980, com a retomada da valorização do tempo da infância, ocorreram sucessivas reorientações de enfoque sobre a criança. Essa, até então concebida como objeto de tutela, passa a ser vista como sujeito de direitos (CERISARA, 2002). Essa mudança no conceito de infância foi formulada e expressa em Lei, em vários movimentos da sociedade civil e em pesquisas acadêmicas, definindo a educação infantil como um dever do Estado e um direito da criança (OLIVEIRA, 2008). Em 1988, com a Constituição Federal, a creche é inserida na esfera educativa (art. 208), garantindo à criança direito à educação. O direito à educação passou a seguir diretrizes específicas condizentes com a faixa etária entre 0 e 6 anos de idade (ALVES; VERRÍSSIMO, 2007).

Na década de 1990, outros benefícios foram incorporados à garantia e à proteção da infância. As crianças passaram a ter seus direitos regulamentados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (BRASIL, 1990). Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (BRASIL, 1996) implantou, no sistema educacional brasileiro, a Educação Infantil, que tem por função legal se ocupar da educação e do cuidado das crianças de creches e pré-escolas (ALVES; VERRÍSSIMO, 2007).

Com o propósito de fazer valer o que se instituiu na época, a LDBEN (art. 89) determinou um prazo de três anos, a partir da data de sua publicação, para a inclusão das creches ao sistema educacional. A criança, de acordo com a Constituição Federal, adquire, desde o nascimento, o direito à educação, sendo a educação infantil considerada como o tempo inicial da educação básica (LDBEN, art.29) (BAHIA, 2008; RUIZ, 2011).

No final dos anos 1990, uma nova diretriz foi formulada objetivando delimitar, com precisão, a função da creche na educação infantil. Assim, o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil – RCNEI (BRASIL, 1998) determinou que o cuidado com a criança devesse ser permanente e essencial e que fosse incluído na proposta curricular, ampliando o trabalho da creche para além dos cuidados domésticos como meio de favorecer o desenvolvimento global das crianças (ALVES; VERRÍSSIMO, 2007).

Mais recentemente, ajustes e acréscimos foram feitos no tocante à faixa etária da criança a ser atendida pela pré-escola, regulamentada na Lei nº 11.114/2005, que modificou o artigo 6.º da LDBEN de 1996, a saber: “é dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula de menores, a partir dos seis anos de idade, no Ensino Fundamental”. A Lei n.º 11.2274/2006 alterou o artigo 32 da LDBEN (1996), determinando o “Ensino Fundamental obrigatório, com duração de nove anos, gratuito, na escola pública, iniciando-se aos seis anos de idade [...]”. Dessa maneira, ficando sob a responsabilidade da creche atender o período mais precoce da vida da criança, a partir dos quatro meses até os três anos de idade (RUIZ, 2011).

É importante assinalar que, com a promulgação da LDBEN (1996), as creches públicas migraram da alçada da Secretaria de Assistência Social do Estado para a Secretaria de Educação do Município, reforçando o enfoque educativo e opondo-se à visão assistencialista, voltada, desde a sua origem, para uma faixa social e econômica menos favorecida.

Como lembra oportunamente Faria (2006), a primeira orientação para a educação das crianças em creches realizada no Brasil foi desenvolvida pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) e pelo Conselho Estadual da Condição Feminina (CECF), tendo sido denominada “Creche-urgente”. A autora afirma que

[...] hoje conquistamos, já no papel, tanto o direito trabalhista dos ‘trabalhadores e trabalhadoras rurais e urbanos para que seus filhos e filhas sejam educados/as em creches e pré-escolas, como direito de todas as crianças de 0 a 6 anos de serem, por opção de suas famílias, educadas fora

da esfera privada, por profissionais formados para isso” (FARIA, 2006, p. 284).

Todas essas reformulações que favoreceram uma nova concepção de infância e de educação infantil, ocorridas ao longo dos anos, pautadas por leis e diretrizes e pelas exigências do mundo moderno, incidiram na superação de um modelo histórico vigente. Essas modificações se concretizaram através de dois caminhos. No primeiro, foi retirado o foco da mãe trabalhadora como usuária da creche passando a criança a ser vista como sujeito de direitos. O segundo, pela ampliação da inclusão de todas as classes sociais como beneficiárias dos serviços oferecidos pelas creches, reforçando a atenção na criança, agora, sujeito de educação (DIDONET, 2001). Além disso, com a mudança de status da creche, o Estado e a família tornaram-se ambos responsáveis pelos cuidados e pela formação do indivíduo. O poder familiar, outrora quase absoluto, encontra-se, a partir de então, submetido às leis e normas vigentes da sociedade atual.

Quando a creche se caracterizou, então, como um lugar para todas as crianças independentemente da classe social deixou, por princípio, de ser concebida como um lugar para crianças carentes, abandonadas e de baixa renda. Como consequência, um efeito liberador e, certamente, menos culpabilizante nas mães que trabalham fora ou não, pôde ser verificado. Sendo a creche considerada uma instituição que pretende desenvolver um trabalho pedagógico de qualidade com profissionais capacitados, pode propiciar tanto a socialização e educação das crianças quanto oferecer um suporte às suas famílias.

Não resta dúvida que as conquistas dos movimentos feministas e sociais sobretudo nas décadas dos anos 1980 e 1990 marcaram, historicamente, os destinos da educação infantil. A educação de bebês e crianças adquiriu um novo sentido. Em lugar de a creche ser concebida apenas como um espaço que abrigasse crianças para que seus pais pudessem retomar o trabalho fora de casa, passou a ser pensada e estruturada considerando a sua importância para o desenvolvimento global das crianças.

Do ponto de vista da criança, a creche pode se constituir num ambiente facilitador para o seu desenvolvimento bio-psíquico-social. Delgado e Martins Filho (2013) referem que o lugar da criança e do bebê na Instituição creche tem que “priorizar e propiciar encontros que flexibilizem os tempos e os espaços, as necessidades e os desejos; que possibilitem o brincar e as relações, o ampliar dos

repertórios culturais e sociais dos bebês e das crianças bem pequenas” (p.23). Com esse pensamento de creche para a criança, sendo essa a principal razão, pode-se vislumbrar que o estigma de lugar exclusivamente voltado para receber crianças provenientes de famílias pobres e trabalhadoras começa a ser revisto.

A ideia estigmatizante de creche como depósito ou como um mal necessário para a guarda de crianças pobres e filhas de pais e mães trabalhadores(as) perdeu espaço para a concepção da creche como uma conquista histórica dos movimentos de mães trabalhadoras e feministas a partir dos anos de 1970 e 1980. Conquistas que não abrangem apenas as mães, mas, sobretudo, as crianças. Conquistas que, a partir dos anos noventa, vêm tomando vulto! Vêm concebendo o cuidar de bebês e crianças pequenas considerando outras áreas importantes da saúde global dos pequenos infantes, para além dos cuidados com o corpo e com a saúde física da clientela. Trata-se, pois, de um novo olhar, agora, voltado para as mais variadas dimensões do desenvolvimento da criança humana. (DELGADO; MARTINS FILHO, 2013).

A maioria das práticas educacionais com bebês e crianças tendem a considerar o desenvolvimento infantil de forma pré-determinada, imutável e universal tomando por base a Psicologia Evolutiva. Contrariamente a essa noção hegemônica, Delgado; Martins Filho (2013) postulam que “[...] as instituições de educação coletiva podem ser espaços para viver intensamente a infância, voltando sua organização e seu projeto educacional para todas as dimensões humanas” (p. 24).

A percepção das múltiplas facetas da infância favoreceu a abertura para outros saberes além daqueles da psicologia e da pedagogia. Em concordância com os autores acima referidos, a partir dos anos 1990:

Com o crescimento da pesquisa acerca da educação das infâncias, vimos o interesse não apenas da Psicologia e da Pedagogia, mas, também – e, principalmente, a partir dos anos 1990 - em diversos estudos nos campos da Sociologia da infância; da Antropologia da criança, da Arte; da Psicanálise; da Neurociência; e da Filosofia. (p.23).

Ainda de acordo com Delgado; Martins Filho (2013), a articulação entre diferentes áreas do conhecimento favorece à concepção da infância como sendo um campo ‘híbrido’ e, assim, são refutados o dualismo social e biológico, a naturalização da infância e o reconhecimento das formações biopolíticas como estruturas fixas.

Vale a pena ressaltar que as possibilidades de atuação das instituições de educação infantil ultrapassam o ato de cuidar e ficar com a criança enquanto seus pais desenvolvem outras atividades. O fato das crianças permanecerem durante uma

jornada na creche, possibilita a criação de vínculos importantes entre elas mesmas e com as berçaristas que, não raro, estabelecem com elas vínculos afetivos. No entanto, o trabalho a ser desenvolvido junto à família exige uma postura dos profissionais da instituição pautada, especialmente, na isenção de julgamentos morais. A atuação desses, portanto, deve ser caracterizada pela complementaridade e, ao mesmo tempo, diferenciada da vivida na relação familiar. Nesse sentido, espera-se um equilíbrio nas relações entre pais e educadores, considerando o lugar e a função que cada um ocupa e exerce junto à criança.

Conforme as ideias de Amorim; Vitória; Rosseti-Ferreira (2000), a estrutura básica de funcionamento da creche não raro conflita com o conjunto de valores da sociedade atual em relação à busca pela identidade, individualidade e intimidade. Diferentemente do que pode acontecer na situação familiar, tudo é compartilhado por diferentes crianças, desde as cuidadoras, até o espaço físico, os brinquedos, a rotina e os cuidados. Além disso, tudo é desenvolvido no espaço coletivo. No que diz respeito ao papel social e educacional da creche, esse sofre recorrentes influências tanto dos funcionários quanto daqueles que dela se beneficiam.

Os autores supracitados afirmam ser frequente o fato de os (as) educadores (as) ou berçaristas receberem a orientação para ocuparem o lugar das mães na prática com as crianças. Vale salientar que uma prática orientada para a substituição da figura materna, além de ser impossível, pode favorecer a eclosão de sentimentos de ciúmes, culpa e fantasias nas mães. Os profissionais da creche, por sua vez, podem tender a rivalizar com as mães, assumindo uma postura crítica em relação a elas e, assim, interferir no pleno exercício de suas funções.

Como lembra Macedo e Dias (2011), a creche é, sem dúvida, uma instituição socializadora que possibilita à família e especialmente à mulher dispor de um tempo próprio, seja para desenvolver uma atividade profissional, seja em razão de outros interesses. Essa função de socialização da creche particularmente para a criança, mas também extensiva à família, possibilitou, embora de forma discreta, rearranjos nas relações de gênero e nas atribuições parentais e domésticas. Embora sejam inquestionáveis as conquistas das mulheres, tais como o direito de exercer uma profissão ou outra atividade, constata-se em quase todas as famílias e classes sociais a prevalência feminina nos cuidados e no exercício da rotina dos filhos (as) e da casa.

No que se refere à creche, objeto deste estudo, a realidade acima pontuada parece revelar além das questões de gênero, outros aspectos a serem revistos e

avaliados no que tange à prática realizada com os bebês, apesar das garantias respaldadas pelas leis que regem a Educação Infantil. O breve passeio histórico através dos autores que tratam da invenção creche no mundo ocidental revela mudanças no que diz respeito à concepção da creche, à sua importância para as mulheres e, principalmente, para os cuidados bio-psico-sociais do bebê.

Na realidade brasileira, a partir da atenção do Estado voltada para essa etapa educacional, observou-se o distanciamento de concepções higienista, filantrópica e restrita à população social e economicamente desfavorecida. O recurso à creche, deixou de ser exclusivo às classes sociais mais empobrecidas e tomou vulto entre as famílias econômica e intelectualmente mais favorecidas. Todavia, ainda se observa, sobretudo nas creches públicas, inúmeros vestígios das antigas concepções, principalmente no que se refere à formação dos profissionais envolvidos e aos cuidados oferecidos aos bebês. Na prática, no campo da Educação Pública, as leis que regem a Educação Infantil parecem distantes de serem efetivadas.

No que diz respeito à Creche Del. Maria Tereza de Sousa Leite – João Pessoa, PB – local onde este estudo foi desenvolvido, o Plano Municipal de Educação de João Pessoa (2015-2025) e o Projeto da LDBEN (1996) inclui as creches nos objetivos e leis promulgadas para a educação infantil. Entretanto, constata-se a persistência de um viés assistencialista na concepção de creche. Todavia, a partir da inclusão da creche como primeira etapa da Educação Infantil, essa passa a ser percebida como Instituição parceira da família não apenas no cuidar, mas também como promotora de ações educativas e socializantes com bebês e crianças pequenas.

Essa relação de complementaridade requer, certamente, como já foi dito, um envolvimento da família e da Instituição, a fim de evitar atuações isoladas e fragmentadas *vis-à-vis* do mesmo sujeito e do mesmo objetivo. Diante disso, considera-se a necessidade de um tempo mínimo ou razoável para o estabelecimento das trocas com a Instituição. Da parte da creche, tempo para ouvir as famílias, seus modos de interação, seus valores, suas expectativas sobre o trabalho realizado com as crianças, a educação doméstica, os hábitos diários. Da parte da família, uma participação ativa na vida institucional pode desenvolver o interesse dessa pelas propostas da creche, pela qualidade das atividades desenvolvidas e, ao mesmo tempo, propiciar o entrosamento com os profissionais que trabalham diretamente com a criança.

Considerando o que afirma Didonet (2001), esse modo interativo de funcionamento encontra-se presente na grande maioria dos projetos político-pedagógicos que preveem formas de relacionamentos e geração de conhecimentos mútuos e de cooperação. “mas é, ainda, e para a maioria, um caminho pouco transitado”, acrescenta Didonet (2001, p.8). É, deveras, um caminho a ser percorrido em via dupla, entre a comunidade - os pais - e a Instituição - a creche. A complexidade existente no trabalho a ser realizado na creche, especificamente com as crianças do berçário, requer dos profissionais que ali atuam, além de conhecimentos teóricos, uma prática ampliada, ou seja, que os cuidados oferecidos não se limitem aos cuidados com os bebês, mas que contemplem, na medida do possível, as famílias de um modo geral.

Por outro lado, as famílias que utilizam os serviços da instituição devem se posicionar como parte ativa na relação com a creche e com o trabalho ali realizado. Precisam conhecer seus direitos e deveres para com as atividades desenvolvidas com os (as) seus (as) filhos (as), através da consciência e da atuação como sujeitos ativos na situação. Essa postura das famílias pode facilitar, sem dúvida, a inserção e a interação da creche com a realidade da comunidade. A colocação em prática desse *modus operandi* ainda está longe de se concretizar. Trata-se de um projeto, pois a rotina de funcionamento das creches indica que, apesar das propostas para otimizar o trabalho a ser desenvolvido, na prática, as mudanças ainda não são observadas.

A título de ilustração, pode-se reconhecer a desproporção existente entre o grande número de crianças atendidas em relação ao insuficiente número de funcionárias da creche. Ainda como exemplo, chama a atenção a pouca comunicação entre os pais e a instituição durante a recepção e saída das crianças observadas em muitas creches.

As famílias implicadas com a instituição creche, seja a da criança, seja a das funcionárias, via de regra, lidam com dificuldades cotidianas. A maioria enfrenta deslocamentos quase sempre longos e obrigações domésticas cuja realização se faz premente no retorno da jornada de trabalho. Embora o modelo tradicional de funcionamento familiar tenha sofrido algumas modificações, principalmente, pelo advento da creche e pelo fato da mulher se encontrar inserida no mercado de trabalho, a maioria desenvolve dupla jornada. É importante ressaltar que, embora se reconheça o efeito liberador trazido pela instituição creche na vida econômica e social da mulher,

observa-se, ainda, uma dinâmica familiar muito próxima dos antigos modelos de sociedade patriarcal.

Em vista do exposto, a creche possibilita e libera a maioria das mulheres para o exercício de atividades extra domésticas. É inegável a sua importância para as mudanças do papel e da função da mulher na sociedade atual. Todavia, pode-se questionar se as organizações familiares na sociedade ocidental hodierna e a propagada família moderna contemporânea têm, de fato, experimentado transformações de papéis, principalmente em relação à divisão de tarefas independentemente do gênero de quem as executa.

3 AS ORGANIZAÇÕES FAMILIARES OCIDENTAIS NA SOCIEDADE ATUAL: UM MODELO REPAGINADO OU MUDANÇAS EFETIVAS?

As descrições das famílias nucleares, ainda presentes na maioria dos estudos que tratam do assunto, não levam em conta as mais variadas transformações ocorridas na sociedade ocidental contemporânea. Fatores como a industrialização, o progresso dos meios de comunicação, a extensão dos meios de informação, as reivindicações das mulheres na sociedade e na família são, por vezes, negligenciadas. Entretanto, as funções e os papéis dos 'chefes' da família moderna já não são exercidos do mesmo modo na atualidade.

Antes, a mãe/dona de casa e o aleitamento constituíam o alicerce de todo o núcleo familiar. Mais tarde, a mãe permaneceu como o suporte da família por sua permanente vigilância. Atualmente, as mães que trabalham ou estudam enfrentam questões ideológicas e sociais em relação ao aleitamento artificial e à custódia das crianças quando se ausentam de suas casas para trabalhar ou estudar.

Não há muito tempo e, em certas regiões brasileiras, as relações entre os pais e os filhos eram comumente descritas sob a forma de uma relação quase exclusiva com um dos membros da família, cujo lugar era ocupado, geralmente, pela mãe. Todavia, na realidade atual e de maneira crescente, tal contexto, aos poucos, vem se modificando, observando-se o aparecimento de um formato diferente do funcionamento familiar. A participação mais ativa dos homens, embora discreta, no compartilhar das tarefas domésticas e junto aos (às) filhos (as), bem como a percepção, também discreta, das mulheres quanto ao lugar por elas assumido e incorporado são, certamente, condições importantes para a instauração de um novo modelo de dinâmica familiar.

Por outro lado, essa situação, malgrado sinalize o surgimento de uma família mais diferenciada, no que diz respeito às relações de gênero, ainda não confere um modelo representativo da sociedade atual. Exemplo disso pode ser observado na constante preocupação e sentimentos de angústia em mulheres que trabalham fora de casa ou estudam, quando das separações dos seus bebês e por necessitarem delegar a terceiros os cuidados a eles dispensados.

Em geral, as mães buscam figuras maternas substitutas diversas, tais como as babás, as educadoras de creches ou outra pessoa responsável, configurando, desse modo, a associação do gênero feminino à maternagem. Não raro, as mulheres,

independentemente da posição que ocupem nessa circunstância, são passíveis de enfrentar conflitos relacionados à maternagem, posto que, na maioria dos casos, são mães que partilham com outra mulher a sua função.

O cenário acima descrito parece revelador de uma cristalização da condição da mulher e da responsabilidade a ela atribuída e por ela assumida em dar conta do pleno funcionamento familiar. As mudanças esperadas no papel paterno têm acontecido, mas mostram-se incipientes. É comum observar, na realidade cotidiana, a exigência feita à mulher no sentido de resolver os problemas da prole, a despeito dos seus compromissos profissionais. A conjuntura inversa, quando o homem se sente igualmente implicado na dinâmica e no funcionamento familiar, é uma situação considerada atípica e geralmente reverenciada pelas próprias mulheres.

Nesse sentido, é importante reafirmar que, diante da fragilidade dos vínculos sociais nos primórdios da sociedade industrial moderna, parece ter sido o trabalho remunerado que concedeu às mulheres a sensação de um mínimo de segurança econômica e social. As associações e sindicatos organizados lutavam pelos direitos das categorias de trabalhadores(as) e reivindicavam locais seguros para deixarem os (as) filhos (as) durante a jornada de trabalho. Além disso, as mães passaram a reivindicar o direito de pausas e locais adequados para o aleitamento materno. (RUIZ, J., 2011; MARIOTTO, R.M., 2012; SAULLO, R.; ROSSETTI-FERREIRA, M.C.; AMORIM, K., 2013).

Apesar de algumas indústrias e instituições empregadoras terem atendido parte dessas reivindicações, as condições oferecidas tanto para as crianças quanto para as mães são, geralmente, precárias. Pode-se supor que, segundo a lógica capitalista subjacente ao atendimento dessa reivindicação, mulheres mais tranquilas e seguras em relação aos (às) filhos (as) seriam mais produtivas e aumentariam o ganho de capital do empregador.

A implantação do 'Estado de Bem-Estar' na maioria das sociedades industrializadas ocidentais veio liberar os indivíduos da tutela do Antigo Regime que os colocavam, até então, na condição de reféns de uma obediência hierárquica. Obediência marcada pela submissão a um poder soberano e pela apropriação e confisco de bens.

Tal como definiu Michel Foucault (1976), o estado de apropriação da vida e da morte do indivíduo veio, com a sociedade capitalista, dar lugar a outra situação aparentemente oposta, mas não menos reguladora, conceituada pelo autor como um

biopoder. Segundo Foucault (1976), o moderno modelo administrado pelo Estado dava continuidade a um poder revestido de motivações ideológicas que operava como um mecanismo ou um dispositivo produtivo, objetivando maximizar as forças e administrar a vida dos indivíduos. O autor afirma que, no mundo moderno, o *biopoder* atua no “como da vida” (1976, p. 295), tornando-a mais longa e produtiva e, ao mesmo tempo, controlando as possíveis causas de interferências, acidentes ou deficiências.

A partir desse funcionamento supostamente libertador, característico das relações pertencentes às sociedades capitalistas, o indivíduo passou a ocupar, dentro delas, um lugar mais diferenciado, e a acreditar ser sustentado por um aparato estatal. Ao mesmo tempo, por possuir uma identidade profissional e contribuir para a produção de capital, pôde perceber-se com mais autonomia e mais liberdade. Em certa medida, era-lhe dada a possibilidade de se expressar de forma mais segura, sem ameaças de rupturas resultantes de frequentes descontinuidades dos vínculos relacionais e sociais.

Nesse contexto minimamente estável, Mizrahi (2010) salienta que em meados deste século floresceram importantes lutas trabalhistas que alimentavam várias esperanças de transformações. As lutas travadas por indivíduos mais conscientes dos seus direitos de cidadãos frente à exploração do sistema capitalista, do poder e do controle do Estado sobre os indivíduos, mobilizaram nesses o desejo de se unirem. Surgiram, a partir de então, várias associações de classes, tais como a formação de organizações sindicais de diversas categorias, o surgimento de grupos político-partidários opositores ao regime autoritário vigente e o movimento de luta das mulheres pelo trabalho assalariado e pela criação de creches para os (as)seus (as)filhos (as). Esta luta foi assumida pelo movimento feminista e trouxe, na sua esteira, a reivindicação pelo direito à igualdade de gênero.

Desde então, já era visível o crescimento da participação da mulher no mercado de trabalho, tanto nas áreas formais e informais da vida econômica como no setor de serviços. Entretanto, é digno de nota que essa participação aumentava, principalmente, nas atividades e empregos precários e vulneráveis – subempregos –, sendo esses um dos paradoxos da globalização. Com isso, as desigualdades de salários, condições de trabalho e saúde não se equalizaram e a divisão do trabalho doméstico não se modificou substancialmente, apesar do maior envolvimento nas

responsabilidades profissionais e econômicas por parte das mulheres (HIRATA, 2002; OGIDO; SCHOR, 2012).

A esse respeito, Ogido e Schor (2012) salientam, como movimentos importantes, as discussões e debates que eclodiram no meio acadêmico e nos grupos que lutavam pelos direitos sociais, com ênfase na relação entre trabalho, gênero e reprodução social. Esses autores consideram que, de forma constante e presente nas classes sociais mais desfavorecidas, a divisão social do trabalho entre os sexos é resultante de construções sociais. Reflete o fato de que a maioria dos homens exerce suas atividades no mercado de trabalho capitalista – o ‘trabalho produtivo’ –, enquanto as mulheres dividem seu tempo entre a produção de bens fora de casa e a realização de tarefas domésticas – o ‘trabalho reprodutivo’. Tal situação deixa evidente a discrepância quase sempre presente, independentemente da classe social, em termos de uma desigualdade entre gêneros relativa à valorização e ao reconhecimento do trabalho feminino (SIQUEIRA, 2002; FARIA, 2006).

A luta pela igualdade de gênero no tocante às capacidades intelectuais, sociais, políticas, entre outras, tem repercutido no progressivo aumento de mulheres ocupando cargos antes exclusivamente exercidos pelos homens, o que é revelador de uma realidade significativa e socialmente interessante. Esse perfil de mulher atuante tem sido explorado como objeto de estudos e pesquisas, que são, em sua maioria, conduzidos por mulheres, no entanto, nem sempre se apresentam confluentes em relação ao significado e ao conceito sobre a categoria de gênero.

Scott (1989) analisa, com olhar crítico, as posições teóricas existentes sobre a definição de gênero e aponta para o risco de se cometer um reducionismo epistemológico, segundo o qual “no seu uso recente mais simples, ‘gênero’ é sinônimo de mulheres” (SCOTT, 1989, p.6). Contrapondo-se a isso, a autora considera que gênero é uma categoria pertencente a um espectro maior, isto é, que contempla uma visão de igualdade política e social, não restrita ao sexo, mas que nela estão compreendidas, também, a classe social e a raça.

Sobre essas questões, e sem a pretensão de aprofundá-las, vale ressaltar sua relevância nas abordagens históricas e sociais, sobretudo quando o assunto é debatido nas produções acadêmicas e literárias de mulheres e de feministas. Nesse contexto, é importante ressaltar um aspecto fundamental e característico do universo feminino, qual seja, a experiência da gravidez e do significado para a mulher quando essa se torna mãe.

Do ponto de vista social, a magnitude das repercussões da maternidade na mulher tem sido abordada em estudos que tratam do assunto. Esteves e Menandro (2005); Ogido e Shor (2012) enfatizaram a importância das condições socioeconômicas das famílias das mães e de seus parceiros, sobretudo quando se trata de mães primíparas, levando em conta o contexto em que as diferentes condições de inclusão e exclusão social ocorriam. Em suas pesquisas, ressaltaram, como um aspecto importante, a necessidade de mudanças nas relações de gênero, enfatizando a igualdade de direitos como pré-condição à inserção da mulher no mercado de trabalho, em especial quando essas são mães (OGIDO; SCHOR, 2012).

Sobre esse aspecto, Siqueira (2002) considera fundamental que as questões referentes ao trabalho da mulher não deixem de ser abordadas sob a ótica das relações de gênero. A autora assinala que as conquistas e os direitos das mulheres trabalhadoras remuneradas são irrevogáveis e resultaram em ganhos importantes de crescimento pessoal e social. Contudo, não há como ignorar as discrepâncias existentes em alguns setores do trabalho produtivo onde a equivalência do valor do salário da mulher é geralmente subtraída quando comparado ao trabalhador masculino com o mesmo perfil e atuação.

Do mesmo modo, não é difícil verificar, no âmbito da vida privada, descompasso semelhante, quando comparado à esfera pública produtiva particularmente em relação ao trabalho doméstico dentro da organização familiar. É fato corrente a acumulação de responsabilidades pela mulher para com a divisão das tarefas domésticas e o bem-estar dos (as) filhos (as) e do cônjuge. A designação de dupla e até de tripla jornada de trabalho tem sido comumente referida no discurso de muitas mulheres como sendo consequência da conquistada liberdade e da luta pela igualdade de gênero (SIQUEIRAS, 2002; FARIA, 2006; BAHIA, 2008; BAHIA et al., 2011; MARTINS FILHO, 2015).

Portanto, apesar da garantia de direitos conferida pelas leis trabalhistas, independentemente do gênero, na prática, observam-se discrepâncias quanto à remuneração salarial e à jornada de trabalho a ser cumprida pela mulher. Constatase, ainda, que, na maioria das vezes, a diferença salarial se acha vinculada, principalmente, ao gênero e não ao cargo ou função ocupados. Homens costumam ter seu trabalho mais valorizado do que as mulheres, sobretudo quando essas são mães, mesmo que exerçam funções iguais. Além disso, mulheres e mães assumem,

em sua maioria, obrigações domésticas e com a prole após a jornada semelhante a executada pelo gênero masculino.

Em pesquisa realizada por mim, na França, com mães primíparas parisienses sobre as suas vivências de separação dos bebês no retorno às atividades profissionais e o ingresso do bebê na creche (MAGALHÃES, 1992), verificou-se uma repartição dos investimentos maternos. Essa repartição entre o exercício da maternidade e a atividade profissional possibilitou, nesses casos, vivências de separação menos ou mais conflituosas e elaboradas. Essas mães foram incluídas em duas categorias: mães que funcionavam segundo a lógica da inclusão ou a lógica do 'e', e mães que funcionavam segundo a lógica da exclusão ou a lógica do 'ou'. As vivências maternas verificadas nos discursos das entrevistadas de ambas as categorias das duas lógicas foram compreendidas como indicativas da reatualização de experiências infantis positivas – lógica do 'e' –, ou negativas – lógica do 'ou' – de separação com suas próprias mães. Em ambos os casos, foram observadas manifestações de mecanismo de defesa contra a angústia de separação do bebê.

É fato que o momento da separação da mãe com seu bebê, quando da entrada desse na creche, mobiliza, certamente, ambivalências afetivas, sentimentos de perdas, de culpa e fantasias de possíveis vivências dolorosas para o (a) filho (a). Entretanto, as mães que funcionavam segundo a 'lógica do e' apresentaram comportamentos de adesão ao processo de adaptação à creche e, concomitantemente, o (a) filho (a) respondeu positivamente aos cuidados desenvolvidos pelas berçaristas e à rotina da creche. Observou-se, portanto, que não existia uma clivagem do investimento materno. Apesar das dificuldades próprias à situação, a mãe conseguia deixar o seu bebê na creche e retomar suas atividades profissionais sem grandes conflitos.

Em contrapartida, as mães que investiam fortemente ou no trabalho ou no bebê apresentaram reações díspares quando da separação. Tal categoria denominada de 'lógica do ou' foi observada nas mães através da acentuada resistência à retomada do trabalho ou, opostamente, por um franco desligamento em relação ao bebê. Em ambos os casos, tais reações foram consideradas como sendo manifestações de mecanismos de defesas contra a angústia de separação (MAGALHÃES, 1992).

No caso das mães que funcionavam regidas pela 'lógica do ou', observou-se comportamentos maternos opostos frente à experiência de separação do bebê. Algumas demonstravam extrema dificuldade em separar-se do bebê, apresentando

insegurança, angústias profundas e demonstrando incapacidade de ultrapassar essa situação. Essas dificuldades interferiam, consideravelmente, na retomada do seu trabalho. A persistência de fantasias maternas e de culpa, comuns no primeiro momento, sinalizavam a incapacidade dessas mães de elaborá-las e ultrapassá-las.

Outras mães incluídas na categoria da 'lógica do ou' demonstravam, de saída, ausência de conflitos e facilidade imediata de deixar o filho na creche e de aceitar o funcionamento da Instituição. Essas, embora apresentassem comportamentos aparentemente indicativos de aceitação à separação, tais comportamentos foram compreendidos como mecanismos defensivos frente aos conflitos intensos, porém negados. Nesses casos, pela incapacidade materna de uma repartição adequada dos investimentos afetivos, decorrente de sua dificuldade de separação, a mãe parece desinvestir no bebê, investindo, maciçamente, nas suas atividades laborativas.

As reações dos bebês de mães que funcionavam sob a 'lógica do e' ocorreram de acordo com o esperado frente à situação de separação. Inicialmente, demonstravam ansiedade, choro, recusa aos cuidados das berçaristas e estranheza do ambiente. Entretanto, pouco a pouco, revelaram comportamentos indicativos de adaptação à nova situação: aceitação da saída da mãe, formação de vínculos com as berçaristas e demais crianças, ausência de estranheza diante do novo ambiente e rotina, entre outros comportamentos considerados positivos.

No caso dos bebês cujas mães funcionavam segundo a 'lógica do ou', o processo de adaptação à creche ultrapassava o tempo esperado ou não acontecia a contento. As reações de choro, de estranheza, agitação ou apatia, anorexia, dificuldade de estabelecer vínculos com as berçaristas, entre outras, aconteciam durante um longo tempo e, por vezes, dificultavam a permanência da criança na creche.

O processo de adaptação dos bebês à creche, em quase todas as sociedades e culturas ocidentais, é mais uma atribuição associada ao gênero feminino. Raramente essa tarefa é desempenhada pelo pai, como se os cuidados maternos fossem obrigações morais e legais pertencentes, exclusivamente, à mulher. Na maioria das vezes, quando o homem desempenha alguma tarefa considerada típica do universo feminino, ele a realiza como uma forma de contribuir com a mulher, não se implicando, portanto, como parte responsável. A ausência desse comprometimento masculino com os cuidados com as crianças, casa e familiares, revelam resquícios de valores típicos das sociedades machistas.

Sobre esse assunto, em um estudo etnográfico desenvolvido na França, focalizando a questão de gênero, considerando o cuidar de crianças, idosos e pessoas com deficiências, Weber (2016) constatou a ausência considerável de homens, pais, cônjuges, irmãos e filhos, no cuidado e obrigações morais e legais com membros da família. De acordo com a autora, a ausência do gênero masculino no exercício do conjunto de obrigações para com os parentes, traz implicações para o gênero feminino. Dadas as circunstâncias, cabe às mulheres prover tanto os recursos materiais aos filhos, pais e parentes, quanto oferecer-lhes cuidado e conforto, através de atividades não remuneradas, tais como limpar, cozinhar, cuidar das crianças, da saúde do grupo familiar, atividades essas caracterizadas como exclusivamente femininas.

No Brasil, as mudanças nos papéis de gênero, no que dizem respeito à manutenção familiar, têm sido observadas em praticamente todas as classes sociais, principalmente nas classes média e nas menos favorecidas economicamente. As pesquisas governamentais (IBGE, 2000) revelam que, no país, 24,9% dos domicílios são chefiados por mulheres, ficando a região Nordeste com a maior fatia, ou seja, 25,9%, pertencentes a lares pobres. (BAHIA, 2008; BAHIA et al., 2011).

Sobre esse sujeito, Castells (1999) havia sinalizado que, com a inserção da mulher numa atividade profissional remunerada, a família tradicional patriarcal foi posta em cheque, ocorrendo, conseqüentemente, rearranjos nos lugares e poderes na dinâmica da família. No entanto, apesar dessa configuração ser facilmente constatada no dia a dia, a lógica patriarcal se conserva preservada, e a sociedade ainda coloca o homem, mesmo que simbolicamente, como o principal provedor, negando, em princípio, essa nova realidade. A dificuldade e a resistência masculina em se distanciar do lugar de figura solar e hierarquicamente superior em relação à mulher e aos filhos têm repercutido nas relações dentro da família e se convertido numa suposta crise de identidade, sendo essa uma das principais consequências do modo de funcionamento das sociedades modernas (ROUDINESCO, 2003).

As pesquisas sobre o tema, encontradas em Siqueira (2002); Mariotto (2012), demonstraram que as mudanças ocorridas na sociedade e nas relações familiares, de um modo geral, não resultaram apenas do crescimento do trabalho formal feminino. Quase sempre as mudanças são consideradas ambivalentes, na medida em que podem ser facilmente identificadas como um divisor de águas para a economia, fazendo-se presentes nos projetos de políticas públicas.

Alguns elementos podem ser considerados como decisivos para a realidade atual, tais como: alterações importantes na dinâmica familiar; avanços alcançados pela ciência e tecnologia; campanhas públicas de controle da natalidade; maior acesso à formação acadêmica e consolidação dos direitos civis e políticos. Consequentemente, tais elementos colocaram a mulher na condição de sujeito do seu desejo, sujeito esse que se apresenta socialmente ativo.

Embora sejam inegáveis os ganhos sociais e econômicos conquistados pela mulher, decorrentes, em parte, dos movimentos sociais e feministas, observam-se, ainda, relações de poder na dinâmica familiar. Quando as relações apresentam forte desigualdade nas relações de gênero, não é raro verificar-se diferenças importantes no tocante à equivalência em vários níveis, e não exclusivamente no salarial e econômico.

Acrescente-se a isso o fato de ainda se constatar concepções machistas no que tange ao trabalho assumido na rotina familiar. Atualmente, essas concepções ainda se mantêm presentes no comportamento e atitudes não somente dos homens, mas são igualmente incorporadas, em grande parte, pelas mulheres. A ideia da maternagem, a subvalorização do trabalho feminino e o meio cultural e social constituem-se fatores determinantes para a manutenção da desigualdade entre gêneros.

Sartori (2004), apropriadamente, caracteriza essa situação utilizando as interpretações dos conceitos de obrigação e ajuda em relação aos papéis desempenhados na família. A leitura preconceituosa acerca das diferenças de gênero, associa o trabalho doméstico, a educação e cuidado dos filhos como tarefas inerentes à competência da mulher ou da menina, revestida de um caráter obrigatório. Aos homens ou aos meninos, é cobrado o seu papel social através do registro da ajuda à mulher no desempenho das tarefas ditas femininas.

Ainda recorrendo à Sartori (2004), ela ressalta que uma das principais consequências do trabalho externo da mulher se verificou no âmbito das relações e dinâmicas familiares, deixando o conflito de gênero ainda mais evidente. O modelo complementar que marca a lógica de gênero – à mulher, a obrigação; ao homem, a ajuda –, na repartição das atividades domésticas e dos cuidados com os filhos, realça a prevalência do modelo machista no grupo familiar e na nossa cultura.

Em suma, apesar dos incontestes avanços e mudanças observadas nas famílias da sociedade ocidental contemporânea, sobretudo em consequência das lutas

feministas, há ainda muito a ser conquistado, particularmente no que tange às relações de gênero. Uma sutil observação pode ser sugestiva do lugar ocupado pela mulher/mãe, independentemente da classe social e da cultura, no que diz respeito à função materna. Trata-se da constatação da prevalência de mulheres no quadro de funcionários de creches, bem como a presença e o envolvimento predominantemente feminino na Instituição, que parecem confirmar o senso comum de que “cuidar de bebê é coisa de mulher”. Guardadas as devidas proporções, a supremacia feminina – berçaristas e mães – observada numa creche francesa pesquisada (MAGALHÃES, 1992) não é dissonante da creche objeto do presente estudo. A esse propósito, as relações entre pais e bebês serão abordadas no capítulo a seguir.

4 RELAÇÃO PAIS E BEBÊS NA FAMÍLIA OCIDENTAL CONTEMPORÂNEA

A partir de concretas mudanças operadas na sociedade e com o advento da Modernidade, a vida familiar se revestiu de grande importância. Tornou-se foco da atenção crescente por parte do Estado. Como consequência, o período da infância passou a ser valorizado. A criança, mais investida socialmente, tornou-se objeto de projetos estatais que enfatizavam a educação e a saúde infantil (ARIÈS, 1960; GIDDENS, 1991; ROUDINESCO, 2000; 2003).

Com a nova posição social da família, os (as) filhos (as) de famílias burguesas passaram a ser concebidos (as) como um investimento na transmissão do patrimônio e como um ser desejado, planejado e esperado.

De acordo com Ariès (1960), a família passou a reconhecer em cada filho (a) uma identidade própria, um objeto de investimento afetivo, e a perda de um (a) deles (as) passou a ser sentida como um dano irreparável, sentimento esse pouco vivenciado antes da valorização da infância. Nessa época, a seleção natural vigorava como critério máximo de sobrevivência. Período em que, de forma jocosa, dizia-se que filhos (as) eram criados (as) ‘como batata’. A perda de um (a) filho (a) pequeno (a), ‘anjinho’, era comumente atribuída aos desígnios de Deus: “Deus dá, Deus tira”. A função materna limitava-se, praticamente, à transmissão de normas de higiene e educativas, e, por vezes, na lida da terra privada. Nesse contexto, a circulação dos afetos entre mãe e filhos (as) parecia pouco valorizada ou quase inexistente.

Com a entrada da mulher no mercado de trabalho, o papel materno sofreu modificações. As mães, além de assumirem os encargos na família, passaram a exercer novas funções na sociedade. A relação mãe-filho foi concebida como essencial para o desenvolvimento da criança, e o amor materno configurou-se como natural e inato à mulher. Como consequência dessa nova concepção do amor materno, a sua ausência ou insuficiência foram alvo de preocupação e censura por parte da sociedade e, sobretudo, pelos teóricos do desenvolvimento infantil. Ao mesmo tempo, o papel materno também sofreu modificações a partir da entrada da mulher no mercado de trabalho, levando-a a assumir, além da família, outras funções na sociedade. (ARIÈS, 1960; BADINTER, 1985; COSTA, 1987; MOURA; ARAÚJO, 2005).

Na cultura ocidental, as representações sociais acerca do papel da mãe e do pai receberam forte influência médica, psicológica e de alguns estudiosos do

comportamento da infância. Com o advento da Psicanálise, por Freud (séculos XIX e XX), a importância do papel materno nos cuidados com sua cria tomou vulto nas teorias evolutivas de autores pós-freudianos, tais como: Anna Freud (1947), Melanie Klein (1969), Spitz (1958), Bowlby (1989), Winnicott (1956/2000), entre outros.

No início do século XX, as ideias de Freud (1900, 1905) vieram subverter a certeza da racionalidade do ser humano, da família e da própria infância. As suas concepções sobre o homem moderno puseram em questão a supremacia da consciência como única certeza da razão, do pensamento e dos atos humanos. À época, o positivismo e o racionalismo reinavam como pensamentos filosóficos incontestáveis, cuja maior expressão se resumia na crença de que o “homem – a consciência – seria dono da sua própria morada”, impossibilitando a percepção do que não era objetivamente perceptível.

Até esse momento, as doenças eram classificadas a partir da identificação de sintomas e órgãos lesionados o que tornava muitos quadros psicopatológicos ininteligíveis. A partir dos estudos de Freud e Joseph Breuer (1895) sobre a etiologia da histeria, desejos e lembranças – reminiscências – passaram a explicar os quadros histéricos recorrentes na era vitoriana. A histérica, utilizando-se da via somática, inconscientemente, dava vazão à sexualidade recalcada. O contexto familiar, até então prenhe de valores ‘assépticos’, foi ‘contaminado’ pelas fantasias sexuais, desejos irreconhecíveis e negados.

O Édipo, utilizado como mito simbólico por Freud, serviu de referência para a compreensão da trama dos afetos circulantes nas relações familiares e sustentou o paradigma descrito na teoria das neuroses. Nessa visão de família organizada e configurada a partir de um modelo triangular – Pai, Mãe, Filho –, desenrolava-se, portanto, o cenário familiar. O (a) filho (a) não somente tornara-se um sujeito único, mas detinha uma sexualidade peculiar, compreendida como “perversa - polimorfa” (Freud, 1905). Nesse contexto, para Freud (1905), a sexualidade infantil se manifestava de várias maneiras e através de desejos diversos. Ou seja, pela exploração do próprio corpo e/ou dirigida aos objetos de desejo, nesses incluindo a mãe, o pai ou o seu substituto (a).

A importância da descoberta freudiana da sexualidade infantil e, conseqüentemente, do sistema inconsciente recalcado – sexual – figuram na base da organização psíquica do ser humano, na qual a subjetividade é constituída. Melhor dizendo, a construção da subjetividade do indivíduo seria alicerçada também pelos

desejos infantis incestuosos e recalcados provenientes das primitivas relações entre a criança e os adultos que dela se ocupam.

Os postulados freudianos causaram alvoroço na sociedade e no meio científico da época, por levarem para o seio da família a sexualidade, tema, até então, revestido de muitos preconceitos e forte tabu. Não faltaram críticos tentando combatê-los, mas muitos foram os interessados em conhecê-los e aderirem ao pensamento freudiano. É fato que tanto a sexualidade como a concepção da infância mudaram os referenciais, até então, vigentes.

As famílias, a sociedade como um todo e as instituições educativas e de saúde atentaram para as novas concepções de infância e direcionaram novas formas de cuidados e serviços voltados para as crianças. A infância, portanto, passou a ser percebida como um tempo fundamental para a construção da personalidade, malgrado a ênfase dada à psicologia comportamental como principal abordagem na educação formal e familiar ao longo de muitos anos. As teorizações freudianas, abraçadas e difundidas por estudiosos e clínicos, favoreceram a ideia do papel da mãe como fundamental para o desenvolvimento e saúde da criança e, conseqüentemente, como base para a saúde mental do adulto.

Em oposição à concepção essencialista do amor materno e a partir do interesse da investigação acerca do desenvolvimento da criança e sua relação com os cuidados maternos, a partir dos anos 1950, teóricos pós-freudianos desenvolveram pesquisas enfatizando a importância dessa relação para a saúde mental do indivíduo. Dentre elas, a título de ilustração, encontram-se as teorias e as pesquisas desenvolvidas por mulheres importantes no meio acadêmico e científico, tais como, Hilferding (1991), Deutsch (1987), Dolto (1988), Debray (1988), Mahler (1983), Mannoni (1981), Mead (1961), entre outras que investigaram, em profundidade, a subjetividade feminina e sua relação com a maternidade.

A opinião das autoras revelou-se concordante no tocante à maternidade, embora refutassem e se distanciassem das concepções essencialistas e/ou machistas. Nesse sentido, afirmaram que o tornar-se mãe não resultava de um mecanismo de acionamento automático do instinto materno adormecido, mas de um processo que se iniciava a partir da experiência da mãe ou do responsável nos cuidados diários com o bebê.

Vale ressaltar que a novidade trazida pelos construtos psicanalíticos sobre a maternidade foram absorvidas, com entusiasmo, no meio científico e pela sociedade

em geral. Todavia tais construtos parecem pouco compreendidos e, por vezes, distorcidos na sua essência pelo leitor leigo, por profissionais de outras áreas e por publicações equivocadas quanto aos enunciados propostos. A título de exemplo, pode-se citar a banalização de conceitos fundamentais da teoria psicanalítica, tais como “Complexo de Édipo” e “Feminino”. Esse último, a partir de uma interpretação tendenciosa, desconhece as fantasias da mulher em face da maternidade, realçando, assim, a descrição de um modelo ou de orientações sobre um saber-fazer materno adequado.

Não obstante, dadas as demandas que a experiência da maternidade suscita, sobretudo quando se trata de mães primíparas, essas teorias, embora passíveis de críticas, revestem-se de reconhecido valor. A imaturidade e a dependência psíquica e biológica do bebê demandam uma série de cuidados e manejos especiais a serem realizados pelo adulto, tais como descreveram e comprovaram, em suas teorias, autores como Lacan (1938), Klein (1969), Spitz (1958), Mahler (1983), Winnicott (1956/2000, 1988), entre tantos outros. Porém, parece que, ao insistirem na inquestionabilidade de seus paradigmas, essas teorias parecem ter favorecido a instalação de um efeito paradoxal, ou seja, produziam nas mulheres sentimentos de insegurança, de culpa e uma preocupação excessiva com a sua competência. Dissertando sobre o assunto, Corso e Corso (2011) afirmam: “[...] era tão alardeado que se elas não se dedicassem verdadeiramente, amando e construindo um lugar psíquico para seu filho, poderiam estar alimentando um monstro, que a experiência inicial da maternidade assumiu dimensões ‘apavorantes’”(2011, p.58).

Apesar de não se abordar aqui a pertinência desse postulados teóricos, é importante sublinhar que as proposições de alguns desses autores anteriormente citados, são objetos de críticas não apenas por outras correntes teóricas, mas também no seio da própria Psicanálise. As críticas recaem, sobretudo, quando enfatizam falhas na função materna considerando apenas características da personalidade da mãe e/ou sua habilidade e manejo em atender às demandas fisiológicas do bebê.

Em relação às teorias do Desenvolvimento Infantil que enfatizam a relação mãe-bebê como essencial para o desenvolvimento saudável da criança, Laplanche (1987), psicanalista francês que, na construção de suas teorizações, desenvolveu criterioso e profundo estudo da obra freudiana, teceu duras críticas a alguns autores da Psicanálise. Para Laplanche, a perspectiva teórica evolutiva defendida por alguns

psicanalistas, sobretudo nos anos 1950 e 1960, não considerou e pareceu desconhecer o que é, de fato, caracteristicamente psicanalítico.

Partindo da distinção freudiana entre autoconservação – objeto da Psicologia e de outras áreas de conhecimento do indivíduo – e sexualidade – objeto da Psicanálise –, Laplanche (1987), denunciou um movimento denominado por ele de *panpsicanalismo*. Esse movimento, surgido no interior da Psicanálise, consistiu na invasão da Psicologia, e notadamente na Psicologia da Criança, pela Psicanálise. Dessa invasão, resultou uma confusão de campos pela qual toda a evolução humana é colocada na perspectiva de uma descrição freudiana que se aplica, tão somente, à emergência da sexualidade (LAPLANCHE, 1987).

Essa importância atribuída à figura materna por alguns autores psicanalistas foi duramente questionada por sociólogos, antropólogos e feministas. Esses consideravam a Psicanálise um modelo retrógrado e essencialista da maternidade, e muitos a definiam como um modelo machista e preconceituoso (BADINTER, 1985; FALCK; WAGNER, 2000).

Hilferding (1991), médica e primeira mulher psicanalista do círculo de Freud, na Viena do início do século XX, expressou sua opinião, marcadamente ousada, diante de um auditório exclusivamente masculino sobre a natureza do amor materno. Na sua exposição, defendeu a ideia de que esse tipo de amor não passaria de um mito. Afirmou ainda que a ausência de amor materno pode se manifestar de várias maneiras, desde a recusa de amamentar até os atos hostis que colocam em risco o bom desenvolvimento e até mesmo a vida do (a) filho (a).

A concepção essencialista do amor materno despontada desde o século XIX foi entendida por Hilferding (1991) como equivocada e machista, assemelhando-se a uma construção imaginária que parecia impossível de contestação, quase da mesma ordem da proibição do incesto. Embora não carregue consigo o mesmo peso cultural e social que reveste a proibição do incesto, a ideia de uma maternagem instintiva foi sendo incorporada pelo imaginário coletivo como sendo a principal característica do feminino. Seguindo esse raciocínio, a mulher só alcançaria a sua plenitude com a experiência do amor maternal e a sua ausência se constituiria em um desvio, um desvio da Ordem Natural. Nessa tradução do conceito, despreza-se a ideia de que tal ordem é, na realidade, uma invenção social e um arbítrio com o objetivo de colocar a mulher no patamar de mãe e ‘rainha do lar’.

O desejo espontâneo da mulher pela escolha de não ter filhos (as), compreendido como sendo uma patologia ou um ato antinatural, embora tenha, ao longo dos anos, sido percebido e reconhecido como um direito legítimo, conquistado pela mulher, ainda assim, chega a causar espanto ou estranheza naqueles cujos valores se revestem de preconceitos e julgamentos morais ou religiosos. A parcela da sociedade, e não é pouca, que funciona segundo essa visão se acha em contradição e em diacronia com a sociedade contemporânea e as transformações que são apresentadas aos indivíduos.

Nos séculos XVIII e XIX, concepções sobre a gravidez e as práticas de aleitamento já demonstravam, por meio de pesquisas médicas e sociológicas, o alto grau de negligência das mães em relação à amamentação do bebê (MARTINS FILHO, 2015; MORO; GOMIDE, 2003; DIDONET, 2001; AZEVEDO; ARRAIS, 2005). Regularmente, essa função era antes assumida pelas amas de leite – as criadas da família – ou por mães ditas mercenárias. Reflexo disso repercutiu na elevada incidência dos casos de morbidade e mortalidade infantil, nos quais muitas crianças morriam antes do primeiro ano ou não chegavam a alcançar os quatro anos de vida.

O período da infância, nessa época pouco valorizado e mesmo negligenciado pelos adultos e pela comunidade, revelava uma realidade na qual o não reconhecimento da criança como um ser dotado de desejos e necessidades próprias, era uma condição natural. (ARIÈS, 1960; ROUDINESCO, 2003). Uma das explicações para essa concepção era demonstrada através da posição das mulheres/mães pertencentes à alta burguesia que costumavam ver com preconceito, como sendo uma condição inferiorizante para elas próprias, amamentar e cuidar dos seus filhos. Por outro lado, o que parecia impedir as mães operárias de assumir tais funções era a jornada de trabalho excessiva, fator considerado relevante, que as impossibilitava de realizar a função materna.

Posições semelhantes foram encontradas nos trabalhos de Forna (1999) e Serrurier (1993), ao ressaltarem que o mito natural da maternagem foi introduzido e amplamente veiculado a partir das ideias de Jean-Jacques Rousseau, na ocasião da publicação do livro *Émile*, em 1762. No seu conteúdo, o autor criticava fortemente a prática corrente das mães naquela época, ao transferir os cuidados básicos dos seus bebês, sobretudo em relação a amamentá-los, entregando-os às amas de leite. A recomendação feita pelo célebre autor, no seu texto, proclamava e incentivava as mães a se ocuparem dos bebês, a não se distanciarem dessa função natural, em prol

de interesses fúteis. Nesse sentido, a vocação materna da mulher sendo instintiva, natural e obrigatória, nenhuma outra possibilidade seria aceitável, sem que não redundasse em julgamentos condenatórios.

Ao longo do século XIX, influenciada pela Revolução Industrial, a Europa, especialmente a sociedade francesa, inicia uma importante mudança nos valores relativos à composição e à rotina familiar. A significativa redução do número de filhos (as) se verificou como sendo um dos resultados das novas exigências da ordem do sistema capitalista. A esse propósito, Roudinesco (2003) afirma que, sem pôr em risco de dissolução do amor conjugal, a mulher, uma vez podendo ser reconhecida na sua sexualidade, mesmo sendo essa discretamente prazerosa, e o homem, com certo controle da sua sexualidade imperativa, passando a obtê-la através de atos sexuais como o *coitus interruptus* ou mesmo a abstinência, submeteram-se e vivenciaram seus desejos a partir de uma tomada de consciência até então inexistente. Mudou, portanto, o contexto da relação matrimonial, na qual a prática sexual era basicamente pautada pela supremacia ativa do gozo masculino e pela impregnada passividade feminina.

Ainda no rastro dessas mudanças na vida privada, as relações filiais foram afetadas, nesse sentido, com repercussões significativas no período da infância. O lugar e a importância do (a) filho (a) na vida dos pais e da cultura foram radicalmente revistos, acarretando modificações tanto no plano afetivo quanto no social. Antigamente, pouco valorizado ou visto como uma ‘coisa’ dentro da família, o (a) filho (a) foi alçado ao *status* de sujeito, dotado de uma subjetividade própria, passando a ter direito a uma atenção especial quando bebê e durante todo o período da infância.

Em anos mais recentes, apoiando-se em resultados de pesquisas e no estudo dos comportamentos sociais, Elisabeth Badinter (1985), filósofa e feminista francesa, resgatou a tese sustentada por Hilferding (1991), ao questionar, com veemência, a supremacia da mãe e a essência do amor materno, esse concebido como uma “vocação natural” da mulher e considerado da ordem de uma crença intocada. Nas suas argumentações, a autora defendeu a concepção segundo a qual o “mito do amor materno” foi fortemente influenciado por dois aspectos importantes: a garantia da continuidade da descendência familiar e a ideia vigente de completude da relação entre a mãe e a criança resultando, assim, na idealização essencialista da maternidade.

Partindo desse entendimento, Badinter (1985) desmistificou, com vigor, as teorias evolutivas e psicanalíticas sobre o desenvolvimento infantil. Segundo a autora, essas enfatizavam a natureza e a necessidade inquestionável da presença do instinto materno. As críticas de Badinter (1985) recaíam, sobretudo, na ênfase dada por essas teorias ao instinto em detrimento do afeto. Acrescenta que o principal elemento da relação adulto-criança não está relacionado ao gênero daquele que se ocupa da criança.

Os postulados de Badinter (1985) trazem ao debate um aspecto importante, mas quase sempre ignorado pelos especialistas ao realçar a figura do pai nos cuidados do bebê. Esse, até então, considerado pela sociedade e pelas teorias apenas como provedor da família e desprovido de aptidões naturais para lidar com crianças. Ao contestar essa ideia, considerando-a conservadora, atribuiu à figura paterna condições para ocupar um lugar diferente na relação com a família, no qual poderia e deveria assumir funções semelhantes ou substitutivas às funções maternas.

Desde os meados da década de setenta, estudos e pesquisas sobre a paternidade têm sido objeto de intensas discussões no seio da Organização Mundial de Saúde (ABERASTURY, 1978). Essa atenção derivou da evidência da importância do papel do pai na saúde mental desde os primórdios da infância. Entretanto, apesar dos estudos, a ênfase dos cuidados do bebê recai na figura materna ou em outra mulher que a substitui no exercício da maternagem. Aberastury (1978) critica autores psicanalistas pela ênfase dada à relação mãe-bebê sem atribuir a mesma relevância à relação pai-bebê. Ao estudar os transtornos mentais precoces da infância, a autora sublinha que nos casos em que são observados transtornos na relação inicial entre a mãe e sua cria, a relação pai-bebê poderá se constituir em uma experiência corretora de uma má conexão inicial entre o bebê e sua mãe.

Tal como Aberastury (1978), Perserval (1981) postulou que, apesar de sua importância, a paternidade se constitui em um terreno obscuro nas Ciências Humanas. Estudou a figura paterna e seus papéis, através da Psicanálise e da Etnologia, em diferentes culturas. Constatou que, tal como a mãe, o pai pode apresentar reações somáticas como enjoos, aumento de peso, entre outras, bem como pode ser invadido por fantasmas e conflitos inconscientes arcaicos, os quais podem dificultar o exercício da paternidade. Da mesma forma, fatores socioeconômicos e culturais podem intervir, negativamente, nas relações entre os pais e seu bebê. Por exemplo, dificuldades econômicas que exijam um maior volume e

tempo de trabalho fora de casa; preconceitos sociais que reforçam a ideia de que só a mulher tem competência para cuidar de recém-nascido; que a presença masculina só é importante quando o(a) filho(a) está crescendo(a) e, principalmente, se for do gênero masculino.

Winnicott (1956/2000) apesar da ênfase dada à díade mãe-bebê para a saúde mental do indivíduo ao longo de seus estudos, postulou que há certos pais que, efetivamente, seriam melhores mães que suas mulheres e que homens maternos seriam extremamente úteis para a saúde mental do bebê. Entretanto, sublinha que ao substituir a mãe do bebê, pode colocar em risco a função paterna propriamente dita, ou seja, a de proteger a díade mãe-bebê na fase inicial da vida do indivíduo. O autor enfatiza a importância do equilíbrio entre os dois polos, materno e paterno, assinalando que o pai é “necessário para dar à mãe um apoio moral, para sustentá-la em sua autoridade, para ser a encarnação da lei e da ordem que a mãe introduz na vida da criança” (WINNICOTT, 1989, p.119).

Inspirado no conceito foucaultiano de *biopoder*, Costa (1999) critica a função paterna postulada pela perspectiva médico-higienista. Essa coloca o pai no lugar de transmissor, para a sua prole, de ensinamentos considerados importantes para a autoconservação da vida, em prol dos interesses do Estado. Para o autor, essa corrente teórica anuncia a ascensão do ‘pai higiênico’, a serviço da Nação, em sobreposição ao papel do ‘pai proprietário’ dos (as) filhos (as). A concepção do ‘pai higienista’ se coaduna com o modelo da ‘mãe higienista’, cuja função materna se encontra, historicamente, assujeitada ao poder médico. Em síntese, pode-se salientar que, de acordo com o autor, a utilização da ciência enquanto poder favorece ao aprimoramento dos dispositivos de controle social.

Em concordância com as afirmações de Costa (1999), Mariotto (2009) acrescenta que:

Seguindo esse pensamento, a pedagogia médica – higienista –, usando a ciência como base, colocava sobre a família, sobretudo a figura paterna, a responsabilidade de uma influência não protetora e mesmo nefasta em relação às crianças. O lugar do pai passa nessa perspectiva por uma modificação, conferindo uma nova organização doméstica, com a divisão do poder parental (MARIOTTO, 2009, p.39/40).

Com a retirada da ênfase do polo instintivo da maternagem, no qual realçava o determinismo da assunção do amor materno – inato – em face do amor paterno – conquistado –, sobretudo no plano do inatismo instintual, a construção e o

desenvolvimento das relações afetivas entre o bebê e seus pais foram observados por vários teóricos (HILFERDING *et al.*, 1991; DELAISE De PARSEVAL, 1998; FALCK; WAGNER, 2000; ROUDINESCO, 2003; AZEVEDO; ARRAIS, 2005; ANDRÉ; CHABERT, 2008). Na prática, porém, a possibilidade do compartilhamento das tarefas e dos cuidados a serem realizados com os (as) filhos (as), especialmente nos primeiros tempos de vida, não aconteceu de maneira simples e livre de conflitos.

Levando-se em consideração a própria condição biológica da mulher, ao carregar no ventre o feto e as mudanças daí decorridas – corporais, hormonais e emocionais –, que são experimentadas na gestação, *a priori*, coloca a mulher em uma realidade diferente daquela vivida pelo homem. A questão da função e do lugar do pai na relação com os (as) filhos (as) tem motivado alguns teóricos psicanalistas contemporâneos no estudo da construção da identidade paterna. Trata-se de um tema que, apesar de sua importância, ainda é pouco explorado pela literatura especializada. (DELAISE De PARSEVAL, 1998; LAMOUR, 1995, 2008; HURSTEL, 1997; ANDRÉ, CHABERT, 2008; CORSO, CORSO, 2011).

Constatam-se avanços na relação dos pais com seus filhos. Alguns pais parecem diferenciarem-se dos modelos tradicionais típicos de seus próprios pais e avôs. Mostram-se mais sensíveis e maternais junto aos (às) filhos (as), rompendo com a ideia da primazia, da exclusividade e da competência materna no exercício dos cuidados com as crianças pequenas.

Azevedo e Arrais (2005), seguindo a mesma linha de pensamento de vários autores (FORNA, 1999; BADINTER, 1985; MOURA; ARAÚJO, 2005), defendem a ideia segundo a qual a maternidade só comporta o amor irrestrito e apoiam a perspectiva das teorias de gênero, por considerarem que a maternidade e a maternagem são construídas, e não instintivas.

Na sociedade contemporânea, a dinâmica familiar e as funções parentais incidem nos modos de vida da prole, especificamente relacionadas às crianças pequenas. As transformações que daí resultam estão vinculadas às novas demandas familiares e sociais. O trabalho feminino extradomiciliar e a prevalência de uma família nuclear restrita não mais se constituem nos únicos fatores responsáveis pelas mudanças nas famílias e nos papéis desempenhados pelos pais (MOLLO-BOUVIER, 2005).

Por outro lado, na medida em que as transformações sociais resultantes das reivindicações de classe e gênero se consolidaram na sociedade, passa a existir, na

atualidade, a emergência de uma nova figura paterna (LAMOUR, 2008). O pai soberano e imponente presente na família do século XVIII perde sua força em decorrência da assunção do feminino. A família se transforma, identificada com os valores burgueses, voltando-se para a valorização da maternidade. Roudinesco (2003) atribui grande importância a esse momento de mudança social e cultural para o surgimento de uma nova ordem familiar. Nessa, o declínio do poder patriarcal teve um efeito liberador para as mulheres marcarem suas diferenças e as crianças serem olhadas como sujeitos.

Nesse quesito, os trabalhos de Grisci (1994) e de Trindade (1998) demonstram como ainda são raros os estudos sobre o papel da figura masculina nas relações com sua prole. Para Grisci (1994) a concepção essencialista da maternidade como um dom inato e sagrado, além de ilusória, dilui a responsabilidade social no processo de criação e educação das crianças para além dos cuidados maternos ou femininos. Trindade (1998), por sua vez, considera que as relações de gênero ainda permanecem cristalizadas e divididas. Apesar dos avanços observados nos papéis masculinos e femininos, ainda se percebe a marca tradicional e estereotipada em relação às atividades profissionais e às funções exercidas na rotina familiar e na educação dos (as) filhos (as).

É inegável que a inserção da mulher no mercado de trabalho gerou novos arranjos conjugais e na função paterna. Todavia, como demonstram Azevedo e Arrais (2005), dados ainda recentes revelam o descompasso entre os dois arranjos, apontando o crescimento acelerado de mulheres na produção de renda, enquanto a participação masculina nos trabalhos domésticos, ao contrário, vem crescendo de forma lenta e gradual. Outrossim, embora na dinâmica da família moderna a função paterna tenha se tornado mais efetiva, a mãe ainda ocupa o lugar da principal referência de cuidados para os (as) filhos (as) pequenos (as).

Apesar do olhar sobre novos formatos de paternidade, o aspecto biológico da maternidade mantém-se como ponto de convergência entre os autores. No que tange à gravidez da mulher, os homens, em sua maioria, tendem a senti-la e a percebê-la como algo teórico, distante da sua realidade. Vivenciam essa situação no plano do afeto e da solidariedade à mulher, e o (a) filho (a) ainda não é concebido (a) como tal, mas como uma ideia remota, como um porvir.

A esse respeito, os teóricos psicanalistas franceses, Diatkine *et al.* (1972), Kreisler (1987) e Lebovici (1987) desenvolveram seus estudos sobre a relação entre

o funcionamento dos bebês e o meio ambiente utilizando-se da observação direta da situação da relação mãe-bebê e do pai com o bebê. Inferiram, a partir das observações a respeito do lugar do pai no processo da parentalidade, que se a mãe carrega o (a) filho (a) no ventre, o pai o (a) carrega quase que exclusivamente na fantasia.

Corso e Corso (2011) acrescentam a esse respeito que os recursos tecnológicos das imagens virtuais produziram uma mudança significativa no sentimento e na vivência dos futuros pais, especialmente nos homens, pelo fato de, ao se defrontarem com a primeira ultrassonografia do feto, esses vivenciariam o momento real de uma experiência psicológica de tornarem-se pais.

Porém, os avanços tecnológicos já mostram uma realidade diferente da época desses estudos. A partir do momento em que se pode visualizar a imagem do bebê na tela, com características cada vez mais definidas, o pensamento dos autores franceses anteriormente referidos pode parecer anacrônico, posto que, anteriormente, as fantasias se presentificavam somente a partir do nascimento do bebê real, experiência essa válida para ambos os pais. Embora seja aceitável que a realidade tecnológica veio influenciar ou determinar, definitivamente, a capacidade dos pais para fantasiar o (a) filho (a), isso pode não ter grande importância, se considerarmos que a visualização da imagem virtual, por si, não impede a eclosão de desejos e fantasias no imaginário parental.

As transformações e mudanças na família e na sociedade liberaram a mulher, em parte, do rótulo de 'fria' ou 'mãe desnaturada'. O fato de a maternidade deixar de ser concebida como a principal realização feminina refletiu, sobremaneira, na criação e educação dos (as) filhos. As antigas representações acerca da maternidade deram lugar a relações menos vinculadas a estereótipos arcaicos e mais distanciadas da imagem idealizada do pai solar. Malgrado as mudanças observadas na família nuclear e no papel do pai, que resultaram na postura paterna ativa junto à mulher, na criação e formação dos (as) filhos (as), ainda é prevalente a presença da figura feminina no exercício dessas funções. Entretanto, de forma discreta, é possível observar que essas mudanças repercutiram nos (as) filhos (as), deixando-os (as) mais livres para a escolha e construção de seus próprios projetos, apesar da influência e das fantasias parentais.

Corroborando ainda mais a concepção antinaturalista do amor materno, Badinter (1985, 1992) lembra que, sendo esse amor uma construção, algo a ser conquistado,

observam-se diferenças notáveis nas vivências de cada mulher. A autora afirma com veemência que há “mães e há reprodutoras, e a maternidade se constitui num monstro de duas cabeças – procriação e criação – cuja confusão a estratégia patriarcal tem interesse em manter” (BADINTER, 1985, p.356). Em síntese, a autora ressalta a complexidade da experiência da maternidade vivida pela mulher, além dos desdobramentos que podem afetar a sua identidade.

As conciliações frequentemente demandadas à mulher nesse processo comportam, além das mudanças biológicas e corporais, duas outras vertentes igualmente significativas. Essas se referem à vertente subjetiva e à vertente histórico-social. A primeira, em grande parte, constitui-se de mensagens implantadas pelo outro – especialmente a família – e que são incorporadas ao longo da sua história transgeracional. A segunda comporta as expectativas e exigências sociais do mundo contemporâneo, que percebe a mulher como independente e consciente dos seus direitos. Essa dupla influência e a elaboração que se mostra necessária realizar tem se revelado um desafio a ser enfrentado por muitas mulheres e mães. Os ecos dessa situação, geralmente conflitantes, que permeiam a maternidade e a vida profissional ou social, aparecem quase sempre revestidos pelos sentimentos de culpa, de angústia e insegurança que, ordinariamente, representam a marca da identidade feminina.

A relação entre a questão da feminilidade e da experiência da maternidade, dada a sua relevância, ultrapassa os domínios da Psicanálise e das Ciências Sociais e Humanas. Na literatura, foi tema recorrente, especialmente nas obras de autoras feministas renomadas, tais como Virginia Woolf, Simone de Beauvoir e Clarice Lispector, que descreveram, no perfil de suas personagens, inquietudes semelhantes e desafiadoras do universo feminino. (CORSO e CORSO, 2011). Nesse sentido, Beauvoir (1949) resumiu a condição de ser mulher na célebre frase: “ninguém nasce mulher. Torna-se”, conferindo ao gênero feminino uma postura ativa a ser conquistada e construída socialmente.

Ainda recorrendo a Beauvoir (1961), essa afirmou que: “[...] certas mulheres são mais poedeiras do que mães, desinteressam-se do filho logo depois do desmame, logo depois do nascimento, e não desejam senão outra gravidez” (BEAUVOIR, 1961, p.263). Tal assertiva crítica direcionada à condição feminina é por ela considerada como uma postura alienante, cuja função reprodutiva torna-se a principal razão para a mulher, negando, assim, a sua capacidade de assumir uma identidade própria, livre da dependência afetiva e da submissão econômica e social (p.170). Nessa lógica, a

cada gestação, o ciclo se repete, consolidando, dessa maneira, uma identidade forjada para e pelo outro, objeto de dominação.

As pesquisas de autoras como Ribeaud (1979), sobre a maternagem de mães proletárias na França, e Badinter (1985) acrescentam a esse respeito que a ambiguidade e os sentimentos contraditórios em relação à maternidade são, com frequência, vivenciados por muitas mulheres, em especial por aquelas mais frágeis afetivamente ou insatisfeitas na relação conjugal. Nos casos em que a vida é considerada limitada pela falta de investimento em projetos pessoais, a procriação pode ser compreendida como uma forma de ocupar o vazio existencial.

O vazio existencial é, por vezes, vinculado a mulheres com poucos recursos materiais e baixa escolaridade como sendo uma decorrência da carência e da ignorância. Tal explicação pode ser facilmente refutada. Esse fenômeno pode ser igualmente observado em mulheres de meios sociais e culturais abastados. Consequentemente, esse vazio parece se tratar de uma outra ordem, não da esfera objetiva típica do ambiente social. Para Badinter (1985), trata-se de uma carência que não se refere apenas ao ambiente social, mas de uma falta, de uma necessidade de tamponar algo que escapa, possivelmente, da consciência (Badinter, 1985, p.224).

A questão da identidade, tal como descrita por Badinter (1985), é uma construção que se desenrola ao longo da existência humana. Quando se trata da feminilidade, com frequência, associa-se ao automatismo do corpo e às possíveis formas de controle como a decisão sobre a gravidez, o que realça o caráter enigmático da identidade feminina. Reforçando essa ideia, Touraine (2007) considera que a mulher vive na experiência da gestação algo único que ultrapassa seus papéis sociais. Afirma o autor a esse respeito: “é essa função de reprodução que coloca a mulher em desequilíbrio com seus papéis institucionais” (p.46). O autor, nas suas palavras, parece indicar que embora os papéis sociais tenham se tornado menos rígidos e mais igualitários em relação ao homem, a mulher contemporânea não cessa de buscar a sua própria identidade ou a “construção de si”.

A linha tênue que separa o subjetivo – a dimensão psíquica – e o objetivo – a dimensão real – ainda tem sido pouco valorizada, quando se pretende compreender o caminho trilhado pela mulher ao decidir tornar-se mãe. Se, por um lado, a influência do social na construção de qualquer indivíduo é um fato incontestável, por outro, é no registro da transicionalidade entre as duas dimensões que a maternidade se materializa. Nesse momento vivido pela mulher, os significados subjetivos – fantasias,

desejos, anseios – acham-se presentes para dar sustentação à realidade que está prestes a se concretizar.

Num contexto mais elaborado, no qual a maternidade é vivenciada como um momento especial para a mulher, a relação com o (a) filho (a) antecede o ato do nascimento. Tornar-se mãe aparece, antes de tudo, como a realização de um desejo e não como uma necessidade biológica ou social. Com o parto, nasceu uma mãe e um (a) filho (a), substituindo o que antes era a grávida e o feto idealizado. O bebê da fantasia, como lembram alguns autores (LEBOVICI, 1983; CORSO; CORSO, 2011), não coincide com o imaginado, cabendo à mãe o trabalho para ressignificá-lo, ao mesmo tempo em que possa reproduzir, na realidade, a fusão já existente anteriormente. Nesse momento, mãe e bebê se encaixam, os ritmos ocorrem e, paulatinamente, tendem a ocorrer de forma ajustada e sincrônica.

Nessa perspectiva, a origem do sujeito encontra-se no mesmo ponto de partida das fantasias. De acordo com Badinter (1985), somos feitos dessas fantasias, que têm por função preencher os vazios intersubjetivos entre nós e os outros, especialmente, o outro que nos recebe nos primórdios da existência.

Para a sociedade moderna e para a maioria das mulheres, mesmo as que rejeitam os valores retrógrados acerca das funções da mulher na família, a maternidade permanece sendo uma questão pulsante, seja pela via do desejo, seja pela via da sua negação ou recusa. A histórica submissão da mulher ao tempo biológico – assumindo-se como a ‘solteirona’ ou a procriadora – viu-se reforçada pela cultura dominante e patriarcal que, negando-lhe à liberdade de direitos, forjara uma identidade feminina cujo sentimento de inferioridade persistiu como marca por longos tempos e permanece com seu efeito residual em muitas sociedades.

Diante de toda a pressão ideológica, pouco importa que a mulher exerça um trabalho extradomiciliar remunerado. Os cuidados com a prole, com o cônjuge ou companheiro e com a organização familiar permanecem sob a sua tutela, assimilada por ela e cobrada pelo homem e pela sociedade. Já ao homem, fica implícita a proteção e a manutenção do grupo familiar, responsabilidades geralmente esperadas pela mulher, como sendo uma condição natural, fazendo com que, em ambos os casos, possa-se reconhecer neles a força da ancestralidade na construção dos papéis (BADINTER, 1985; LOSSO, 2011). Mesmo destronada a supremacia masculina, e estando a mulher em francas condições de igualdade com os homens em vários

aspectos, essa, dificilmente, não sucumbe ao apelo da maternidade e às obrigações que toma para si. Quando não as assume, a culpa as invade (Losso, 2011).

As composições das famílias contemporâneas retratam, com exatidão, uma realidade bem diferente de um tempo nem tão remoto, uma vez que se observa a existência de núcleos restritos, com poucos (as) filhos (as) ou mesmo famílias recompostas, com filhos (as) de outros relacionamentos e do casal, famílias monoparentais, ou de uniões homoafetivas. Instala-se, dessa forma, uma dinâmica que implica em mudanças nos papéis e na rotina familiar (MOLLO-BOUVIER, 2005; CORSO; CORSO, 2011). Muitas vezes, essas famílias não dispõem da ajuda de familiares, e a pesada rotina de trabalho, estudo ou atividades complementares dificulta as trocas e o diálogo entre pais e filhos (as). Isso se observa pela dissimetria dos tempos de convivência do grupo familiar. Por exemplo, na atualidade, parece ser cada dia mais difícil as refeições conjuntas e outras formas de encontros no cotidiano doméstico.

O paradoxo, nessa situação, é que a mãe moderna ainda não se livrou completamente das antigas representações, pois lhe é cobrada uma performance semelhante à da antiga mãe idealizada. Administrar os conflitos de interesses, não mais restritos à maternidade, que se expressam através de desejos, expectativas, autonomia financeira e realização profissional, coloca as mulheres em estados de angústia, dúvida e, invariavelmente, de culpa e ambivalência.

Ambivalência materna que é, segundo Parker (1997), a experiência compartilhada por quase todas as mães, na qual incidem afetos ambivalentes – de amor e ódio – na relação com seus (as) filhos (as). Além disso, a autora refere que a dificuldade em enfrentar tais sentimentos tão complexos quanto contraditórios pode provocar, em algumas mulheres, sentimento intenso de culpa, com o qual, geralmente e com muito sofrimento, têm que conviver. Nas palavras de Parker (1997), “[...] atualmente, culpa e maternidade são quase sinônimos” (PARKER, 1997; p.270).

Embora essas reflexões demonstrem que ambivalência e culpa são sentimentos comumente associados à maternidade, o que resultaria numa leitura generalista da situação, é importante sublinhar o aspecto singular da condição humana, a subjetividade, que confere à experiência da maternidade uma vivência pessoal e única. Nesse sentido, as separações que são inevitáveis e desejáveis na relação da mãe com seu bebê podem assumir contornos diferentes, quando são vividas como uma experiência compartilhada. Significa dizer que a separação mãe-bebê sempre

comportará uma experiência real nova, com a entrada de um terceiro na relação, o pai e/ou outra pessoa, geralmente a babá ou a cuidadora da creche.

Roudinesco (2003), ao refletir sobre a família moderna e pós-moderna, de forma paradoxal, põe em evidência o declínio da função paterna. Dirá que, nos anos setenta, com a supressão da expressão ‘chefe de família’, a própria noção de poder é definitivamente eliminada da lei. A família torna-se ‘coparental’ e fala-se, a partir daí, em ‘coparentalidade’. Durkheim, em 1892, já considerava que a instituição familiar tenderia a se reduzir à medida que as relações sociais se estendessem e que o capitalismo se desenvolvesse. A família moderna se individualiza, passa a ser composta pelo pai, a mãe, os (as) filhos (as) e seus descendentes. Essa redução teve por efeito transformar a família em uma fortaleza afetiva restrita a interesses privados (ROUDINESCO, 2003). As consequências dessa retração originaram modos diferentes de relacionamentos familiares e formas de socializações diversificadas. O tempo e o espaço das crianças passaram a ser fragmentados, seguindo uma agenda de compromissos equivalentes e regulados a partir do tempo e disponibilidade dos pais.

Todas essas mudanças repercutiram não somente nos hábitos do grupo familiar e nos papéis assumidos, geraram também novas conceituações epistemológicas, para descrever esse fenômeno. De acordo com Lebrun (2010), desde a década de setenta, o termo autoridade paterna – *paternelle* – deu lugar ao termo parentalidade no código civil francês. Essa substituição presume que a parentalidade representa que ambos os pais se encontram em posições igualitárias. O modelo de pai como autoridade e de mãe submissa e passiva não se encaixa na família contemporânea, entrando em cena a dupla que educa e cuida, sem distinção de gênero.

Nas sociedades mais desenvolvidas e modernas, como a francesa e outras europeias, esse formato de família é uma realidade facilmente observável. Porém, o mesmo não pode ser atribuído a outras sociedades, como o caso do Brasil e de alguns países em desenvolvimento. No nosso caso, a operacionalização da rotina coparental esbarra tanto nos valores morais e culturais, quanto no pouco investimento do Estado em projetos de políticas públicas efetivas que possibilitem essa prática.

Embora seja desejável exercer esse modelo de cuidar, Lebrun (2010) questiona sobre os riscos de confundir os pais e as crianças quanto às diferenças existentes nas funções maternas e paternas. Conforme o autor, “sem alternância nem alteridade, não haveria negociação, diálogo, posições diferenciadas, a partir dos quais a criança

poderia ir construindo sua identidade através da comparação, cotejando-se com um ou outro” (LEBRUN, 2010; CORSO; CORSO, 2011, p.143).

À primeira vista, parece contraditória essa afirmação de Lebrun (2010), posto que essa separação de papéis se associa às antigas famílias, ao pai, a lei; à mãe, o carinho. Porém, para existir igualdade, não necessariamente, as diferenças devam ser anuladas, e é nesse sentido que se percebe a pertinência do que foi enunciado acima.

A família tem sido, portanto, afetada na proporção direta das mudanças sociais como descreveu o historiador francês Philippe Ariès, no texto “A criança e a vida familiar sob o Antigo Regime” (1973). Segundo o autor, naquela época, não havia a noção de infância, sendo a criança não considerada como um ser com especificidades e características próprias, mas como um adulto incompleto a ser criado e educado longe da família. A crescente taxa de mortalidade infantil à época e a presença de crianças no sistema de produção capitalista foram aspectos realçados pela ascensão da burguesia na Europa e pelo advento da revolução industrial. A obscuridade que encobria a condição da infância veio à tona a partir da modernidade e foi combatida pela nova ordem social, passando a criança a ocupar um lugar diferenciado na família e no meio social, através da atenção e cuidados com a saúde e a educação.

Didonet (2001), analisando a dinâmica das famílias atuais, salienta o valor da família, presente nos discursos sociais, educacionais e médicos e critica a prática crescente da terceirização de suas funções. Chama atenção para a perda de valores e distorções éticas que podem se propagar em vários aspectos com as terceirizações. Além disso, o autor remarca a falta de crédito do poder estatal para o enfrentamento de uma crise moral.

No tocante à família, essa sempre foi considerada importante, mesmo com as mudanças configurativas observadas ao longo dos tempos e da interferência mais ativa do Estado através de leis, direitos, deveres e meios de garantir o desenvolvimento e o bem-estar social dos indivíduos. As pesquisas realizadas sobre esse tema têm demonstrado que não se deve minimizar ou menosprezar o papel da família, tomando-a por uma instituição obsoleta para o mundo moderno, em virtude da facilidade que tem a criança de dispor de outras referências sociais e variadas fontes de conhecimento. Mollo-Bouvier (2005) acrescenta que, nos trabalhos sociológicos sobre a família, “[...] se os vínculos familiares mudaram, nem por isso

desapareceram ou perderam sua intensidade afetiva” (MOLLO-BOUVIER, 2005, p.339).

Embora a entrada de um terceiro – o Estado, as Instituições e/ou uma nova figura de pai – nas relações familiares, principalmente, na relação mãe e bebê tenha ocasionado rearranjos familiares, ainda assim, o modelo de cuidado e responsabilidade na educação e formação da personalidade dos (as) filhos (as) reside, em grande parte, na relação com a mãe, sobretudo nos primeiros anos de vida do bebê.

A esse respeito, o olhar investigativo do pediatra e psicanalista Donald Winnicott (1988) sobre o ambiente no processo de subjetivação e socialização do indivíduo levou o autor a enfatizar a importância da relação do pai com o bebê. As concepções winnicottianas podem ser vistas com reservas por alguns críticos da teoria de gênero e pelas feministas. O autor não vincula a autoridade da mulher à do homem e, nesse sentido, pode aí ocorrer um erro interpretativo epistemológico sobre a teoria winnicottiana. A função da interdição proposta pelo autor é da ordem da falta, independentemente do sexo ou do gênero. Nesse sentido a entrada de um terceiro na relação da díade mãe-bebê se faz necessária, e não se trata exclusivamente da presença física do pai biológico ou de uma figura masculina. Trata-se, pois, de um interditor real ou simbólico que assuma um caráter estruturante no sentido de romper a relação dual propiciando a continuidade do desenvolvimento saudável do bebê.

Considerando o exposto, a creche pode certamente funcionar como um terceiro (Maciel, 2010) que interdita o fechamento da díade mãe-bebê, liberando a mulher da tarefa exclusiva de maternagem. Favorece, portanto, o retorno da mãe ao exercício das atividades extradomiciliares, entre as quais o trabalho remunerado. Vale salientar que embora a creche exerça a função de apartar, a relação do bebê com a mãe não se rompe total e abruptamente. Na verdade, trata-se de um processo de separação-individuação mãe-bebê, no qual a creche pode atuar como um terceiro real e consolidador.

Assim, a decisão da colocação do bebê na creche depende de vários fatores, entre os quais a organização familiar, social e cultural. Mizrahi (2010) constatou que, nas relações precoces entre os pais e seus bebês, tem surgido uma nova subjetividade exposta, desde cedo, a uma realidade muito pouco entrosada com suas primeiras necessidades. Nas suas observações teóricas e empíricas, a autora se deparou com adultos lidando com as difíceis transformações no mundo produtivo que

pareciam confrontar, de saída, o narcisismo de seus bebês com muitas frustrações, transferindo para eles a vivência de desamparo que experimentavam, eles mesmos, na vida profissional.

As separações da mãe e do bebê que se impõem em função do exercício profissional repercutem, sem dúvida, na dinâmica familiar e relacional. Em qualquer circunstância, trata-se de uma separação, de fonte de angústia, de insegurança. A mãe, seja qual for o seu interesse pelo trabalho, vive, dolorosamente, a separação do (a) filho (a) ainda tão pequeno (a) e, cada vez mais, o pai parece experimentar os mesmos sentimentos. Trata-se de emoções complexas, mais ou menos intensas, mais ou menos conscientes. Repercutem nos pais, nos educadores (as) e nas pessoas que estão envolvidas na situação sentimentos primitivos, que são reativados através de mecanismos de identificação com o bebê e que podem provocar diferentes modalidades de respostas: defesas contra a regressão, o abandono, o desamparo, a culpa, necessidades de reparar, de assegurar, de desculpabilizar.

Ao abordarmos a situação de uma criança quando entra na creche, constata-se um momento particular de separação, de corte de uma relação primária entre a mãe e o bebê e tudo o que a configura. Por exemplo, o ambiente físico e toda a sua atmosfera são elementos que comporão as mudanças na rotina do bebê. Essas vivências são particulares, principalmente na relação com o outro, pois se acham marcadas pela dissimetria dos tempos psíquicos e revelam a dupla dimensão da diferença e da separação. Assim, a possibilidade de o bebê se adaptar à creche – ambiente objetivo – e ao educador (a) – ambiente subjetivo –, certamente, dependerá de sua possibilidade interna de viver a separação da figura materna num tempo tão precoce, e no qual é introduzida à intervenção de um terceiro que vai acolhê-lo. Do lado da mãe, as suas vivências subjetivas, sociais e culturais interferem de forma decisiva nesse complexo trabalho de separação. Do lado do bebê – o meio acolhedor substituto, na figura da creche ou de uma babá –, tudo está por acontecer.

Por essa razão, é inegável a influência e a importância das primeiras relações do bebê com a mãe ou substituto materno para o desenvolvimento psíquico e social da criança, aspecto esse amplamente ressaltado por vários autores (KLEIN;1952; SPITZ, 1958; WINNICOTT, 1956/2000; KREISLER, 1976; LEOVICI, 1983; BLEICHMAR,1994). Há, nesse entendimento, unanimidade em considerar que a atitude afetiva da mãe ou seu substituto, associada à atitude afetiva do terceiro, no

caso a creche, são fundamentais para a promoção favorável ao bem-estar da dupla mãe-bebê.

Do ponto de vista do bebê, uma experiência de separação tranquila está intimamente relacionada às características do funcionamento materno e a qualidade do acolhimento dispensado ao bebê pela creche ou outra forma de guarda. Da parte da mãe, é fundamental que ela seja capaz de realizar a repartição de investimentos afetivos para além da maternidade. Nesse sentido, é importante que ela possa usufruir do tempo longe do bebê através do trabalho ou de outras atividades que lhe proporcionem ganhos narcísicos. No tocante à creche, é fundamental que o bebê encontre no outro que o acolhe, no caso o adulto, uma atuação pautada no reconhecimento da sua singularidade e que atenda, com sensibilidade, as demandas de cuidados corporais e afetivos por ele sinalizadas.

A entrada do bebê na creche implica tanto as vivências e cuidados já experimentados no ambiente familiar, quanto as novas vivências que se apresentam no ambiente social da Instituição creche. Vivências que compreendem mudanças objetivas, tais como ambiente, rotina, entre outras, bem como a permuta da figura materna pelas berçaristas, e o compartilhar dos cuidados e atenções dessas com outras crianças. Trata-se, pois, de uma situação desconhecida que se descortina para uma criança em tão tenra idade. São, sem dúvida, experiências fortes, não apenas para o bebê, mas que envolvem a família e toda a rede relacional da creche.

5 A CRECHE, A INFÂNCIA E AS BERÇARISTAS: ENTRE O CUIDAR E O EDUCAR

Em linhas gerais, a Instituição Creche se configura como um dispositivo legalizado pelo Estado com objetivo de prestar serviços às famílias, compartilhando a função de cuidar e educar os (as) seus (as) filhos (as). Trata-se de um terceiro, representado pela creche, educador (a) ou berçarista, disponibilizado pelo Estado ou pela iniciativa privada para o acolhimento de crianças de faixa etária entre 4 meses e 3 anos. A creche, além de suprir as mais variadas necessidades parentais no cuidar dos bebês, constitui-se, para esses, como um espaço de socialização e iniciação à aprendizagem no ambiente extrafamiliar. Observa-se, na realidade brasileira, a partir da instauração da LBDEN (1996), Propostas Governamentais (2015) dirigidas tanto às Instituições públicas como às privadas, o que representa uma atenção especial voltada para esse período da infância.

5.1 As creches na realidade brasileira

A importância da creche para a sociedade tornou-se premente a partir da necessidade da maioria das mulheres de exercer um trabalho remunerado para contribuir, ou assumir totalmente, o orçamento familiar.

Segundo Kuhlmann Jr. (2001), a primeira creche brasileira foi criada no Rio de Janeiro no ano de 1899, em face da impossibilidade das famílias de terceirizar os cuidados das crianças com babás ou vizinhos, por exemplo, como faziam e ainda fazem, atualmente, as famílias mais abastadas. As exigências financeiras familiares impunham a mulher à entrada no mercado de trabalho. Para não deixar os (as) filhos (as) sozinhos (as), as mães viam-se na contingência de colocá-los (as) numa creche, para serem cuidados (as).

No Brasil, as creches públicas se expandiram a partir da década de 1980, em consequência dos movimentos sociais populares como as organizações de bairros, a Pastoral do Menor e o movimento Luta por Creches. Esse movimento surgiu em São Paulo, em 1979, liderado por mulheres operárias que reclamavam da falta de creches para poderem trabalhar e contribuir com a renda familiar. As reivindicações, nesse momento, visavam a suprir a falta de dispositivos sociais – educacionais e de saúde –, geralmente concentrados nas periferias das grandes cidades

(ROSEMBERG, 2010). Com a expansão do número de creches resultante das pressões de vários segmentos sociais, essas surgiram, de certa maneira, como um paliativo na tentativa de dar conta das mudanças acarretadas pelo trabalho assalariado da mulher e pelas demandas de um novo arranjo familiar.

As creches, inicialmente vinculadas a instituições privadas ou comunitárias, recebiam do Estado uma contrapartida indireta, apenas como copartícipe, por serem consideradas extremamente dispendiosas em relação à sua estrutura e à sua operacionalização. (SARTORI, 2004; BUSS-SIMÃO, 2010; RUIZ, 2011). Nesse contexto, mostrava-se evidente o pouco interesse do governo pelas questões sociais, principalmente nas áreas da saúde e da educação, delegando ao indivíduo a total responsabilidade da sua gerência. Isentando-se de assumir compromissos com o bem-estar do indivíduo, reputava-lhe às suas escolhas e à sua condição de vida o fracasso em administrar, dignamente, a sua vida e a de seus descendentes. Nessa lógica perversa, a criança e as suas necessidades básicas, tais como a sua subsistência e, especialmente, a educação não eram objeto de um justo investimento do sistema capitalista. O Estado, isentando-se de exercer a função que lhe cabia, considerava a criação dos (as) filhos (as) assunto da vida privada e da responsabilidade exclusiva dos pais ou dos parentes próximos.

Rosemberg (2001), nesse aspecto, chama a atenção para a tendência assistencialista e alienante das políticas governamentais e dos programas sociais, principalmente quando esses se direcionam à infância, particularmente aos bebês, às mulheres e aos profissionais da Saúde e da Educação Infantil. A autora considera que o viés ideológico desses projetos apresenta objetivos claramente compensatórios, frente às desigualdades e fracassos escolares da população economicamente empobrecida. Tais projetos são operados em detrimento de ações que ressaltem as capacidades e estimulem o crescimento dos indivíduos, tornando-os cidadãos conscientes dos seus direitos e deveres.

Na mesma linha de pensamento e em ampla escala, enquadram-se as propostas de intervenções sugeridas nos Programas Sociais do Governo Federal, ou aquelas apoiadas financeiramente por organismos internacionais, como o Banco Mundial, as Fundações Sociais e Filantrópicas, entre outros. Propostas que, possivelmente, priorizam a manutenção da produção de bens e capitais e do desenvolvimento econômico às expensas da melhoria da qualidade de vida.

Segundo Guimarães (2008), ainda nos dias atuais e mesmo com o amplo acesso aos meios de comunicação e às informações em tempo real, disponíveis em quase todos os estratos sociais, pode-se constatar a pouca eficácia de programas sociais destinados à população de baixa renda. Por exemplo, pode-se citar os programas de controle da natalidade, implantados desde o século passado, o de prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e, mais recentemente, as ações de combate à fome. Na maioria dos casos, a abordagem assistencialista subjacente nessas campanhas não produz o resultado que seria o desejado para a população, ou seja, a tomada de consciência dos indivíduos sobre os próprios atos e os cuidados com o corpo, com a sexualidade.

Foucault (1985b), em uma de suas últimas publicações, *O cuidado de si*, faz um retorno ao pensamento e ideias da era greco-romana, em que o cuidado de si se constituía no modo pelo qual a liberdade individual foi pensada como ética do sujeito. Tinha como princípio ocupar-se de si e conhecer-se, exercendo o controle de seus impulsos e apetites exacerbados, possibilitando uma postura ética pautada na liberdade refletida. Nas sociedades ocidentais modernas, o cuidado de si se apresenta como algo suspeito, uma espécie de egoísmo ou individualismo (GUIMARÃES, 2008).

A concepção foucaultiana sobre a ética do sujeito como ‘cuidado de si’ permite que sejam questionadas as condições e os princípios que fundamentam, até os dias atuais, os programas de educação infantil no Brasil. Embora esses programas enfatizem o cuidado e a atenção à infância, observa-se que a origem e a implantação de creches têm relação direta com o trabalho remunerado dos pais, sobretudo com o trabalho feminino. Seguindo essa linha de pensamento, a creche pode ser percebida como um dispositivo que exerce um caráter alienante sobre a vida dos indivíduos que a utilizam. A realidade do seu funcionamento revela uma distorção em vários níveis. A creche como lugar para deixar as crianças sem necessariamente pensar nelas, a creche como trabalho representado pelo cuidado oferecido pelos seus funcionários às crianças e suas famílias, sem que resulte de uma prática reflexiva e consciente.

Na sociedade brasileira, as mudanças relativas à educação infantil e aos direitos das crianças transcorreram em um cenário político conturbado, sendo alvo de questionamentos e transformações decorrentes de mobilizações organizadas por vários setores e categorias trabalhistas e sociais. Nesse momento, pôde-se reconhecer o quanto essas reivindicações foram significativas para a elaboração ou revisão de vários projetos, tais como a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da

Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei n.º 9.394/96 –, com ênfase nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2010). É importante salientar que essas últimas diretrizes definiram as creches e pré-escolas como a primeira etapa da educação básica oferecida às crianças.

A aplicação dos princípios da Constituição Federal de 1988 e de demais leis a ela acrescentadas outorga aos municípios a responsabilidade e prioridade do Ensino Fundamental e da Educação Infantil. Então, confere ao Estado e à União a condição de copartícipes. A partir daí, foram apresentados projetos de políticas públicas e implementadas ações e recursos financeiros, vinculando as creches por longo tempo à Secretaria de Ação e Bem-Estar Social.

5.1.1 Aspectos gerais das creches do município de João Pessoa-PB

No município de João Pessoa, em 2006, uma década após a criação da LDBEN/96, a administração das 29 creches existentes passou a ser responsabilidade da Secretaria de Educação Municipal (SEDEC), e não mais da Secretaria de Desenvolvimento Social Municipal (SEDES), recebendo uma nova nomenclatura: Centro de Referência de Educação Infantil (CREI)⁴ (PARAÍBA, 2015).

De acordo com o documento-base do Plano Municipal de Educação (SEDEC, 2015-2025) da cidade de João Pessoa, local do presente estudo, desde o ano de 2014, o município dispõe de 79 creches construídas, 03 em construção e 04 projetadas e aprovadas; 02 escolas de educação infantil em tempo integral e 42 escolas com pré-escolas em tempo parcial. No que diz respeito à Educação Infantil (CREI), existe uma composição em dois níveis, de acordo com a faixa etária. No primeiro nível, são admitidas nas creches crianças com faixa etária entre quatro meses e três anos de idade. No segundo nível, as crianças são admitidas a partir dos três até

⁴ O art. 1.º do Decreto 5.581/06 prevê: “Ficam transferidas da Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDES), para a Secretaria de Educação do Município (SEDEC), os Centros de Referência de Educação Infantil – CREIs.” Art. 13 – O poder público municipal criará Unidades de Educação Infantil, com oferta de creche e pré-escola, para crianças de 0 (zero) a 6 (seis) anos e 6 (seis) meses de idade, completados até 30 de julho de cada ano, nos termos da legislação vigente e das diretrizes curriculares emanadas dos Conselhos de educação.

os cinco anos de idade na categoria de pré-escola, ambos os níveis funcionando em tempo integral.

O processo de implantação e funcionamento de creches oferecido pelo Município de João Pessoa pode ser vislumbrado a partir de dados recentes fornecidos pela SEDEC (2015) e apresentado a seguir (Quadro 1):

QUADRO 1 - CRECHES E PRÉ-ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA-PB

Rede	Creche	Pré-escola
Municipal	4.251	4.868
Federal	28	42
Privada	3.107	7.510
Total	7.386	12.420

Fonte: MEC/NEP/DEED/Subgerência de Estatísticas/SEE-PB

De acordo com o Censo de 2014, a estimativa populacional do município de João Pessoa revela uma população de 780.738 habitantes. Considerando a nossa realidade, marcada por uma população econômica e socialmente desfavorecida, observa-se que o número de bebês atendidos pela rede pública (4.251), além de revelar-se insuficiente para atender à demanda é, praticamente, equivalente ao número de bebês (3.107) matriculados nas instituições privadas. Vale salientar que o número de creches municipais (77 unidades) absorve, em média, cinquenta e cinco bebês por unidade nos berçários I e II. No que diz respeito às instituições privadas, não se tem dados oficiais fidedignos sobre o número de creches existentes no município. Considerando também a população da cidade de João Pessoa, aqui incluindo as creches federais (28 bebês), apenas 4.279 bebês estão inseridos no Programa de Educação Básica referendado pela LDBEN 9.394/96. Esses dados, de saída, sugerem que os pais, sobretudo as mães, para retornarem às suas atividades extradomiciliares, necessariamente, recorrem a outras formas de guarda dos bebês: irmãos(ãs), familiares, vizinhos, conhecidos ou babás.

No processo da passagem das creches de um modelo assistencialista para uma proposta educativa, sucederam-se muitos debates sobre a qualidade da educação a ser oferecida à criança. Rosemberg (2001) acentua que nas propostas pedagógicas e institucionais acham-se presentes os conceitos que abrangem, além do educar, o cuidar, em se tratando do trabalho a ser desenvolvido junto às crianças muito

pequenas, sobretudo àquelas na faixa de idade dos quatro meses aos três anos. Associada a essa situação específica, os conceitos adotados – educar e cuidar – e a prática neles apoiada podem produzir julgamentos morais e preconceituosos dos profissionais que atuam nessa área. Para muitos, o cuidar, tal como caracterizado e desenvolvido nas creches, é considerado tanto por leigos, incluindo os pais, quanto pelos profissionais da educação como um trabalho menos qualificado e de menor importância.

A esse propósito, Kuhlmann (1998) relembra que embora as creches tenham sido um grande avanço em relação à antiga prática da Roda, possibilitando a manutenção dos vínculos e cuidados entre mãe e filho (a), nos últimos tempos, apesar de todos os projetos governamentais, ainda se constata uma visão estigmatizante dessa Instituição. A creche continua pouco valorizada, constituída por profissionais pouco qualificados e reconhecidos quanto à sua importância tanto para a sociedade, como para o próprio sistema educacional.

Sob esse prisma, a creche se distanciou pouco do formato original e dos valores que pautaram o seu processo de desenvolvimento. A equação mãe-trabalho-criança permanece associada à vida produtiva dos pais e à sobrevivência da família. Guimarães (2008) considera que essa ideia se mantém no que tange às relações entre as famílias e a instituição, a creche continua sendo percebida apenas como um apoio, ou um espaço no qual a criança permanece durante a jornada de trabalho dos pais, sobretudo da mulher.

Na rotina da creche, as crianças embora necessitem de cuidados básicos como alimentação, banho, sono, precisam também receber, de quem delas se ocupa, outros tipos de cuidados. Por se tratar de um ser em crescimento, faz-se necessário um olhar para além da manutenção da sua sobrevivência, situando-o na sua totalidade, ou seja, enquanto um ser com necessidades sociais, cognitivas e afetivas. Esse modelo de cuidar consta nos regimentos das creches que subentendem as intervenções como uma prática integrada, cuja ênfase é dirigida aos objetivos educacionais. Contudo, as práticas realizadas nas creches estão longe de atender às propostas do Projeto Político-Pedagógico e estão aquém das necessidades das crianças.

Como fora abordado, diferentemente do reconhecimento e valor atribuído à escola, a creche comporta várias particularidades. Na sua dinâmica e no seu funcionamento, encontram-se envolvidos, ativamente, três personagens: os pais, as

crianças e as funcionárias – professoras e berçaristas⁵. Essa instituição tem como um dos princípios básicos promover a conciliação dos direitos dos pais e das mães – assalariados ou não – e o direito das crianças pequenas a serem cuidadas e iniciarem uma educação de qualidade. Como já foi referido, o Projeto Político-Pedagógico da Secretaria de Educação do Município de João Pessoa (SEDEC, 2015) situa a creche como sendo a primeira etapa da Educação Infantil. Assim, a tradição assistencialista que marcou o formato de funcionamento das creches em tempos anteriores passou a ser refutada, surgindo tentativas no sentido de consolidar um novo modelo institucional pautado por uma abordagem multidisciplinar.

Os Centros de Referência de Educação Infantil (CREIs) que incorporaram as creches, enfrentaram, de saída, desafios importantes, como os de corrigir as antigas distorções e equívocos das instituições herdadas e instaurar práticas modernas. Para tanto, novos espaços foram criados, outros reformados e adaptados às exigências do Projeto Político-Educacional da SEDEC (2015). Em linhas gerais, pretende oferecer programas de atendimento às crianças, priorizar e ressaltar a qualidade dos processos educativos e incentivar a qualificação e a valorização dos profissionais da Educação Infantil.

A esse propósito, é importante lembrar o que diz Buss-Simão (2010), ao afirmar que, na educação infantil, as atividades desenvolvidas devem levar em conta as crianças como sujeitos pertencentes à cultura, dotados de singularidades, levando em conta as diversidades geográficas e sociais da clientela atendida.

O processo de inclusão das creches aos sistemas de ensino revelou uma complexidade de situações a serem enfrentadas, tanto do ponto de vista pedagógico, quanto do ponto de vista administrativo-funcional. A operacionalização da proposta educativa encontrou inúmeras dificuldades, tais como: profissionais não qualificados para o exercício das funções; inadequação dos profissionais em relação ao trabalho a ser desenvolvido com crianças muito pequenas; situação de instabilidade do vínculo profissional, em razão da grande incidência de contratos temporários; poucos recursos financeiros e quadro de funcionários insuficiente.

⁵ A utilização do gênero feminino para designar as pessoas responsáveis pelas crianças na creche baseia-se na constatação da presença maciça de mulheres na creche estudada na presente pesquisa, fato igualmente verificado na literatura especializada. A presença de homens admitidos no quadro de funcionários restringe-se na maioria das vezes, às funções de porteiro e segurança.

Além disso, no contexto institucional, político e social no qual se inserem as creches, todos que as frequentam vivenciam importantes relações subjetivas e de poder em decorrência da diversidade das classes sociais, gênero, geração, cultura e etnia (FARIA, 2006). Considerando serem as creches lugar social, com diversidade própria, nas quais interagem adultos e crianças em tenra idade, o que ali é realizado assume uma importância especial para as crianças e para a sociedade. Sua população demanda um trabalho específico, em virtude do fato de a maioria das crianças do berçário ainda não ter desenvolvido plenamente a aquisição da marcha, da linguagem e por apresentar total dependência em relação aos cuidados corporais básicos.

Mesmo com as crianças que já adquiriram as competências anteriormente referidas, o trabalho das funcionárias – professoras e berçaristas – é realizado, prioritariamente, sob a ótica do cuidar higienista. Em razão da heterogeneidade da clientela, que se encontra em etapas evolutivas diferentes, não é raro observar a confusão de papéis e a diversidade de atribuições na prática desenvolvida. O cuidar parece, então, sobrepujar o educar, comprometendo o sentido do que tem sido requerido nos programas político-pedagógicos.

5.2 A concepção da infância

A breve retomada da concepção da infância, já anteriormente abordada neste trabalho, diz respeito, tão somente, às conceituações acerca da categoria bebê presentes em alguns autores da Sociologia da Infância. Trata-se, pois, de uma rápida passagem por alguns estudos e pesquisas sobre o bebê segundo suas posições teóricas e abordagens metodológicas.

Jens Qvartrup (2010), sociólogo estruturalista da infância, centraliza os conceitos infância, geração e estrutura ao longo dos seus estudos. Concebe o período da infância como uma categoria social, tal como qualquer outra usada por pesquisadores e cientistas sociais e do comportamento humano. Optando pelo uso do termo infância em lugar do termo criança, sublinha que a infância se encontra relacionada à noção de geracionalidade e, portanto, deve ser incluída no rol das categorias analíticas, tais como gênero, idade, classe social e renda familiar. O autor comenta: “A infância nunca

mais foi a mesma depois dessa passagem pelo período de industrialização” (QVARTRUP, 2010, p. 785).

De acordo com essa proposição, a categoria infância abrangeria as mais variadas dimensões da vida da criança. Segundo Sarmento (2005):

[...] a infância não é a idade da não-fala: todas as crianças, desde bebês, têm múltiplas linguagens (gestuais, corporais, plásticas e verbais) porque se expressam. A infância não é a idade da não-razão: para além da racionalidade técnico-instrumental, hegemônica na sociedade industrial, outras racionalidades se constroem, designadamente nas interações entre crianças, com a incorporação de afetos, da fantasia e da vinculação ao real. A infância não é a idade do não-trabalho: todas as crianças trabalham, nas múltiplas tarefas que preenchem os seus quotidianos, na escola, no espaço doméstico e, para muitas, também nos campos, nas oficinas, na rua. (SARMENTO, 2005, p.25).

Em uma perspectiva estruturalista, Qvartrup (1993) aponta a necessidade de a infância ser relacionada às forças estruturais maiores, como tentativa de ampliar as condições de pesquisa sociológica acerca da categoria infância. Melhor dizendo, refere que a atenção centrada no desenvolvimento infantil e na perspectiva tradicional de socialização restringe o reconhecimento dessa categoria como fenômeno social. Sublinha a importância de uma abordagem multidisciplinar para o estabelecimento de relações entre a categoria infância e as vivências infantis rotineiras e para a investigação das condições de vida das crianças em geral, visando à compreensão dessas como cidadãs.

Qvartrup (1993) ressalta que as crianças de países subdesenvolvidos parecem ser ignoradas pelas políticas econômicas internacionais dirigidas ao Terceiro Mundo. As crianças, em sua maioria, são negligenciadas e mesmo ignoradas como sendo, efetivamente, parte da sociedade e do mundo. Todos os grandes e pequenos eventos e projetos políticos e econômicos repercutem, necessariamente, na vida das crianças. Entretanto, as mesmas não são consideradas nas análises e debates das questões sociais maiores. Suas reivindicações não são ouvidas ou são pouco consideradas. Nesse sentido, o autor questiona a posição da infância na estrutura da sociedade moderna e os cuidados e atenções dispensados a ela pelas macroforças que influenciam o viver de todas as crianças. Para tal, o autor utiliza o conceito de infância em detrimento do de criança, por considerá-lo passível de concebê-la, de forma particular, organizando-a em termos de grupo ou abordando-a de maneira abstrata, o que seria insuficiente para dar conta das interferências econômicas, políticas e sociais na vida das crianças.

Qvartrup (1993), ainda, visando a reafirmar os seus postulados, elabora nove teses que ampliam as possibilidades de pesquisas sociológicas acerca da infância, reconhecendo-a como fenômeno social. Resumidamente, o autor apresenta as suas teses da seguinte forma:

- A infância é uma forma particular e distinta em qualquer estrutura social de sociedade;
- A infância não é uma fase de transição, mas uma categoria social permanente, do ponto de vista sociológico;
- A ideia de criança, em si mesma, é problemática, enquanto a infância é uma categoria variável histórica e intercultural;
- Infância é uma parte integrante da sociedade e de sua divisão de trabalho;
- As crianças são coconstrutoras da infância e da sociedade;
- A infância é, em princípio, exposta (econômica e institucionalmente) às mesmas forças sociais que os adultos, embora de modo particular;
- A dependência convencional das crianças tem consequências para sua invisibilidade em descrições históricas e sociais, assim como para a sua autorização às provisões de bem-estar;
- Não os pais, mas a ideologia da família constitui uma barreira contra os interesses e o bem-estar das crianças;
- A infância é uma categoria minoritária clássica, objeto de tendências tanto marginalizadoras quanto paternalizadoras (QVARTRUP, 1993, pp 203-211).

Tebet e Abramowicz (2014), citando a autora Lena Alanen (2001b, 2010, 2012), referem duas perspectivas no âmbito da Sociologia da Infância. A perspectiva da infância estrutural-categorial e a perspectiva estrutural-relacional. A primeira diz respeito aos postulados de Qvartrup (1993) anteriormente citados e de outros autores partidários dessa corrente. A segunda perspectiva, a estrutural-relacional, defendida por Berry Mayll e pela própria Lena Alanen, enfoca o ‘campo’ e a ‘estruturação geracional’ como conceitos centrais dessa perspectiva. Essa propõe a inclusão da criança e da infância na sociologia, considerando as crianças como agentes e a infância como grupo social extremamente envolvido nas relações sociais.

As autoras Tebet e Abramowicz (2014) ressaltam alguns limites presentes nos conceitos de autores da perspectiva estrutural, no que tange à especificidade do estudo com bebês. Seguindo os postulados de Alanen (2009b), as autoras sublinham que, no caso dos bebês, a infância se apresenta como uma potencialidade e não como uma realidade objetiva ou como coletividade. Dessa forma, pesquisas macroestruturais e comparativas com bebês, mesmo que os considerem como uma categoria analítica, resultarão em concepções acerca da geração dos bebês apenas como potencialidade. Acrescentam que, segundo Alanen (2009b), não se trata de estruturas geracionais fixas, pré-determinadas em toda sociedade. Destacam a presença de redes de relações através das quais as gerações se constituem de

maneira progressiva e constante, e chamam a atenção para as noções de 'estruturação geracional' (ALANEN, 2001b, 2001c, 2009a, 2012), 'ordenamento geracional' (ALANEN, 2001c, 2009a) e 'campo e geração social' (BOURDIEU, 1983; BOURDIEU; WACQUANT, 1992). Assim, segundo as referidas autoras, Alanen propõe como metodologia a investigação dos embates intergeracionais e o desempenho de seus agentes no interior de cada campo. Tal abordagem comporta as redes de relações nas quais os bebês estão envolvidos.

A partir do diálogo com as mais variadas correntes existentes no seio da Sociologia da Infância, Tebet e Abramovicz (2014), apoiadas no pensamento de Prout (2005, 2010) e Jenks (2005b), concebem os bebês como 'singularidade e imanência', compreendendo-os como seres pré-individuais e que se organizam a partir de instituições como a família, a escola, que tentam fixá-los de acordo com um padrão de normalidade. Através da linha de 'imanência', as autoras, de acordo com Deleuze (2010, p.118), consideram que as crianças passam a ignorar esse padrão de normalidade marcado por dicotomias binárias e criam novas entidades.

A partir dessas considerações, Tebet e Abramovicz (2014) colocam os conceitos de singularidade e imanência no plano da iminência e da possibilidade, ou seja, os bebês são o devir. Todavia, carregam suas diferenças e potencialidades, que favorecem a emergência de outras formas de ser, de relacionar-se e de viver. Nesse sentido, a condição de bebê não se situa em uma idade específica, não tendo, portanto, datas previamente determinadas para que permaneça nesse lugar. Trata-se, pois, da construção de sua identidade a partir de relações que ele constrói com os seres humanos e não humanos no seu ambiente social.

A noção de infância ainda pode ser vista como um período do desenvolvimento evolutivo cuja abrangência é indicativa de uma homogenização em relação aos tempos, idades e padrões de comportamentos concebidos e esperados nas crianças. Dentro desse amplo universo considerado infância, os bebês são geralmente incluídos sem que, no entanto, as suas especificidades sejam, de fato, reconhecidas. Tomando por referência um ambiente caracterizado como próprio a essa população, no caso, as creches, esse aspecto parece ser facilmente ali identificado. As creches, ao serem alçadas à categoria inicial da Educação Básica Infantil, saíram da exclusiva categoria de atendimento doméstico e intuitivo, ao menos teoricamente, para ocupar o lugar de um trabalho educativo qualificado e reconhecido.

5.3 Berçaristas e bebês: entre o cuidar e o educar

O exercício da função de berçarista de creche não pode ser compreendido como uma reatualização da relação do bebê com a mãe. Ao contrário, o espaço da creche, por se tratar de um espaço público e coletivo, funcionando como um terceiro, deve ser concebido nas dimensões educacional e social. Embora ocorra, via de regra, o estabelecimento de um laço entre a berçarista e o bebê, essa relação não deve se confundir com aquela que é estabelecida entre o bebê e seus pais. No que tange ao educador, o desejo deve se achar circunscrito à sua escolha profissional.

Com frequência, são observadas semelhanças entre a função materna e a função educativa, ou seja, entre a função parental e a função de acolhimento. A berçarista, embora possa se envolver afetivamente no exercício de cuidar, em razão do aspecto racional do trabalho e da subsistência dela própria, coloca em segundo plano esse envolvimento. O contrato de trabalho e sua remuneração funcionam como uma espécie de barreira na relação e acentua o caráter transitório e profissional dessa função (MARIOTTO, 2009).

Montenegro (2005) afirma que pode ser difícil para as berçaristas vislumbrarem, com clareza, o sentido da sua prática em face do cuidar envolver, para além de uma habilidade técnica, uma especial qualidade relacional e disponibilidade para o estabelecimento de relações interpessoais. Para o autor, a maneira de cuidar da berçarista reflete um conjunto de valores. Seus valores podem estar distantes dos valores observados no Projeto Educacional da creche. Nesse sentido, parece importante a observação do entrelaçamento pessoal e cultural da prática da berçarista ao longo dos cuidados desenvolvidos no cotidiano da Instituição.

Essa perspectiva traz à tona a discussão em torno da berçarista de creche e sua real função junto às crianças e à Instituição. Outras indagações são feitas a esse sujeito, em decorrência dos arranjos políticos que afetam o funcionamento das creches, tais como: as admissões, o investimento orçamentário, o poder político, etc., bem como acerca do lugar ocupado pela berçarista na relação com as crianças e seus familiares.

As atividades realizadas que envolvem atenção e cuidados com crianças do berçário, com frequência, mobilizam nas berçaristas sentimentos confusos em relação ao seu lugar junto às crianças. Em face da demanda afetiva proveniente dessa prática, não é incomum a eclosão de sentimentos ambíguos entre 'ser ou não ser' mãe das

crianças. Nos casos em que a confusão entre os papéis se acirra, pode vir a afetar a relação da Instituição com a mãe ou o pai. Não raro, os pais se constituem em objeto de críticas moralistas quanto às suas competências em educar os (as) filhos (as), tal como são cuidadas na creche (HADDAD, 1987).

Do lado dos pais, observa-se também questionamentos e, por vezes, críticas direcionadas aos profissionais da creche. A esse respeito, Guimarães (2008) postula com propriedade que:

Muitas vezes, as profissionais responsáveis pelo atendimento às crianças na creche reconhecem a importância do seu trabalho quando o identificam com a função materna. Chamam a si mesmas de mães das crianças e afirmam que protegem e cuidam dos bebês reconhecidos por elas como 'carentes', como se fossem as mães [ou melhor do que as mães, pois estas trabalham o dia inteiro e não se dedicam às crianças] (GUIMARÃES, 2008, p.15).

A confusão de papéis e lugares que pode afetar os profissionais de creches parece encontrar sua explicação nos próprios princípios básicos do cuidar e do educar. Esse aspecto pode ser observado a partir das impressões de Rizzo (1984) quando aborda a função da creche: "A creche existe para *exercer pela mãe*, embora não assumindo o seu lugar, as atividades tipicamente maternas junto ao seu filho, prestando-lhe assistência integral, cuidando da sua segurança física e emocional" (RIZZO, 1984, p. 22).

Corroborando essa ideia, Guimarães (2008) acrescenta que a função das cuidadoras se constitui em grande desafio a ser enfrentado na prática diária com bebês na creche. A dificuldade passa pela duplicidade das funções inerentes a essa prática. Para a autora, é fundamental que a cuidadora funcione 'como se' fosse uma mãe. Da mesma maneira, ela precisa se resguardar de um envolvimento que a torne vulnerável a tentar ocupar, imaginariamente, o lugar da mãe. Entrar em competição com a mãe, ao exercer sua prática, pode se constituir em uma ameaça para a sua identidade, dificultar a relação com a mãe e, sobretudo, interferir, negativamente, no desenvolvimento saudável do bebê.

O cuidar, contemplando as suas variadas formas e dimensões, torna-se uma atividade essencial e uma função a ser desenvolvida pelos (as) profissionais das áreas da educação e da saúde, e por que não dizer, de todos os adultos frente às demandas das crianças. A criança, ao ser cuidada por um adulto, seja seus pais, seja um profissional ou outra pessoa, confronta-se, imediatamente, com o outro da alteridade,

atravessado pela cultura e pela sociedade, mas também o outro da sexualidade adulta, recalcada, dotado de um inconsciente (LAPLANCHE, 1987).

Em relação à questão da função do cuidar e educar desenvolvida pelas berçaristas, o antropólogo Marcel Mauss (1937) abordou o problema entre a educação de crianças e a relação entre as gerações. Para esse autor, é na prática educativa que se pode constatar a ação de uma geração sobre outra. Melhor dizendo, a educação é a transmissão consciente de disciplina, autoridade e de tradições de um adulto para uma criança. No dizer de Mauss (1969):

Podemos chamar de educação [ou instrução] os esforços conscientemente feitos pelas gerações para transmitir suas tradições a uma outra. Podemos também dar esse nome, menos abstratamente, à ação que os antigos exercem sobre as gerações que chegam a cada ano para moldá-las em relação a eles mesmos e, em segundo lugar, para adaptá-las a seus meios social e físico. (MAUSS, 1969, p. 340).

Continuando, embora de forma resumida, as concepções de Mauss (1969) acerca da educação parte do princípio de que o ensino não é neutro. Os cuidados desenvolvidos com as crianças estão intimamente relacionados com a cultura na qual os adultos estão inseridos. Inclui, aqui, todas as técnicas educativas, inclusive as técnicas corporais desenvolvidas com crianças em tenra idade. Afirmo o autor que o arcabouço de cuidados desenvolvidos pelo homem em relação à sua cria sinaliza para um 'adestramento' das crianças por parte daqueles que delas se ocupam. Mauss (1969) ilustra formas de 'adestrar' e educar crianças a partir de exemplos concretos tirados do cotidiano no seio das sociedades: horário de refeição, a maneira de responder aos choros da criança e de acalotá-las, por exemplo.

Na prática desenvolvida com bebês na creche, a comunicação ocorre, ordinariamente, através dos gestos, dos sons e dos movimentos corporais. As técnicas corporais preconizadas por Mauss (1974a) são instrumentos privilegiados para o processo de educação. Essas estão presentes em todos os treinamentos nos quais a performance do indivíduo é esperada. Nas atividades educativas das creches, a técnica se explicita, por exemplo, através de variados comportamentos, tais como o manejo do lápis e do pincel, o uso dos talheres, a postura do sentar, o engatinhar e o andar no tempo esperado.

O olhar antropológico de Mauss (1974a) revela que as atividades pedagógicas e educacionais das berçaristas não são neutras. Através da educação do corpo, são

transmitidas tradições, emoções, enfim, uma bagagem geracional que é apreendida pelo bebê através da imitação gestual e da transmissão oral. Por conseguinte, o que é passado pelos adultos através das técnicas corporais, ao longo dos cuidados com o bebê – alimentação, higiene, atividades lúdicas e pedagógicas –, vai se constituir no alicerce do processo da constituição do indivíduo.

Ao refletir sobre outras faces do cuidar, Figueiredo (2009), sob a ótica da teoria psicanalítica, considera o cuidar quando livre de procedimentos específicos, isto é, como sendo o puro cuidado, situa-o na ordem da ética, ou seja, na capacidade do ser humano para acolher e cuidar dos seus descendentes. O autor enfatiza que as práticas da educação estão incluídas nessa dimensão, muito embora não se reduzam a isso: “experiências que não costumamos entender como alvo de uma ‘educação’ também são motivos de cuidados, como as que dizem respeito ao prazer, ao divertimento, às brincadeiras e entretenimentos, por exemplo.” (FIGUEIREDO, 2009, p.133).

Tais considerações parecem importantes argumentos para dirimir as especulações e preconceitos quanto à relevância do cuidar e do educar nas atividades desenvolvidas pelos (as) profissionais de creche. Como já abordado anteriormente, os questionamentos, comumente feitos pela maioria dos pais e mesmo por alguns profissionais da educação, recaem sobre o valor pedagógico e científico desse trabalho, facilmente rotulado como banal e não necessitando de muita qualificação para exercê-lo.

A frequente dicotomia observada nas práticas de cuidar e educar da creche pesquisada não se circunscreve às concepções equivocadas relativas ao período da primeira infância e do seu desenvolvimento. Essa dicotomia pode ser identificada na ausência de propostas de intervenções dos Projetos Político-Pedagógicos que não contemplam, na prática, o Ensino Infantil abrangente, isto é, agindo sobre todos os componentes da creche, ou seja, famílias, crianças e funcionários (as). Rosseti-Ferreira; Ramon e Silva (2002) consideram a esse respeito:

[...] para a educação infantil, deveria ser determinada uma qualificação profissional especializada e adaptada à qualidade que se deseja na educação de crianças pequenas e pautada em uma conjuntura de uma formação para a cidadania. Uma das discrepâncias maiores diz respeito à formação das pessoas responsáveis pela educação das crianças pequenas. As políticas, fundamentadas em concepções compensatórias, geralmente, propõem o uso de mão de obra barata [...] Baseiam-se na suposição de que, por meio de suas ‘habilidades naturais’, elas podem realizar a prática educacional com

crianças pequenas, mesmo na ausência da formação prévia e com reduzida supervisão em serviço. (p.91)

Mais especificamente, as autoras supracitadas argumentam que, em se tratando de creche, o fato acima referido torna-se ainda mais problemático em face da faixa etária – zero a três anos – atendida. A questão se coloca em razão da prevalência de atuações fragmentadas, pouco flexíveis e segregadas da prática de cuidados, apontando, então, para a cisão entre as ações de cuidar e de educar.

Tem sido observado, nos discursos e nas propostas acadêmicas e governamentais, o realce dado ao caráter abrangente das ações voltadas para a infância. Para além do aspecto assistencialista encontrado nas práticas de cuidados no ensino fundamental, principalmente nas creches, propaga-se a necessidade e importância da função educacional e pedagógica a ser praticada. Bhering e De Nez (2002) sinalizam que se deve considerar igualmente relevante os contextos aos quais a criança pertence.

As referidas autoras realizaram pesquisa em uma creche de iniciativa voluntária, cujo objetivo foi o de identificar os aspectos da relação pais-creche, no que dizia respeito à comunicação, expectativas e dificuldades de relacionamento. Os resultados da pesquisa apontaram para a necessidade de comunicação e relacionamento mais sistemáticos entre os (as) que formam a comunidade Creche. A postura passiva identificada nos pais das crianças atendidas favorecia, sobremaneira, a indisposição para as trocas, ou seja, as iniciativas e propostas de trabalho partiam da creche e eram por eles assumidas sem questionamentos.

Por outro lado, as semelhanças encontradas nos papéis e funções exercidos nos cuidados das crianças tendem a ocultar as diferenças que existem entre a função de acolhimento realizada na creche e a função parental (Mariotto, 2009). Pode-se acrescentar que a diversidade dos modelos de relações e condutas dos cuidados parentais oferecidos nos tempos mais precoces da vida da criança pauta-se na história particular e familiar dos pais, ou daqueles (as) que os substituem e encontram-se inseridos numa rede cultural, social e geracional específica. Frequentemente, no contexto familiar e social de bebês, os adultos que deles se ocupam perpassam, por meio dos cuidados, sua cultura e estabelecem uma forma de comunicação particular.

Nesse sentido (DAHLBERG; MAUSS; PENCE, 2003), distanciando-se da concepção de um processo unilateral e passivo estabelecido na comunicação adulto-criança, os autores citados anteriormente consideram as crianças como sujeitos

capazes de utilizar diferentes formas de comunicação e expressão e modos e formas de estabelecerem conexões com o ambiente. Trata-se de formas de comunicação construídas pela reciprocidade na relação de adultos sensíveis, capazes de observar e escutar a aparente inteligibilidade das mensagens emitidas pelos infantes.

As experiências e as trocas iniciais do bebê com a mãe ou com quem dele se ocupa assumem, nessa perspectiva mais ampla, um valor estruturante para o funcionamento psíquico e para as relações sociais e culturais. São momentos fecundos de inscrição da subjetividade, destinos do sujeito, como assinala Bleichmar (1994) ou, nas palavras de Winnicott (1956/2000), momentos mágicos, criativos e fundantes do devir humano. Inicialmente, são os cuidados no plano da autoconservação dispensados ao bebê pela mãe ou seu substituto – a alimentação, o banho, a sustentação corporal, entre outros –, que vão se presentificando como trocas físicas e afetivas, assumindo um caráter peculiar entre pares tão discrepantes quanto aos tempos psíquicos, biológicos e sociais.

Laplanche (2007) chama a atenção para a extrema dissimetria existente entre o bebê e o adulto que lhe dispensa cuidados. Diferentemente de outros animais, a cria humana apresenta total dependência do ambiente, em todos os níveis, para a sua sobrevivência. Tal situação é exclusiva a todo e qualquer ser humano, pois, aonde existir um recém-nascido há, necessariamente, um adulto que dele se ocupa.

A discrepância e a dependência absoluta constatada entre os pares da relação foi denominada por Laplanche (2007) de Situação Antropológica Fundamental (SAF). O autor enfatiza que, nas trocas autoconservativas entre o adulto e o recém-nascido, há uma outra dissimetria. Embora no plano da autoconservação observem-se trocas importantes entre o adulto e o bebê, é no plano da sexualidade que essa dissimetria se instala. Laplanche (2007) pontua que no plano da sexualidade não há trocas, pois trata-se de um bebê em vias da construção do seu aparelho psíquico e de um adulto dotado de um inconsciente que emite ‘mensagens enigmáticas’ ao longo dos cuidados. As mensagens transmitidas durante as trocas autoconservativas são prenhes de conteúdos enigmáticos. Essas sofrem, por parte do bebê, um verdadeiro processo de ‘metábole’ e mobilizam tentativas de tradução ao longo do processo evolutivo do sujeito. Todavia, as traduções realizadas pela criança, em sua maioria, necessariamente, deixam restos por traduzir, e esses restos são constitutivos do inconsciente do sujeito psíquico.

Ao situar a origem da organização psíquica do sujeito na dimensão da realidade e não do mito, como o fez Freud no Complexo de Édipo, Laplanche (1987) sem se distanciar do objeto da psicanálise, o inconsciente, atribui um valor histórico-cultural importante nessa situação. O encontro do adulto com a criança, independentemente do contexto exclusivamente familiar, reveste-se de plenos significados e simbolizações, que são constitutivos da bagagem do ser humano.

A função do ambiente, muito proclamada pelos estudiosos da infância, assume uma característica própria na psicanálise contemporânea. Nesta perspectiva, o ambiente nos primórdios da vida do bebê compreende basicamente a mãe ou seu substituto. Uma das teorias mais sugestivas desse aspecto foi desenvolvida por Donald Winnicott (1956/2000), sendo considerada uma teoria das relações primitivas e da transicionalidade. O peso atribuído pelo autor ao ambiente, representado, inicialmente, pela mãe ou seu substituto que cuida do bebê, é considerado decisivo para a continuidade de sua existência.

Donald Winnicott era notadamente influenciado pela psicanálise clássica, porém interessado na clínica psicanalítica infantil, pois era também pediatra. Nem por isso se distanciou do contexto social e cultural do ambiente no qual estão inseridos a criança e o adulto que dela se ocupa. Na sua perspectiva, o bebê constitui-se psiquicamente a partir do enlaçamento com o outro: de saída, seus pais ou familiares, e depois, ou concomitantemente, outros adultos que lhe dispensam cuidado. Cuidar, alimentar, banhar, vestir, brincar, acolher, entre outras atividades, não deveriam, na sua concepção, caracterizar-se como atividades meramente instrumentais. Para a criança, esses cuidados são essenciais não somente para sua sobrevivência física, mas, igualmente, para a sua emergência enquanto ser psíquico e social. Para o adulto, pode ser vista como uma responsabilidade, mas também como fonte de satisfação, e isso implica que os cuidados dispensados ao bebê devem invocar a capacidade do adulto para humanizá-lo, no sentido de fazer brotar o sujeito psíquico, dotado de uma subjetividade e o indivíduo social.

A importância, geralmente, atribuída aos cuidados oferecidos durante os três primeiros anos de vida tem sido amplamente reconhecida por aqueles que se interessam pela infância. Configura-se como a possibilidade para um desenvolvimento físico, psíquico e social saudáveis do ser humano. As observações de crianças pequenas na creche, presentes nos estudos de Alves e Veríssimo (2007), ressaltam

que a ausência, a inadequação ou a insuficiência de cuidados podem afetar as capacidades cognitivas, emocionais e de relacionamentos sociais.

Mais recentemente, pesquisadores (as) do comportamento humano, vinculados (as) às ciências humanas e sociais, foram surpreendidos (as) por publicações da área médica cujos resultados de pesquisas se aproximaram dos seus achados. Shore (2000) cita estudos desenvolvidos por neurologistas e fisiologistas sobre o desenvolvimento da estrutura neurológica como uma hipótese plausível para o princípio de dependência da criança, em relação aos cuidados oferecidos pelo adulto. A argumentação se fundamenta na hipótese de que as células cerebrais se acham, em número suficiente, presentes desde o nascimento. Caso não ocorram intercorrências importantes, essas se preservam até a morte do indivíduo. Todavia, lembra o autor, o processo do desenvolvimento cerebral se realiza através do trabalho de ligação e reforço dos neurônios denominado de sinapse. A partir daí, refere Shore (2000), as conexões entre os neurônios se constituem no processo de crescimento da criança, à medida que essa experimenta o mundo que a cerca e estabelece relações com os pais, com os membros da família e com outros cuidadores.

Tal assertiva, mesmo oriunda de uma perspectiva não psicológica ou social, vem reforçar a necessidade de se conceber o ser humano numa visão holística. Mesmo que se observe a escassez de conversações entre áreas de conhecimento no meio científico, é interessante constatar-se a influencia do ambiente e do meio social no processo fisiológico do ser humano nos estudos das ciências médicas.

A estimulação da criança pelo meio social e a sua influência, reconhecida no desenvolvimento das atividades neurológicas, é uma via profícua para repensar o diagnóstico e o tratamento de doenças classificadas, exclusivamente, como de origem genética. O autismo e outras doenças mentais são boas representantes dessa conceituação. Isso é indicativo do valor que representa as trocas nas relações humanas e, desde cedo, quanto mais a criança for estimulada, maior ligação entre os neurônios se efetuará.

Achados científicos dessa envergadura vêm reforçar a compreensão do homem como um ser biopsicossocial, levando em consideração o seu processo constitutivo de maneira integrada. Por isso, é inegável a interdependência nos registros social, biológico e cultural. Como lembra Winnicott (1956/2000), o bebê humano só existe na presença do outro. O outro da alteridade e da capacidade de se colocar à disposição na relação com o bebê e se identificar com esse. Nesse momento, pode-se observar

a interrelação das dimensões do corpo – o bebê –, do outro – o adulto com seu corpo e sua psique – e do meio social e cultural. Da mesma forma, pode-se acrescentar que a figura materna só existe quando existe o (a) filho (a).

Inicialmente, essa relação se encontra circunscrita ao meio familiar. Pouco a pouco se amplia com a entrada de novas pessoas que passam a fazer parte da vida da criança. As babás ou cuidadoras da creche tornam-se aliadas dos pais que delas necessitam para retomar as suas atividades profissionais e sociais. Seja com a mãe, seja com a babá ou cuidadora, a relação da criança com o outro adulto se estabelece e se reveste de significados importantes para o seu desenvolvimento.

A creche, *locus* da presente pesquisa, espaço rico em diversidade, amplia possibilidades de contatos do bebê com o meio social e a coletividade. Antes, vivendo uma relação mais dual e restrita ao meio familiar, passa a experimentar, na rotina da creche, mudanças consideráveis. A permanência com pessoas e ambientes novos, a socialização de cuidados e atenções se constituem em elementos estranhos com os quais passa a vivenciar. Nesse contexto, os estímulos, os mais variados, provêm de diversas fontes e pessoas, transmitidos através dos gestos de acariciar, de olhar, de pegar, de brincar, do cantar, do banho, do ninar, do alimentar, da musicalidade da voz, entre outros. Para além dos cuidados autoconservativos das práticas realizadas são perpassados afetos, positivos e negativos, que podem marcar, significativamente, a qualidade da relação entre pais, babás ou cuidadoras e bebês.

De acordo com Veríssimo (2002) e Shore (2000), a confiança e o vínculo decorrentes de um cuidado caloroso e responsivo atuam como meios de proteção biológica, ao mesmo tempo em que minimizam os traumas ou as situações de angústias. As interações precoces entre adultos e crianças, se estimuladas por meio de atividades lúdicas e da relação direta e pessoal, podem contribuir, consubstancialmente, para o desenvolvimento cerebral.

Nesse sentido, vários (as) autores (as) consideram que os cuidados oferecidos aos bebês ou às crianças devem levar em conta as necessidades infantis pertinentes ao momento específico do seu desenvolvimento. Independentemente de quem os ofereça, faz-se fundamental a compreensão de que o cuidado, a interação e o brincar constituem-se em vias privilegiadas para o estabelecimento de vínculos afetivos que, quando saudáveis e confiáveis, contribuem para o bem-estar da criança, a formação de sua identidade e da sua autonomia.

Maranhão (2001) defende a premissa de que os cuidados constituem o elo entre as atividades educativas e as ações de saúde na creche. Lembra que os cuidados com a criança na primeira infância exercem duplo papel. Contribuem para a saúde, o conforto e o bem-estar da criança e, ao mesmo tempo, promovem referências pessoais, do outro e do ambiente. Tais referências são capturadas pela criança através do toque, da linguagem, da expressão facial de quem cuida e da regularidade com que a criança é atendida em suas necessidades.

Embora sejam inegáveis a importância das atenções dirigidas às crianças ressaltadas nos campos da Educação Infantil, da Sociologia da Infância, da Psicologia, da Medicina, entre outras, as práticas das famílias e das escolas nem sempre estão de acordo com os postulados teóricos refletidos. Percebe-se que a prática educativa desenvolvida com as crianças nas creches prioriza a dimensão biológica do desenvolvimento infantil, revelando, desse modo, uma resistência em aderir a novas propostas teóricas educativas. Não obstante, cabe aqui uma ressalva importante em relação à resistência anteriormente referida.

Levando em conta a particularidade de uma instituição como a creche, deve-se considerar as diversas variáveis que interferem positiva ou negativamente para um funcionamento próximo ao desejado. A resistência ou dificuldade para que se tenha um bom funcionamento, deve ser compreendida a partir de um contexto mais amplo. O *modus operandi* da Instituição acha-se atrelado à conjuntura política e social, fatores decisivos para viabilizar, ou não, as mudanças necessárias para uma Educação Infantil de qualidade.

A avaliação dessa resistência deveria se constituir no primeiro passo para a compreensão das dificuldades em operacionalizar e concretizar os princípios que regem o Projeto Político-Pedagógico da Instituição. Como é sabido, fazer funcionar uma creche exige o investimento de muitos recursos, sobretudo quando a população atendida necessita de cuidados e atenções especiais. Mas, é justamente em razão da dependência da creche à conjuntura política e social, que reside um dos maiores equívocos na prática educativa.

Na maioria das creches, os cuidados desenvolvidos com os bebês – dos quatro meses aos três anos de idade – parecem centrados no atendimento às necessidades biológicas e, via de regra, são efetuados de forma automática e padronizada. Nesse sentido, o cuidar se aproxima mais de uma atividade operatória, longe de se aproximar de uma relação pautada pela estimulação personalizada, propiciadora de um vínculo

afetivo saudável entre o adulto e a criança. A forma de cuidar integrada se configuraria no caminho mais óbvio e viável para a almejada mudança na concepção e no modelo de creche. Livrando-se do estigma de ‘depósito de crianças’, a creche passaria a ser reconhecida, de fato, como a primeira fase da Educação Infantil.

As teorias visitadas no presente estudo, independentemente de seus postulados, são unânimes em afirmar a importância da Instituição Creche não apenas para atender às necessidades socioeconômicas da mulher e das famílias na sociedade contemporânea, mas, sobretudo, a sua fundamental importância para a formação do indivíduo biopsicossocial.

Nesse sentido, a realização deste estudo em uma creche do município de João Pessoa-PB pareceu importante, apesar das peculiaridades metodológicas inerentes à realização desta pesquisa. O capítulo que se segue tratará da metodologia adotada.

6 A CONSTRUÇÃO DO MÉTODO

Considerando que a creche é uma exigência da vida moderna, atualmente integrada ao Currículo da Educação Infantil, pretendi investigar a percepção das mães dos berçários I e II em relação ao trabalho oferecido pela Creche Delegada Maria Tereza de Sousa Leite, situada no município de João Pessoa-PB. Da mesma forma, investiguei a percepção das berçaristas em relação à referida creche e ao trabalho por elas desenvolvido.

Sabe-se que, nas pesquisas das Ciências Humanas e Sociais, a escolha do método, para além do objeto a ser investigado, também está intimamente relacionada à história de vida e do percurso profissional do pesquisador. No meio acadêmico, são frequentes as divergências entre estudiosos dessas áreas em relação à validade e ao reconhecimento científico das pesquisas em face do método utilizado.

De acordo com Brito e Leonardos (2001), esse embate decorre, na realidade, entre paradigmas, ou seja, pela supremacia do modelo empírico/ positivista de um lado, e de um modelo subjetivista /interpretativo de outro. Reconhece-se, então, a presença de antigas querelas entre os pesquisadores ao definirem o seu perfil metodológico, seja pelo método quantitativo representado pelo primeiro modelo, seja pelo método qualitativo, característico do segundo modelo.

Embora as pesquisas das Ciências Humanas e Sociais sejam comumente associadas ao modelo empírico, pode-se observar uma tendência crescente na utilização de metodologias alternativas, menos preocupadas com quantidade e generalização dos resultados, nos mais variados campos de estudo.

A esse respeito, González Rey (1997; 2000; 2002) apresenta uma proposta a ser adotada no meio acadêmico, visando a escapar do imperativo empírico frequente nas pesquisas das Ciências Humanas. O autor sugere uma teoria denominada de Epistemologia Qualitativa, partindo do pressuposto de que a pesquisa do comportamento dos seres humanos não pode se restringir, unicamente, aos fatos observados. De acordo com o autor, a compreensão dos aspectos não objetivamente explícitos são elementos significativos e, portanto, não devem ser negligenciados na pesquisa, já que se encontram latentes na experiência objetiva e em toda forma de relacionamento humano. A ideia de realçar, no discurso do sujeito, o elemento subjetivo aponta para o reconhecimento da fala como um lugar privilegiado para a compreensão do ser humano.

A pesquisa que prioriza a abordagem da história oral é um dos principais recursos da metodologia qualitativa. Bogdan e Biklen (1994) consideram que a pesquisa qualitativa procura obter dados descritivos na ocasião da relação do pesquisador com o objeto de estudo. Os referidos autores dão maior relevância ao processo de pesquisa do que ao produto por ela obtido, cuja preocupação maior é o de representar a perspectiva dos sujeitos participantes.

Chatel (1995) desenvolveu, na França, uma pesquisa com mulheres inscritas no programa de interrupção voluntária da gravidez. A partir desse estudo, enfatizou a importância da gestação ser pensada como um estado significativo para a mulher, independentemente dos dados de sua realidade. Como resultado, afirmou ser fundamental escutar “o que ela, a mulher, diz em silêncio, ou melhor, o que ela cristaliza e o que ela não diz” (p.36).

Sendo psicóloga com formação em Psicanálise, optei por realizar a presente pesquisa recorrendo ao método qualitativo por considerar ser o mais adequado para a realização desse estudo. Trata-se de uma investigação que envolve apenas mães e berçaristas de bebês de faixa etária entre seis meses e três anos, tendo a maioria idade média de 18 meses. Por se tratar de uma faixa etária ainda marcada por uma íntima relação com a mãe, demanda da creche cuidados especializados e uma prática de maternagem. Vale salientar que a grande maioria das crianças ainda não desenvolveu a linguagem verbal oral, não controla os esfíncteres e precisa de auxílio direto para alimentação e higiene.

Considereei que, a partir da escuta acurada das falas dos sujeitos da minha pesquisa – mães e berçaristas – poderia obter dados mais fidedignos acerca das concepções, expectativas e dificuldades em relação à creche e aos cuidados de crianças que ainda exigem um ‘corpo a corpo’ com quem delas se ocupam. Trata-se de bebês que ao entrarem na creche podem mobilizar, nas mães, sentimentos, fantasias e remanejamentos psíquicos em face da separação. Da mesma forma, ao entrarem na creche, esses bebês demandam uma intimidade com as berçaristas, embora ainda tão ‘estranhos’ para elas. Consequentemente, tal como acontece com as mães, essas são passíveis das mesmas vivências afetivas.

A pesquisa por mim desenvolvida se caracteriza como descritiva, compreensiva ou interpretativa, características comumente encontradas nos estudos qualitativos (MINAYO, 1992). As entrevistas realizadas, além de visarem à obtenção de dados objetivos, sociais e culturais, também destacaram a percepção dos elementos

subjetivos, presentes na situação de entrevista e na relação entrevistadora/entrevistada. Essa disponibilidade em observar e escutar o outro para além do observável forneceu informações consideradas fundamentais para o entendimento do discurso manifesto e do que se achava subjacente nas falas e nos gestos das entrevistadas. Por essa razão, as várias formas de expressões sejam elas verbais, como as metáforas, os atos falhos e/ou não verbais, como as pausas, os suspiros e os silêncios adquiriram um sentido enriquecedor para a análise qualitativa.

O recorte da amostra focalizando apenas as classes de alunos dos Berçários I e II da creche pesquisada teve suas razões. Primeiro, por considerar delicada e complexa a entrada precoce de um terceiro na relação mãe-bebê. Trata-se de um ambiente e personagens estranhos às relações familiares e particulares tanto para o bebê, como para seus pais. Outra razão reside na intromissão abrupta desse terceiro, que terá um protagonismo de cuidados maternos, sem conhecer as peculiaridades do bebê e suas formas de comunicar seu desconforto e necessidades. A terceira razão decorreu da constatação da escassez de estudos em outras áreas de conhecimento que contemplem, particularmente, o universo dos bebês como objeto de suas pesquisas.

Sabe-se da importância vital para a saúde do bebê a constância do ambiente e a continuidade dos cuidados. Alterações ambientais e separação da figura maternal nesse tempo exigem atenção e parcimônia! A descontinuidade e os cortes, sem um processo de adaptação adequado ao tempo em que a relação entre a mãe – ou seu substituto – e o bebê, encontram-se no registro de dependência materna e poderão interferir na organização psíquica futura da criança.

Trata-se, pois, de um momento peculiar em que estão envolvidas tanto a qualidade da relação inicial, dual, dos primeiros meses de vida, como também a forma em que se processam as primeiras separações. Melhor dizendo, trata-se de um momento em que a separação da díade mãe-bebê não pode ser vivenciada pelo bebê como uma quebra e, por conseguinte, exige, por parte da mãe, capacidades emocionais para que essa experiência não se constitua num rompimento dramático para ela própria e nem tampouco para o seu bebê.

Em vista disso, esse terceiro, representado pela Instituição Creche e pela berçarista, assume um papel importante no processo de separação e de adaptação à nova situação para ambas as partes. Configura-se num tempo ainda marcado pela relação particular entre o bebê e a figura materna. Tempo em que as trocas afetivas

passam, primordialmente, pelo contato físico, o aleitamento, os cuidados corporais que, a partir da entrada do bebê na creche, são interrompidos e/ou desenvolvidos por pessoas estranhas, no caso, as berçaristas.

Por outro lado, a nova situação que se instala de forma abrupta exige que as berçaristas funcionem como substitutas maternas, no exercício da maternagem, com um bebê que também lhes é estranho. Trata-se de uma situação na qual a comunicação verbal ainda não existe ou é insuficiente para dar conta da estranheza experimentada entre elas e um bebê frágil, incapaz de sobreviver sem a adequação de seus cuidados. Consequentemente, pode se instalar uma situação de angústia, um ‘diálogo de surdos’, entre bebê, mãe e berçarista.

Como foi dito anteriormente, embora as pesquisas da Sociologia da Infância desenvolvam estudos sobre a infância de modo geral, ainda persiste uma lacuna quando se trata de desenvolver pesquisas sobre a especificidade dos bebês em seus primeiros anos de vida. Tebet e Abramowicz (2014) chamam a atenção, apoiadas em Deleuze (1997, p.77), para a importância da construção teórica do bebê como um conceito e uma categoria analítica independente. Consideram que estudar o bebê não é estudar o indivíduo, mas é estudar o indivíduo que está por vir, o devir. Trata-se, portanto, de investigar:

[...] as redes que constituem e os movimentos dos bebês entre esses planos de imanência e de organização, cartografando os trajetos e os afetos que constituem os movimentos das crianças e registrando as singularidades inerentes à condição pré-individual do bebê (TEBET; ABRAMOWICZ, 2014, p.55).

O conceito de bebê construído pelas autoras enfatiza essa fase como singular e pré-individual. Esse deve ser compreendido na sua diferença e apresenta potencialidades que permitem a emergência de novas formas de ser e agir. Apesar da semelhança evidente entre os bebês e a ausência de uma individualidade, eles expressam através do riso, dos gestos, entre outros sinais, a sua própria marca, que deve ser reconhecida pelo adulto não como uma característica subjetiva, mas como expressões singulares. É a partir dessas manifestações singulares que o processo de individuação acontece e o cuidar se revela suficiente e eficaz.

6.1 Campo da pesquisa: Creche Delegada Maria Tereza de Sousa Leite

6.1.1 *Breve Histórico*

A escolha do nome da Creche onde a pesquisa foi realizada tem uma história especial. No primeiro momento, pode parecer estranho uma creche ser denominada Delegada Maria Tereza de Sousa Leite, por não se tratar do nome de uma professora ou pessoa envolvida com Educação, como acontece habitualmente. Trata-se, pois, de uma delegada. Tal fato me instigou a entender essa escolha e saber um pouco sobre essa mulher.

Em meados dos anos cinquenta, Maria Tereza de Sousa Leite era delegada da Secretaria de Segurança Pública do Estado da Paraíba, no prédio onde atualmente funciona a creche. Tratava-se de uma mulher forte e determinada no exercício de suas funções como representante da Lei. O exercício dessa função colocava-a, sobremaneira, à frente das mulheres de sua época, ocupando um posto tradicionalmente masculino. Além de quebrar tabus e preconceitos fortemente arraigados em seu tempo, Maria Tereza representava, de forma emblemática, os conflitos vividos pela maioria das mulheres e ainda presentes nos dias atuais, ao conciliar a profissão e a vida familiar. O fato principal que motivou essa homenagem esclareceu toda a minha estranheza inicial. Em uma das rotineiras diligências policiais, veio a falecer juntamente com o filho que carregava no ventre.

A referida creche ocupa uma casa construída nos anos cinquenta, onde funcionou uma escola de formação de militares. Há aproximadamente 25 anos, passou a ser ocupada pela Creche que, à época, era destinada aos filhos dos servidores da polícia Militar e Civil. Inicialmente, foi administrada pela Secretaria de Segurança Pública e Secretaria de Desenvolvimento Humano do Estado da Paraíba. Foi sob a tutela da Segurança Pública e da Secretaria de Ação Social do Estado da Paraíba que sofreu, em 1993, a primeira reforma em suas instalações. Em 2005, as instalações foram restauradas e reformadas, de modo a se adequarem ao modelo institucional de creche adotado pelo Ministério de Ação Social. Em 2013, com a municipalização das creches, foi transferida para o Sistema Municipal de Ensino, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura – João Pessoa-PB.

A Creche Delegada Maria Tereza de Sousa Leite está localizada no bairro de Miramar, na Rua Armando de Vasconcelos, n.º 1197, na cidade de João Pessoa e

atende a um público alvo advindo de bairros convergentes e periféricos, apesar de estar localizada em um bairro de classe média. A maioria dos cento e setenta e sete alunos matriculados, pertence a famílias de trabalhadores autônomos, do comércio, de empregadas domésticas e de alguns servidores públicos.

Suas instalações compreendem: uma guarita, sala de coordenação, dois berçários, 04 salas de aulas, um espaço coberto tipo quadra, cozinha e refeitório, depósito de acondicionamento da alimentação, banheiros para crianças, banheiros para adultos, rouparia e almoxarifado, amplos espaços lúdicos, jardim e quintal.

O quadro de funcionários da Creche Delegada Maria Tereza de Sousa Leite (Quadro 2) é composto por vinte e sete servidores, em sua maioria, prestadores de serviços, cujos contratos de trabalho são renováveis anualmente. As atividades lúdicas e pedagógicas são desenvolvidas em 04 salas de aula amplas, bem iluminadas e climatizadas, sendo assim divididas: Berçário I; Berçário II; Pré-Escolar I; Pré-Escolar II. As salas dos Pré-Escolar I e II contam, cada uma, com uma professora responsável pela classe e uma auxiliar. No que concerne aos berçários, por determinação legal, cada berçarista e professora deveria se ocupar, no máximo, de um grupo de cinco crianças, situação não condizente com a realidade da creche estudada. O Berçário I, no momento da pesquisa, tinha dezesseis bebês e o Berçário II, vinte e seis bebês. Vale ressaltar que apesar de constar no quadro acima o número de oito berçaristas, ao longo das entrevistas, só havia, efetivamente, quatro funcionárias desempenhando essa função.

O quadro administrativo é composto por uma diretora, uma secretária, uma orientadora educacional e uma supervisora. A equipe de apoio conta com uma lactarista, uma merendeira, uma auxiliar de serviços gerais, uma lavadeira e quatro vigilantes/porteiros. Os profissionais de psicologia, nutrição e assistência social não integram a equipe permanente da Instituição, sendo disponibilizados pela Secretaria de Educação, quando solicitados pela diretora.

QUADRO 2 - FUNCIONÁRIOS DA CRECHE DELEGADA MARIA TEREZA DE SOUSA LEITE

Função	Quantidade
Diretora	01
Secretária	01
Supervisora	01
Orientadora educacional	01
Professores (as)	04
Monitora	02 (pré-escola)
Berçarista	08
Cozinheira	02
Lactarista	01
Serviços Gerais	01
Lavadeira	01
Vigia	04

Fonte: Da própria autora⁶

6.2 O Projeto Político-Pedagógico da Creche Delegada Maria Tereza de Sousa Leite

A Creche, local da pesquisa, tem por finalidade o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, afetivo, intelectual e social, contribuindo para o exercício da cidadania, respeito à dignidade e aos direitos da criança levando em conta suas diferenças individuais, sociais, econômicas, culturais, étnicas e religiosas. Tem como pressuposto básico que o cuidar e o educar são formas privilegiadas de expressão de pensamento e de interação do ser humano.

Os principais objetivos da Creche se pautam pelas normas gerais da Educação Nacional contidas na Lei de Diretrizes e Bases e no Referencial Nacional da Educação Infantil (1996), representado na forma que se segue:

- I- Garantir à criança o acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens,

⁶ Informação verbal da diretora.

assim como o direito à proteção, saúde, liberdade, confiança, respeito, dignidade, brincadeira, convivência e à interação com outras crianças;
 II- Estabelecer vínculos afetivos e de troca entre adultos e crianças, fortalecendo sua autoestima e ampliando gradativamente suas possibilidades de comunicação e interação social;
 III- Observar e explorar o ambiente com atitude de curiosidade, percebendo-se cada vez mais como agente transformador do meio ambiente, valorizando atitudes que contribuem para sua conservação;
 IV- Brincar, expressando emoções, sentimentos, pensamentos, desejos e necessidades;
 V- Utilizar as diferentes linguagens (corporal, musical, plástica, oral e escrita) ajustadas às diferentes intenções e situações de comunicação, de forma a compreender e ser compreendida;
 VI - Expressar suas ideias, sentimentos, necessidades e desejos, como também avançar no seu processo de construção de significados, enriquecendo cada vez mais sua capacidade expressiva. (PARAÍBA, 2015)

Quando a LDBEN (1996) define que os estabelecimentos de ensino deverão elaborar suas propostas pedagógicas, significa dizer que as Instituições educativas deverão sistematizar, em um documento, a sua 'identidade'. Sendo assim, faz-se necessário traçar metas, conceitos e expectativas próprios ao trabalho da creche, pré-escola ou escola que fazem parte da Educação Infantil. Na construção de sua identidade, a Instituição necessita considerar sua história, aspirações, desejos, crenças, valores e concepções de acordo com a cultura e a realidade na qual está inserida. Em princípio, uma proposta político-pedagógica deve contemplar, na sua formulação escrita, todos os aspectos pertinentes e coerentes com uma instituição educativa.

6.3 Sujeitos da pesquisa

6.3.1 *Processo de seleção da amostra*

A escolha de pesquisa qualitativa norteou o processo de investigação a partir de uma abordagem realizada na Creche Delegada Maria Tereza de Sousa Leite. Um dos critérios para a escolha dessa Creche foi em razão de sua qualificação como Instituição reconhecida pela comunidade em geral, pela abrangência de famílias oriundas de várias classes sociais e, principalmente, por ser uma das poucas unidades do município que, naquele momento, disponibilizava vagas para bebês a partir de seis meses de idade, embora a LBDEN (1996) determine a admissão de

bebês a partir dos quatro meses de vida. Na ocasião da pesquisa, a creche contava com cento e setenta e sete crianças matriculadas.

No segundo semestre de 2015, a pesquisa de campo foi iniciada pelo mapeamento e pela visitação de algumas Creches de João Pessoa, visando melhor definir a escolha da Instituição a partir dos critérios anteriormente referidos. O primeiro contato estabelecido foi com a diretora da Instituição selecionada para a realização da pesquisa. A partir da receptividade da diretora da creche, da aprovação da Secretaria de Educação do Município (SEDES) e atendidos os protocolos requeridos pela Instituição – Projeto de pesquisa; declaração do PPGS e do orientador; termo de consentimento da creche, termo de compromisso ético – e da aprovação do Comitê de Ética da Universidade Federal da Paraíba (ANEXO A), iniciou-se a coleta de dados.

Antes de dar início às entrevistas, foram realizados encontros com a diretora tendo por finalidade conhecer o funcionamento da creche, a população atendida, o processo de admissão das crianças e o quadro de funcionários. Como a pesquisa teve por objetivo focar na população dos berçários I e II – composta por bebês que já são alunos da creche e por alunos novos –, foram realizadas entrevistas com as respectivas mães e as berçaristas que se ocupavam das crianças.

O procedimento para a seleção dos sujeitos percorreu o seguinte processo: 1) participação como convidada da diretora, na primeira reunião de pais – presença majoritária de mães –, cujos (as) filhos (as) estavam matriculados (as) nas classes Berçário I e Berçário II; 2) a minha apresentação, feita pela diretora e, em seguida, a explanação feita por mim sobre os objetivos da pesquisa e a distribuição aos presentes do resumo do projeto. Com o cuidado de não produzir um efeito coercitivo na aceitação dos pais – mães –, remarquei o caráter independente do trabalho em relação à creche; 3) as mães que se dispuseram a participar da pesquisa assinaram uma lista com nome e telefone para contato e acordos posteriores, para a realização das entrevistas. Dez mães, inicialmente, assinaram a concordância de participação, porém apenas seis mães se dispuseram, efetivamente, em participar.

Em relação às berçaristas, as quatro aceitaram falar sobre o trabalho desenvolvido com as crianças, bem como sobre a relação com a Instituição e a família dos bebês. Com o propósito de diminuir possíveis fantasias persecutórias e, assim, favorecer a espontaneidade em suas falas foi reafirmado o sigilo e retomado o teor independente da pesquisa. No início de cada entrevista, todos os sujeitos assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE A).

6.4 Caracterização dos sujeitos da pesquisa

Os dados objetivos apresentados nos quadros abaixo (Quadros 3 e 4) permitiram identificar, embora superficialmente, algumas características das entrevistadas, em relação à escolaridade e à situação socioeconômica. Por outro lado, embora os bebês não tenham sido sujeitos diretos da pesquisa, as falas das mães e berçaristas possibilitaram que fosse delineado um breve perfil em relação ao desenvolvimento e, sobretudo, à experiência dos bebês na creche (Quadro 5).

QUADRO 3 - AS MÃES ENTREVISTADAS

MÃES	IDADE	EST.CIVIL	ATIVIDADE PROFISSIONAL	INSTRUÇÃO	N.º FILHOS	CLASSE BEBÊ	RENDA FAMILIAR
I	36	Casada	Auxiliar de cozinha	Ensino Fundamental incompleto	03	Berçário II	02 SM
II	33	Solteira	Auxiliar administrativo	Ensino Fundamental	01	Berçário II	01 SM
III	24	Casada	Diarista	Curso técnico	02	Berçário II	02 SM
IV	23	Casada	-	Ensino Fundamental	03	Berçário I	01 SM
V	42	Casada	Empregada doméstica	Ensino Fundamental	01	Berçário I	02 SM
VI (*)	38	Casada	-	Ensino Superior	01	Berçário II	02 SM

Fonte: Da própria autora

(*) A mãe VI vem apresentando um quadro psiquiátrico desde a gestação do bebê. Em razão desses transtornos, necessita do suporte familiar para cuidar do filho.

SM = Salário mínimo.

QUADRO 4 - BERÇARISTAS ENTREVISTADAS

BERÇA-RISTA	IDADE	INSTRUÇÃO	CLASSE	FORMAÇÃO	ATIV. ANTERIOR	CONTRATO	TEMPO NA FUNÇÃO	EST. CIVIL	Nº FILHO	RENDA
I	39	Ensino Superior incompleto	BI	-	Comércio	Temporário	2 anos	Casada	1	2 SM
II	37	Ensino Médio	BII	-	Aux. Escola Maternal	Temporário	2 anos e 6 meses	Casada	1	2 SM
III	55	Ensino Médio	BII	Téc. Contabilidade	Recepcionista	Temporário	2 meses	Solteira	0	1 SM
IV	39	Ensino Médio	BI	Aux. Enfermagem	Costureira	Temporário	2 anos e 6 meses	Casada	2	2 SM

Fonte: Da própria autora

BI= Berçário I; BII= Berçário II

SM = Salário mínimo

QUADRO 5- DADOS BEBÊS SEGUNDO MÃES E BERÇARISTAS

DADOS	BEBÊ I	BEBÊ II	BEBÊ III	BEBÊ IV	BEBÊ V	BEBÊ VI
FILIAÇÃO	Mãe I	Mãe II	Mãe III	Mãe IV	Mãe V	Mãe VI
CLASSE	B II	BII	BII	BII	BI	BII
IDADE	1 ano e 2 meses	1 ano e 1 mês	1 ano e 2 meses	1 ano	7 meses	1 ano
ENTRADA NA CRECHE	12 meses	9 meses	10 meses	9 meses	6 meses	8 meses

Fonte: Da própria autora

BI= Berçario I; BII= Berçario II

6.5 Coleta de dados da pesquisa

Os sujeitos que se dispuseram a participar da pesquisa demonstraram, desde o início, disponibilidade em falar livremente sobre os temas abordados. O agendamento das entrevistas e a sua realização ocorreram nos dias e horários previamente combinados. Todas as entrevistadas demonstraram espontaneidade em emitir as suas opiniões, entretanto, críticas e discordâncias apareciam nos discursos de forma velada ou ambígua. Vale sublinhar que todas as participantes – mães e berçaristas – pareceram aproveitar a situação da entrevista, como uma oportunidade para manifestarem as suas vivências pessoais em relação à creche.

6.5.1. Entrevista com as mães

O contato para o agendamento da entrevista ocorreu via telefone celular, sendo necessário, na maior parte das vezes, mais de uma tentativa. A dificuldade em agendar a entrevista decorreu em virtude do não atendimento ou retorno às minhas ligações. Os instrumentos utilizados foram uma entrevista semidiretiva (APÊNDICE B) e um gravador digital para o seu registro integral.

As entrevistas foram conduzidas a partir de um roteiro temático, criado especialmente para a situação estabelecida, abordando questões sobre a dinâmica familiar; as responsabilidades e dificuldades na criação de filhos (as); a escolha da creche e a adaptação do bebê; a percepção sobre o trabalho desenvolvido pela

creche; a relação com as berçaristas e com a Instituição; a atividade profissional; a divisão de trabalho e participação do pai na vida dos filhos e nas tarefas domésticas.

A escolha do local da entrevista ficou ao critério da mãe, sendo três realizadas nas residências das entrevistadas e as outras três na própria creche, que, gentilmente, cedeu um espaço reservado e individualizado para a sua realização.

A entrevista com as mães, sujeitos da pesquisa, teve a duração média de uma hora com cada participante. A transcrição da gravação de todas as falas foi realizada por mim de forma literal.

6.5.2 Entrevista com as berçaristas

As quatro berçaristas foram entrevistadas individualmente na creche durante o intervalo do almoço ou no final do expediente. Seguindo o formato de entrevista semidiretiva, com base em eixos temáticos, foram abordados os seguintes aspectos: a percepção sobre o funcionamento da creche; o trabalho da equipe e perspectivas da profissão; o trabalho com os bebês, considerando as atividades de cuidar e educar; o relacionamento com a família dos bebês e com a instituição; o engajamento com o trabalho; a história familiar e profissional e as expectativas em relação à creche. Todas as entrevistas foram gravadas e realizadas por mim, com duração média de 90 minutos, e em local reservado, o que possibilitou a livre expressão das entrevistadas. As transcrições das entrevistas foram feitas por mim, na íntegra.

6.6 Análise das entrevistas

A análise das entrevistas seguiu a definição de um método específico, tomando por base os trabalhos de Lefèvre, Lèfevre e Teixeira (2000). A partir da transcrição integral das entrevistas realizadas com seis mães e quatro berçaristas da creche, foram identificadas oito categorias para o grupo de mães e oito categorias para o grupo de berçaristas. Tais categorias foram levantadas após a leitura de cada entrevista a partir dos temas abordados e, na sequência, discutido e ouvido a opinião de uma avaliadora *ad hoc* convidada para esse fim, objetivando a compreensão e a categorização dos discursos.

Na análise das entrevistas do grupo de mães, oito categorias foram levantadas: (1) O tipo de guarda da criança antes da creche; (2) Por que utiliza a creche; (3) A escolha da creche (4) Idade do bebê na admissão à creche; (5) Adaptação do bebê à creche; (6) Comunicação/interação pais-creche; (7) Conhecimento da rotina da creche – atividades lúdicas/pedagógicas e o cuidar; (8) Avaliação e expectativas sobre a creche.

Em relação à análise dos discursos presentes na entrevista das berçaristas, oito categorias foram criadas: (1) Admissão na creche; (2) Experiência profissional anterior; (3) Capacitação para a função; (4) Adaptação dos bebês; (5) Práticas realizadas; (6) Relacionamento e comunicação com os pais; (7) Avaliação do trabalho realizado; (8) Expectativas de mudanças.

Embora os bebês não se constituíssem sujeitos presenciais da pesquisa, eles se fizeram presentes através dos discursos das entrevistadas. Por conseguinte, foi possível vislumbrar-se algumas reações e comportamentos manifestados pelos mesmos, no ingresso e no cotidiano da creche. Dessa forma, pôde-se inferir sobre a adaptação dos bebês à Instituição e aos cuidados nela recebidos.

Além do suporte teórico-metodológico respaldado pela literatura (MINAYO, 1992; BOGDAN; BIKLEN, 1994; CHATEL, 1995; BRITO; LEONARDOS, 2001), o processo de análise das entrevistas se pautou também na análise de outras vias, como o discurso latente dos gestos e expressões que forneceram subsídios complementares para a análise do conteúdo dos dados obtidos.

Utilizando-me da experiência de psicanalista e da prática de entrevistas terapêuticas na situação clínica, foi possível deixar as entrevistadas livres e possivelmente tranquilas para manifestarem, objetiva e subjetivamente, suas impressões. Essa forma de escuta permitiu que fossem apreendidos alguns momentos de indecisão nas suas falas que, por vezes, pareciam revelar indícios de dificuldades com alguns temas abordados. Ao perceber tal situação, prontamente retomava o objetivo da pesquisa ao tempo em que lhes reafirmava o sigilo em relação à identidade e ao conteúdo das respostas, sem deixar de esclarecer que a pesquisa não estava vinculada à Creche e nem tampouco à Secretaria de Educação Municipal de João Pessoa-PB.

A escuta e leitura acuradas das falas transcritas em sua íntegra possibilitou, além da categorização, subsídios para a análise qualitativa do conteúdo das respostas das mães e das berçaristas entrevistadas.

O sexto capítulo apresenta a discussão dos dados obtidos nas entrevistas. A partir dos discursos maternos e das berçaristas, aliados à literatura pesquisada, foi possível vislumbrar a percepção dessas mulheres acerca do trabalho da creche – cuidar e educar – e suas repercussões nos atores envolvidos: pais-berçaristas-bebês.

7 DISCUSSÃO

Como já abordado anteriormente, sabe-se que a constância do ambiente e a continuidade dos cuidados oferecidos são de importância vital para a saúde do bebê. Alterações ambientais e separação da figura maternal, nesse tempo, exigem atenção e parcimônia! A descontinuidade e os cortes, sem um processo de adaptação adequado ao tempo em que a relação entre a mãe – ou seu substituto – e o bebê se encontra no registro de dependência de cuidados, poderão interferir na organização psíquica e relacional futura da criança.

A entrada do bebê na creche impõe, de saída, mudanças importantes nas relações sociais e no ambiente familiar. Trata-se de um momento delicado e que põe em xeque a qualidade da relação inicial dos primeiros meses de vida, bem como a disponibilidade interna da mãe ou seu substituto em se separar do bebê. Trata-se de um momento no qual o bebê não deve sentir essa experiência como uma ruptura brusca da relação com aquele (a) que dele se ocupava. Por outro lado, a mãe ou seu substituto pode viver esse momento tal como a sua cria, ou seja, como uma quebra no vínculo até então estabelecido entre eles.

A esse propósito, Magalhães (1992) observou dois modos de reações maternas quando da entrada do (a) seu (a) filho (a) na creche. As mães que aceitavam a separação do bebê, embora apresentassem reações de angústia e insegurança nesse momento, expressaram, ao mesmo tempo, uma maior disponibilidade para colaborar e experimentar essa nova situação. As mães que, ao contrário, demonstravam resistência à separação do (a) filho (a) reagiram de dois modos. Algumas, desde o primeiro momento da entrega da criança à cuidadora, além de não referirem sentimentos comumente experimentados pelas mães diante da separação, pareciam indiferentes ao que poderia ser vivido pelo bebê na sua ausência. Outras, que também foram consideradas como resistentes à separação do bebê, referiram vivências de angústias profundas e sofrimentos sempre que o deixavam na creche.

A entrada de um terceiro na relação mãe-bebê é um fato indiscutível, seja esse representado pelo pai, familiares, conhecidos, babás ou a própria creche. Esse terceiro quase sempre mobiliza nos pares da relação vivências afetivas importantes. Nos casos em que essa situação é mobilizadora de profundas angústias, vividas ou negadas, pode sinalizar dificuldades de separação.

Em vista disso, esse terceiro, representado pela Instituição Creche e pela berçarista, assume um papel importante no processo de separação e de adaptação à nova situação para a díade mãe-bebê. Configura-se em um tempo em que as trocas afetivas acontecem no registro dos cuidados corporais, como no aleitamento, e que, subitamente, passam a ser desenvolvidas por pessoas estranhas, no caso, as berçaristas. Trata-se de uma situação na qual a comunicação verbal ainda não existe ou é insuficiente para dar conta da estranheza experimentada entre ela e um bebê frágil, incapaz de sobreviver sem a adequação de seus cuidados. Consequentemente, pode se instalar uma situação de angústia, um ‘diálogo de surdos’, entre bebê, mãe e berçarista.

Por outro lado, a estranheza da nova situação, que se apresenta de forma repentina tanto para a mãe como para o bebê, exige que as berçaristas funcionem como suportes maternos adequados no cuidar de um bebê que também lhes é estranho. Não conhecem ainda a sua história, seus hábitos rotineiros, preferências e os gestos que expressam o seu estado de desconforto ou satisfação. Somam-se a essas dificuldades iniciais, o número elevado de bebês sob os cuidados de cada berçarista. Como é possível apenas duas berçaristas realizarem uma prática de cuidar e educar, efetiva e afetiva, com dez bebês, em média, durante a jornada diária de trabalho?

De acordo com Nörberg (2013), os cuidados das berçaristas exigem um corpo a corpo sensível às necessidades do bebê, para que sejam criadas novas formas de relação. Trata-se de experiências essenciais entre o bebê e a berçarista que podem acontecer também a partir do carinho no rosto, do colo, do trocar fraldas, do cantar, entre outros cuidados considerados também importantes para outros campos do conhecimento como da educação, da prática social e da prática pedagógica. Porém, é relevante acrescentar que a berçarista não pode e nem deve confundir-se com a mãe do bebê, mesmo que esse lhe dirija inúmeros apelos para que ocupe esse lugar.

A retomada da importância da díade mãe-bebê não pretende enaltecer a manutenção da relação dual e nem se pretende contrária à entrada de um terceiro, no caso a creche e, particularmente, a berçarista na vida do bebê. Trata-se, pois, de um remarque da forma radical como se processa o corte da relação mãe-bebê desde o primeiro dia da entrada desse na creche. Na Instituição, local da pesquisa, e na maioria das creches públicas e privadas, essa prática parece recorrente. A ausência de um período mínimo para que aconteça a passagem do *“berço ao berçário”*

(NÖRNBERG, 2013) dificulta que o processo de adaptação do bebê à creche seja vivido com tranquilidade pelos atores envolvidos: mãe-bebê-berçarista.

Os fragmentos das falas das mães e das berçaristas que se seguem sinalizam inúmeras dificuldades, geralmente, presentes em vários estudos sobre o tema. Uma das dificuldades que parece significativa diz respeito à ausência de um período de transição para que o bebê passe dos braços da mãe ou seu substituto para os braços da berçarista.

7.1 A escuta das mães

O tempo médio de duração das entrevistas, em torno de uma hora, pareceu evidenciar uma necessidade das entrevistadas para falar sobre suas vidas e suas relações familiares e profissionais. As mães ouvidas parecem levar uma vida sacrificada! Em razão das dificuldades econômicas, da tripla jornada de trabalho e, principalmente, da pouca escolaridade parecem impossibilitadas de almejar uma condição de vida mais favorável.

As mães referiram dificuldades de retomar suas atividades extrafamiliares ao término da licença-maternidade, cuja duração, no setor privado, é de quatro meses. Como as creches só recebiam os bebês a partir do sexto mês e dificilmente dispunham de vagas para dar conta da demanda, algumas mães buscavam, elas próprias, de maneira solitária, outras soluções para reassumirem as suas atividades extradomiciliares. Duas mães recorreram a familiares. Duas mães se ocuparam da criança até a entrada na creche e nenhum pai cuidou do (a) filho (a), para que a mãe retomasse o trabalho. Duas delas recorreram a uma cuidadora remunerada, sendo que, em um dos casos, a mãe remunerava a própria sogra. Nas palavras da mãe:

Era complicado pra mim, porque ela não queria agir como uma pessoa que eu pagava, ela queria agir como avó, mas queria receber como uma funcionária. [...] Ela não dava remédio na hora certa, ela não educava a criança e eu não podia me impor, porque ficava muito constrangida. (mãe 3)

As mães que se ocuparam, elas mesmas, do bebê, uma por ter sido demitida do trabalho, após o término da licença-maternidade, passou a sobreviver com o salário desemprego. A outra mãe permaneceu com o bebê, em casa, com suporte da família por apresentar um quadro severo de depressão pós-parto. Vale salientar que, o intervalo entre o final da licença-maternidade – quatro meses

– e a idade mínima para o ingresso do bebê na creche – seis meses – pôde ser suprido financeiramente pela primeira mãe. No entanto, na ocasião da entrevista, essa já havia assumido um novo trabalho.

Esse fato parece revelador de duas discrepâncias que afetam sobremaneira as mulheres. A primeira diz respeito à diferença entre o tempo de licença-maternidade garantido pelo Serviço Público, que é de seis meses, e o garantido pela Iniciativa Privada, de quatro meses. A outra discrepância se situa entre o que reza a LBDEN (1996), que assegura o direito à creche aos bebês a partir dos quatro meses e a determinação da SEDEC (2015), que promulga a idade mínima de seis meses para admissão de bebês na creche. Vale acrescentar que a maioria dos CREIs do Município de João Pessoa-PB não atendem a determinação da LBDEN, ou seja, as poucas creches que recebem bebês só os admitem a partir do sexto mês de vida. Todas as mães recorreram à creche em face da retomada do trabalho aliada à ausência de suporte familiar. Apenas uma mãe, apesar de não trabalhar fora, colocou a filha na creche em razão de problemas de saúde dela própria. Essa apresentou depressão pós-parto e permanecia ainda em tratamento psiquiátrico no momento da entrevista.

A escolha da Creche Delegada Maria Tereza de Sousa Leite decorreu, em todos os casos, de boas referências e de experiências anteriores positivas. Embora a creche esteja localizada distante tanto da residência como do trabalho das entrevistadas, elas lutaram, insistentemente, por vagas nesta Instituição. Argumentaram, entre outros critérios de escolha, a qualidade do ambiente físico e do trabalho realizado. Porém, o fato de a creche ser uma das poucas que funciona com berçário se constituiu no fator primordial da escolha.

As mães pouco falaram do processo de adaptação dos seus bebês, quando da entrada na creche. Todas referiram que, desde o primeiro dia, elas foram apartadas dos bebês no momento de chegada e só os reencontravam no final da tarde. O que elas sabem do comportamento e reações dos filhos (as) durante esse tempo provém de rápidos contatos com as berçaristas. As informações recebidas, porque por elas indagadas, referiam-se aos cuidados básicos de alimentação, sono e o tempo de choro do bebê. A maioria afirmou que, segundo as berçaristas, os bebês se adaptam, porque param de chorar, em torno de quinze dias, como se a ausência de choro fosse o único sinal emitido pelo bebê revelador do estado de adaptação e aceitação, sem sofrimento, ao novo ambiente.

De acordo com as regras da creche, não é permitido, em nenhum momento e em nenhuma circunstância, a entrada das mães no ambiente do berçário. Duas mães consideraram difícil a adaptação de seus bebês em virtude de frequentes mordidas e arranhões provocados por outras crianças. Uma das entrevistadas não manteve o filho na creche em razão de dificuldades de adaptação. O bebê, ao entrar na creche, passou a apresentar febre sem causa fisiológica, choro contínuo e vômitos durante o período que ali permanecia ao longo de muitos dias. Vale salientar que, apesar de a criança manifestar extrema dificuldade e sofrimento diante da situação da separação, não foi realizado qualquer esforço para reverter o quadro a não ser a desistência da creche por parte da mãe, referendada pelos funcionários da Instituição.

No que se refere à adaptação à creche, a separação radical desde o primeiro dia não era só vivenciada pelos bebês. Tal como os bebês, as mães tinham que se adaptar à nova realidade sem questionamentos. Todavia, episódios como mordidas, arranhões ou doenças mobilizavam nas mães insegurança e desconforto pelo desconhecimento do que se passava com os bebês nas suas ausências. Somente em situações extremas e recorrentes, como mordidas ou arranhões, as mães questionavam, timidamente, os cuidados dispensados na creche.

A pobreza de comunicação e interação entre pais e a Instituição se inicia desde o momento da entrada do bebê na creche e se mantém durante todo o tempo. Acontece em esporádicas reuniões e comunicações escritas eventuais e em contatos rápidos e assistemáticos entre pais, berçaristas, coordenadora e diretora. As poucas e rápidas trocas entre eles (as) ocorrem, geralmente, no horário da entrada ou da saída das crianças. Consequentemente, a maioria das mães desconhece a rotina estabelecida pela creche. O pouco que sabem diz respeito a cuidados óbvios como os horários de sono, alimentação e higiene estabelecidos, *a priori*, pela Instituição. Creditam, de forma intuitiva, a realização de atividades lúdicas e educativas sem, no entanto, precisá-las.

Em relação à comunicação e à interação dos pais na creche e nos cuidados da criança em casa, predomina a figura materna. O pai, eventualmente, ocupa-se da tarefa de deixar ou buscar o (a) filho (a) na creche. A participação em reuniões e contatos com as berçaristas e com demais funcionários (as) é assumida, exclusivamente, pelas mães. Por outro lado, a maioria dos pais 'colabora' com os cuidados do (a) filho (a) na dinâmica familiar.

Todas as mães verbalizaram o desejo de que a creche oferecesse aos seus bebês mais atenção à sua saúde e maior proteção contra acidentes recorrentes, tais como, mordidas, ‘tapas’ e quedas. Da mesma forma, foi unânime o desejo de maior acessibilidade à equipe e informações sobre a rotina e sobre o comportamento dos bebês ao longo do dia. Em face da distância entre a residência, o trabalho e a creche, algumas mães sugeriram maior flexibilidade nos horários de entrada e saída dos bebês. Vale salientar que o horário de acolhida é até 7h20 e o de saída, até 17h00. As normas da Instituição são rígidas, e o descumprimento dos horários, independentemente da justificativa das mães, é anunciado como falta grave.

Apesar das conquistas femininas obtidas e das propostas e leis governamentais que incluem a creche como um direito das crianças pequenas, a partir do quarto mês, a sua efetividade se encontra distante da realidade da maioria das famílias. Além da rigidez do horário de entrada e saída das crianças, as raras unidades existentes em João Pessoa não atendem à demanda. As poucas creches que contam com os Berçários I e II situam-se, geralmente, distantes da residência de seus usuários. Além disso, a insuficiência de transportes públicos agrava as dificuldades do ingresso e pontualidade dos bebês à Instituição e das mães aos respectivos trabalhos. Muitas delas, com o intuito de minimizar essa dificuldade, recorrem ao transporte particular do bairro – “tipo Vans” –, o que onera, ainda mais, o orçamento familiar.

Outro fator que interfere negativamente no recurso à creche pelas mães, para a retomada do trabalho, diz respeito à discrepância entre o tempo da licença-maternidade, quatro meses, e a idade mínima dos bebês para serem aceitos na creche, seis meses. Nesse vácuo de tempo, dois meses, como as mães podem retomar o trabalho, quando, em sua maioria, não dispõem de outros recursos para deixarem os filhos e retomarem suas atividades fora de casa?

Como foi observado na literatura, na atualidade, apesar de avanços conquistados pela mulher na sociedade, ainda são muitos os encargos e responsabilidades a ela atribuídos na família. Além da dupla, e até tripla, jornada de trabalho a ela atribuída e por ela assumida, os cuidados com os (as) filhos (as), sobretudo pequenos, e com a dinâmica familiar são vividos por ela de forma extremamente solitária, além de contribuir e, por vezes, assumir os encargos financeiros de manter a prole. Ao pai da criança, quando presente, cabe-lhe ‘ajudar’ nos cuidados com as crianças e na manutenção da casa. Pouco vai à creche e

apresenta total desconhecimento do que acontece com os (as) filhos (as) ao longo do tempo que eles passam na Instituição.

Diante dessa realidade tão adversa, a mulher trabalhadora chega à creche em uma atitude extremamente passiva às regras e à rotina institucional. Nada sabe do cotidiano do bebê. Nada propõe, nada pergunta, nada reclama! Nenhuma queixa! A tudo se submete, pois a creche é vital para a retomada do trabalho!

Porém, a passividade materna observada desde o primeiro dia do ingresso do (a) filho (a) na creche pode ser mal compreendida. Essa reação de passividade não significa ausência de afeto, de angústia e de fantasias nessas mães. Apesar de se submeterem, silenciosamente, às determinações da creche, elas não são imunes às vivências de sentimentos de culpa, de temores que o seu bebê não seja bem cuidado, de ameaça em perder o amor do (a) filho (a) para a berçarista, ou que essa o (a) maltrate, entre outros sentimentos e fantasias típicas de experiências abruptas de separação. Todavia, a introdução de etapas no processo de adaptação, associadas a informações, inicialmente diárias, do comportamento e do cotidiano do bebê na creche resultariam, sem dúvida, no bem-estar materno e repercutiriam, positivamente, para o desenvolvimento saudável do bebê.

No que diz respeito ao envolvimento dos pais na creche, Bhering e De Nez (2002) chamam atenção, com propriedade, para a importância da participação democrática entre os pais, os bebês e as berçaristas no seio da creche. Deixá-los fora do processo pedagógico e/ou dos cuidados realizados com os bebês na Instituição favorece à clivagem e ao alheamento, por parte dos pais, do processo educativo desenvolvido com seus (as) filhos (as). Da mesma forma, a exclusão das famílias no contexto educacional exclui também um dos referenciais mais importantes do mundo da criança, ou seja, a família. Consequentemente, o envolvimento da família na creche pode proporcionar experiências complementares e significativas de aprendizagem e convivência que podem atender às necessidades e demandas das crianças tanto na creche, quanto na família.

Os resultados das pesquisas de Bastiani (1993) evidenciaram, entre outros achados, a importância do envolvimento entre pais e creche, sobretudo, quando se trata de crianças pequenas. Sobre esse aspecto, ressaltaram que a participação dos pais na escola deixou de se configurar como uma opção extra, que as creches poderiam, ou não, adotar. Ao contrário, o autor considera o envolvimento entre pais e

creche como uma necessidade legítima para o processo educacional de seus (as) filhos (as) desde os seus primeiros dias na creche.

Tal como a creche que constitui cenário da pesquisa, a maioria dessas instituições impede o livre acesso das mães ou de outros membros da família no espaço no qual os bebês são cuidados. Negligenciando a importância dessa proximidade, dificulta o estabelecimento de uma relação positiva e efetiva entre creche-família e, ao mesmo tempo, descarta a possibilidade de promoverem juntas o bom desenvolvimento do bebê e da observação das interações precoces estabelecidas entre a mãe e sua cria (AMORIM; VITÓRIA e ROSSETTI-FERREIRA, 2000).

Para Rossetti-Ferreira (1994), o período de transição do bebê entre a família e a creche pode ser extremamente influenciado pela relação estabelecida entre a família e o novo ambiente no qual o bebê passará a conviver. Além do fato de existir o impedimento aos pais de adentrarem no ambiente destinado exclusivamente às cuidadoras e bebês, a desinformação da rotina e de toda a vivência do bebê na creche, ao longo de uma jornada diária, processa uma verdadeira cisão entre pares que, juntos, são fundamentais para o bem-estar, saúde e desenvolvimento/crescimento das crianças.

Da mesma forma que ocorre na creche estudada, as mães enfrentam uma outra situação adversa. Trata-se da quase total desinformação do que se passa com os seus bebês no ambiente da creche. Quando acontece uma comunicação dirigida às famílias, dá-se através de breves e pontuais contatos com um funcionário da instituição ou via a comunicação tradicional: agenda, bilhetes, ligações telefônicas. Modos de comunicação que, segundo Haddad (1987), parecem ser insuficientes para uma relação efetiva entre pais e creche.

7.2 A escuta das berçaristas

O exercício da função de berçarista exige, de quem a desempenha, a concepção de que não se trata de um trabalho mecânico. Trata-se de uma atividade que envolve, para além de experiência profissional e capacitação, a história, as experiências pessoais e a relação entre a profissional e a instituição a qual está subordinada.

No caso da creche que serviu de local para este estudo, todas as entrevistadas informaram que, antes, exerciam atividades no comércio e não realizaram cursos de capacitação e treinamentos antes da admissão. Essa realidade revela, de saída, a ausência de qualificação das profissionais que cuidam das crianças, cujo trabalho demanda atenção especializada, principalmente na faixa etária atendida. Todas as berçaristas foram admitidas na creche sem concurso público e sob o regime de contrato temporário, decorrente de indicação política. Aqui, fica evidente a desvalorização da função dos profissionais de creche. Observa-se o descumprimento da Lei que rege a Educação Infantil, LBDEN/1996, pela ausência de exigência tanto de aprovação em concurso público, como de qualificação reconhecida para o exercício da função (VERÍSSIMO; FONSECA, 2003).

Sabe-se que essa forma de ingresso em Instituição Pública, na maioria das vezes, dispensa uma avaliação mais criteriosa em relação à competência do contratado. Consequentemente, são admitidos profissionais que, de forma intuitiva, terão que desempenhar funções tão complexas e importantes! Possivelmente, a predominância de mulheres no exercício dessa função esteja relacionada ao censo comum acerca da tendência maternal associada ao gênero feminino. Essa tendência tomou vulto a partir do início do século XX, que, no dizer de Hadadd (1987): “[...] caracterizou, definitivamente a feminização do Magistério (HADADD, 1987, p.17)”.

Para Louro (2001) e Almeida (2004), nas primeiras décadas do século passado a função da mulher associada à maternidade ainda impregnava o ofício de professora da Educação Infantil. Como consequência, a escola também era associada ao ambiente doméstico. Assim, configurou-se ao longo dos anos um ‘perfil de educadora’, tendo por base os conceitos de feminilidade e maternidade. Não é de se estranhar, portanto, o hábito das famílias e das crianças em nomearem de ‘tia’ e ‘tio’ os profissionais da Educação Infantil.

Geralmente, as cuidadoras só reconhecem o valor de sua prática quando a identifica com a função materna. Denominam-se de mães e enaltecem a proteção e o cuidado dispensados aos bebês, denominados por elas como “carentes”. Vale salientar, nesse sentido, que elas tendem a ocupar o lugar das mães e, por vezes, consideram-se “melhores do que as mães”, em razão de essas trabalharem o dia inteiro e não se dedicarem às crianças.

Pode-se pensar que, diante do pouco reconhecimento do trabalho das berçaristas, a identificação dessas profissionais com a figura materna pode se

constituir também numa possibilidade de enaltecer o duro trabalho por elas realizado. Possivelmente, trata-se de uma compensação narcísica, da parte da berçarista, de valorizar a sua função. Pode-se supor que, ao se confundir com a figura materna, essas trabalhadoras estariam desempenhando, imaginariamente, uma função, a materna, tão socialmente valorizada.

De acordo com Kramer (2005), as dificuldades de identificação observadas em, praticamente, todas as berçaristas entrevistadas podem decorrer da vinculação dessa profissão à construção de gênero. O autor coloca em questão os papéis das mulheres na sociedade denominados legítimos. Na verdade, “[...] a identidade profissional é um tema amplo, nem sempre fácil de analisar e, no caso da Educação Infantil, ainda há muito a ser explorado.” (Kramer, 2005, p.18).

Além da ausência de critérios específicos para a admissão na função de berçarista e da proposta da Secretaria de Educação do Município de João Pessoa-PB em realizar capacitação continuada, todas as entrevistadas revelaram que, quando, eventualmente, são oferecidos cursos, trata-se de encontros rápidos – um turno de um dia. Vale ressaltar que esses encontros são realizados com todos os profissionais que desempenham funções nas creches municipais de João Pessoa-PB. Segundo uma das entrevistadas, esses encontros são anuais. Essa acrescentou ainda que, apesar do curto tempo – três horas, em média, por ano –, os técnicos ensinam como lidar com a criança em diversas situações, a significação do choro dos bebês, quando alegres ou tristes, como lidar com os bebês e a importância de ter paciência com esses. Essa berçarista ressaltou:

[...] São muitas crianças pra cuidar de uma vez. É diferente de você tomar conta de um filho, dois filhos. [...] acredito que, como eu, outras participantes não sabiam como trabalhar com crianças. Não sabiam nem que esse curso existia de verdade (risos)”. (Berçarista 4)

Algumas berçaristas referiram que, além de limpar, dar banho e alimentar os bebês, elas também devem realizar atividades pedagógicas. Nessas, são ressaltadas a importância de ensinar a criança a brincar, em vez de deixá-las soltas brincando. O ensinar a brincar é direcionado, ou seja, mostrar cada brinquedo às crianças, fazer mímica, fazer gracinha, estimular a dança, entre outras atividades. Novamente, é possível perceber a pouca atenção dada à educação infantil. Além da eventualidade da capacitação, o que chama atenção é o despreparo dos ministrantes desses cursos dirigidos a pessoas tão leigas na função.

Os ministrantes dos cursos ao transmitirem ‘receitas’ de como lidar com os bebês, além de negligenciarem as suas diferentes etapas evolutivas, parecem desconhecer as críticas e propostas presentes no Plano Municipal de Educação de João Pessoa-PB (2015), que apontam para uma metodologia vigente pautada num viés isomorfista, isto é: “[...] a tendência ao isomorfismo, ou seja, o modo como o professor aprende é o modo como o professor ensina (p. 11)”. Acrescenta que, em lugar de uma metodologia tradicionalista, pautada em práticas reprodutivistas, é fundamental a reorganização de novas e reflexivas didáticas nos cursos destinados aos profissionais. Só dessa forma, a formação continuada se distanciaria do modelo isomorfista e capacitaria os profissionais para o exercício de uma prática crítica e criativa.

Vale lembrar que, na creche, o que é considerado pedagógico e importante para o desenvolvimento da criança, é o brincar direcionado. Pode-se supor que o brincar espontâneo e livre, próprio dessa faixa etária, não é valorizado como fundamental para o desenvolvimento da criatividade da criança. Da mesma forma, revela o desconhecimento da importância de brincadeiras que incluam toques, como dedo mindinho; esconder o rosto; bater palma, entre outras, para o exercício de cuidados e para as trocas afetivas.

Em relação ao processo de adaptação dos bebês, todas as berçaristas referiram que os pais não participam. Duas delas afirmaram que os bebês se adaptam, rapidamente, em quinze dias. As demais falaram de um processo demorado, entre dois a três meses. As berçaristas que consideram os bebês rapidamente adaptados baseiam-se, exclusivamente, no tempo do choro e no comportamento de aceitação da rotina sem reclamar – passividade do bebê. As que ressaltam uma adaptação mais demorada, além da permanência do choro, referem passividade, desinteresse por brincadeiras e reação negativa do bebê ao ambiente. Admitem que, contrariamente ao que é dito às mães, as crianças não se adaptam à creche em quinze dias. De acordo com essas últimas berçaristas, as crianças levam em torno de dois meses para começar a se adaptar, isto é, param de chorar com frequência, acostumam-se com a berçarista, apresentam comportamentos mais ativos e lúdicos e diminuição de estranheza ao ambiente. Nas palavras de uma delas:

Os dois primeiros meses é de adaptação; eles começam a pegar confiança na gente, quase não choram e deixam de tá dormindo todo o tempo. Eu entendo, eu entendo, porque tá saindo dos braços dos pais para vir pra gente estranha, para um lugar estranho. Aí, fica difícil confiar e se acostumar logo

com a gente. Quando eles começam a brincar, a parar mais de chorar, e a não querer dormir o tempo todo, eles saem dos braços dos pais chorando menos". (Berçarista 4)

Todas as entrevistadas referiram que o contato direto com os pais dos bebês é eventual e rápido. Quando acontece, ocorre no momento de entrega das crianças. Através de uma agenda, mantêm comunicação indireta, porém esporádica. Quando se faz necessária a comunicação direta, essa é realizada pela Coordenadora da creche, que fala pessoalmente com os pais. Para as entrevistadas, a pobreza de comunicação entre elas e os pais decorre do pouco tempo de que dispõem, em face do número de crianças e da escassez de funcionários.

A partir dessa prática, percebe-se a ausência de trocas importantes sobre o que acontece com as crianças entre mães e berçaristas, justo numa etapa evolutiva onde a linguagem verbal é pobre ou rudimentar. As únicas fontes de informações sobre a saúde, o comportamento e a rotina são veiculadas unicamente pelos adultos que se ocupam dos bebês. É fácil imaginar a solidão experimentada pelas berçaristas ao longo de cuidados tão intensos durante uma longa jornada de trabalho. Recebem, diariamente, inúmeros bebês para desempenharem cuidados tão íntimos sem saberem o que se passou com eles até o momento de tê-los nos braços. Da mesma forma, é possível imaginar o esforço despendido pelas mães para receberem seus bebês no final do dia sem conhecer as pessoas que as substituíram e sem nenhuma informação mais pormenorizada da rotina por eles vivida.

A partir das dificuldades referidas ao longo das entrevistas, as entrevistadas consideraram difícil a prática da sua função. Tarefa exaustiva, mas, por vezes, prazerosa. Todas referiram como a maior dificuldade no exercício do trabalho, o número elevado de bebês para serem cuidados apenas por duas berçaristas. É digno de nota que, apesar de receberem apenas um salário mínimo e não terem formação sistemática para a lida com os bebês, a unanimidade das dificuldades verbalizadas recaiu sobre o escasso número de funcionários.

Quando questionadas sobre possíveis mudanças facilitadoras para o exercício das suas funções, todas falaram da necessidade do aumento do número de berçaristas por turno. Todas também almejavam mais atenção e apoio por parte da Direção, embora referissem ter uma boa relação com a diretora e demais funcionários(as) da creche. Verbalizaram também a importância da instalação de um Posto Médico ou Serviço de Enfermagem para o atendimento de pequenas

intercorrências de saúde comuns à faixa etária atendida. Por fim, deixaram evidente a necessidade de uma remuneração mais condizente com a responsabilidade da função. Para além da baixa remuneração e um exaustivo trabalho diário, essas mulheres não recebem um suporte de capacitação que, certamente, facilitaria a sua prática, bem como acentuaria a importância do trabalho por elas desenvolvido.

Parece notório o total despreparo técnico dessas mulheres para o trabalho por elas desempenhado. Demonstram, nas suas falas, uma prática assentada, basicamente, na intuição e na experiência pessoal, desenvolvidas na rotina da creche. Tal como as mães, submetem-se, por temor de perder o emprego, ao que lhes é cobrado pela direção. Por falta de preparo para o exercício da função, realizam, passivamente, a rotina rígida e pouco criativa da creche. Embora sensíveis às demandas dos bebês, não conseguem atendê-las além dos cuidados de higiene e nutricional. As dificuldades aumentam em face do grande número de bebês por berçarista. De forma velada, criticam as mães das crianças e parecem competir com elas. Na verdade, desconhecem a competência e a importância do lugar que ocupam na complexa tarefa de dispensar cuidados a crianças em tão tenra idade.

Como as mães dos bebês, as berçaristas pertencem à classe social mais empobrecida. Além do baixo salário, residem em bairros da periferia de João Pessoa e, portanto, distantes da creche. São vítimas das mesmas dificuldades de deslocamento decorrentes do precário sistema de transporte público. Tal como as mães e a maioria das mulheres, as berçaristas sofrem da mesma desvalorização e do mesmo descrédito por desenvolverem a função de cuidar de crianças. “É coisa de mulher!”

7.3 Os bebês no discurso das mães e berçaristas

A partir da análise dos discursos maternos e das berçaristas, os bebês puderam ser ouvidos. A idade de admissão e permanência dos bebês nos Berçários I e II varia entre seis meses e dois anos e nove meses. Embora mães e berçaristas tenham verbalizado que a adaptação, incluindo os cuidados dispensados aos bebês, acontece em torno de quinze dias, os seus discursos livres, ao longo da entrevista, apontaram para uma outra realidade.

7.3.1 Os bebês no discurso materno

As mães, ao falarem dos seus bebês, favoreceram que fossem vislumbradas algumas vivências e reações dos bebês quando da entrada na creche.

Eu chego na creche e só tem uma ou duas tias, mas só tem uma de manhã. Ela vai recebendo o bichinho e vai botando no chão. Sabe aquela boneca [o brinquedo] que a tia entrega, a criança pega e vai soltando no chão? Aí, ele fica lá chorando, mulher, e a gente sai com o coração na mão. (Mãe 3).

No primeiro dia, ele chegou com duas mordidas. Numa reunião, elas disseram [a berçarista] que era normal, porque tem muitos meninos, muitas crianças em volta. [...] Ele ainda não se adaptou, chora muito, a pele dele está desidratada, eu acho que é por falta de água, a criança chega arranhada. (Mãe 2).

O bebê vem mordido, arranhado, chora muito e não tá querendo dormir. A tia falou que ele arengava muito com as outras crianças, tava mordendo e sendo mordido. Antes, ele era bem tranquilo, agora ele tá muito agitadinho [...]. Ele adocece muito... não sei se elas dão água gelada ... sempre vem tossindo e com secreção e fica bonzinho quando está de férias. (Mãe 1).

Na primeira semana, ele chorava todo dia, todo dia, todo dia, ... eu saía com meu coração na mão. Na segunda semana, melhorou, porque ele se apegou a uma tia. Mas no dia que essa tia não estava, ele chorava muito. [...]. No início, ele teve prisão de urina e a creche não deu esse detalhe. Então, eu decidi ficar com ele em casa três dias em observação. [...] Ele já foi mordido, já caiu, bateu a cabeça e subiu um 'galo' na hora, a tia disse que era normal. Mas ele nunca se machucou comigo, mas com o pai já se machucou. [...] mordida, é direto, quase todo o dia! [...] hoje eu acho que ele tá mais adaptado, mas toda segunda-feira ele ainda chora. Sei não, eu acho que ele sente falta do leitinho dele, do carinho. (Mãe 3).

A criança sente falta quando não tem creche. Já foi mordido. Ele vive gripado. Quando ele passou um mês de férias em casa, ficou bonzinho, mas, aqui, ele adocece." (Mãe 5).

Meu filho não se adaptou e tive que tirar da creche, ele adoecia muito e deprimia. Em casa não tinha sintomas. (Mãe 4).

A criança se adaptou bem. Tinha oito meses [...] outra coisa que eu adorei muito foi ela na adaptação; todo mundo ficou abobalhado porque é tão pequenininha, mas é tão independente! Ela já come sozinha e até já se serve. [...] minha filha tem facilidade de dormir porque aprendeu na creche. Elas têm que dormir lá todo dia. (Mãe 6).

A partir dos fragmentos dos discursos acima, mais uma vez ficou evidente a falta de comunicação entre Instituição e mães. Apesar de as mães reafirmarem o discurso das berçaristas, quando asseguram que a adaptação do bebê acontece em quinze dias, elas deixaram escapar, em suas falas, as dificuldades de adaptação experimentadas pelo bebê e suas vivências diante das reações desse.

A partir da escuta mais acurada dessas falas, pode-se inferir o sofrimento do bebê ao ser apartado da mãe de forma abrupta e passar a ser cuidado por um desconhecido, sendo ele próprio um desconhecido para quem lhe dispensa cuidados. Possivelmente, instala-se, nos primeiros momentos, um diálogo de surdos, sinais de comunicação que, *a priori*, nada comunicam. Dessa forma, os poucos recursos de que o bebê dispõe para expressar a sua angústia e o seu estranhamento à nova situação se faz através do choro, agressividade, somatizações, passividade, mordidas e arranhões.

A literatura que trata do funcionamento psicossocial do indivíduo ressalta que é nessa fase evolutiva que se constituem as bases da saúde mental futura. O bebê, assim que nasce, é para a mãe ou seu substituto um bebê da fantasia, idealizado. São nas primeiras trocas autoconservativas que, pouco a pouco, se estabelecem uma comunicação não verbal, mas que permite a tradução de gestos, choros, entre outros sinais, por parte do adulto. Da parte da criança, apesar do estado embrionário do seu aparelho psíquico, ela é capaz de provocar mensagens do seu estado de desconforto ou conforto a serem decodificadas e atendidas pela mãe ou seu (a) substituto (a). Mesmo em se tratando de um bebê mais crescido, já com vestígios de linguagem verbal, ainda é recorrente a comunicação através da linguagem não verbal.

Teóricos das relações precoces mãe-bebê, tais como Spitz (1958), Bowlby (1989), Winnicott (1956/2000;1988), Bethelheim (2001), Lebovici (1987), entre outros, ao desenvolverem estudos acerca da etiologia de patologias mentais graves consideram como fator primordial transtornos a partir de cortes radicais na relação do bebê com o adulto cuidador nos primeiros anos de vida. Embora não se confirme a gravidade postulada nas teses dos autores citados, pode-se inferir que separações e cortes abruptos, tais como os observados na creche, podem provocar transtornos psicológicos como depressão, insegurança, tendência antissocial, dificuldades de aprendizagem, embotamento afetivo, entre outros. Consequentemente, para a prevenção de possíveis transtornos psicossociais futuros e do sofrimento intenso experimentado por esses bebês, é urgente que se vislumbrem formas de atenuar prováveis efeitos negativos desse modelo de acolhimento dos bebês nas creches.

Por outro lado, embora a separação radical entre o 'berço e o berçário' não seja determinante de futuros transtornos psicológicos no indivíduo, a ausência de uma etapa gradativa no processo de adaptação pode interferir, certamente, no processo de socialização e de aprendizagem do bebê na instituição. Assim, ele pode não

aproveitar das mais variadas possibilidades de socialização e individuação oferecidas pela creche ao longo do convívio com as cuidadoras e com as outras crianças.

Sabe-se que, não obstante o ingresso do bebê na creche, a mãe ou seu substituto continua sendo o seu vínculo afetivo privilegiado. Trata-se, pois, de uma referência fundamental para a adaptação e aceitação da criança ao ambiente da creche e à nova rede de relações. Por conseguinte, é essencial remarcar a importância do estreitamento das relações entre instituição e família. Assim, paulatinamente, o bebê pode experimentar situações de confiança e conforto que proporcionem o estabelecimento de vínculos afetivos com a equipe da creche e com as outras crianças, no novo ambiente que passa a conviver, durante uma longa jornada diária. Por outro lado, a prática recorrente observada nas creches de deixar de fora, desde o primeiro momento, a família, sobretudo a mãe, além de dificultar a adaptação do bebê e favorecer a emergência de fantasias negativas maternas, reflete também no trabalho da berçarista, no acolhimento e no desenvolvimento de sua prática.

7.3.2 Os bebês no discurso das berçaristas

A descrição dos bebês feita pelas berçaristas enfatiza, sobremaneira, as expressões de angústia, sofrimento e de reações negativas esboçadas pelos infantes, sobretudo no período de adaptação. Chama a atenção a ausência total, em suas falas, de narrativas de risos, atitudes afetivas, gracinhas, brincadeiras e de aquisições evolutivas importantes dos bebês, durante a permanência deles ao longo de seus cuidados.

Sem a mínima formação para a importante função que exercem, fato aliado ao número expressivo de bebês a serem cuidados, as berçaristas parecem ficar ‘desnorteadas’ diante de qualquer reação do bebê não previsível no parco padrão de comportamento adquirido, aleatoriamente, em suas lidas diárias. Parecem não valorizar e nem decodificar outras demandas e apelos esboçados pelos bebês, além daqueles inerentes às necessidades físicas e nutricionais. Expressões de carinho, raiva, ciúmes e o brincar espontâneo, tão frequentes e importantes nessa fase, parecem passar despercebidas.

A avaliação do processo de adaptação dos bebês é compreendida quase que exclusivamente pela frequência e intensidade do choro. Entretanto, todas referiram, mas não valorizavam, reações significativas que indicavam sofrimento dos bebês para além dos quinze dias, reiteradamente afirmadas como tempo de adaptação. Algumas falas ilustram o viés da interpretação apenas por meio da frequência e da duração do choro dos bebês, que são tomadas como principais indícios de adaptação:

Eu acho que quinze dias, se a criança não faltar ela está adaptada. (...) olha, é assim para eles é muito sofrido, porque são pessoas estranhas, que nunca viram, tem criança que chora o dia todo, mas eu acho que com duas semanas isso passa. (...) Eles ficam meio assim, assustados, tem criança que não come, não bebe, a gente fica preocupada. (Berçarista I).

É assim, no início eles choram muito.... tá saindo dos braços dos pais para gente estranha e tem que se acostumar com a gente. Eles querem dormir toda hora, no começo a gente deixa porque ele quer dormir toda hora ... a gente deixa pra ver se ele se acostuma. (...) quando eles param mais de chorar é que eles vão entrando no ritmo.... quando estão mais acostumados com a gente, começam a brincar. [...] quando eles chegam, as mães entregam na porta, tem uma gradezinha assim, só pra ninguém entrar dentro da sala, elas [as mães] chegam até a porta, passam a criança por cima da corda, a gente pega a carteirinha e a bolsa e vai deixando sentadinho nos tatames. Tem uns que ficam chorando muito, a gente vai pegando eles (sic), sentando no tatame e diz: fique aí brincando, aí a gente vai dando logo brinquedo. [...] quando chega (sic) muitas crianças ao mesmo tempo, a gente pede apoio ao pessoal da limpeza e da cozinha". (Berçarista IV).

Eles não comem sozinhos, a gente dá de dois em dois na cadeirinha. Tem que rebolar, mas dá pra dar conta, pelo menos a gente tá dando. Quando choram muito, a gente bota no tatame e dá brinquedo. [...] quando a gente vai fazer tarefa [dar banho, comida, asseio], a gente espalha brinquedo pelo tatame e fica vigiando o resto. [...] quando é mingau, eles sabem pegar só, mas quando é papinha, fruta, a gente tem que dar na boca de todos. A gente faz rodízio pra tudo, uma dá banho, a outra veste no berçário a gente tem que fazer rodízio, porque não pode ter afinidade só com uma criança, a gente tá sempre trocando". (Berçarista I).

As crianças choram muito na adaptação. A adaptação depende da criança. Teve uma que não comia nada, chorava muito, a gente teve que chamar a mãe. Hoje ela está aqui e come tudo, a gente insistiu e ela ficou" (Berçarista II).

As mães são muito exigentes, viu? Muito exigentes. Tem criança que não chora, mas tem outras que choram, sabe por quê? Porque tá se desprendendo da mãe, mas é só enquanto a mãe tá ali. A mãe entregou, a criança chorou e pronto. A mãe saiu, a criança calou, entendeu? [...] É muito difícil a gente coordenar tudo, eles não ficam sentados de jeito nenhum. Eles não entendem que a gente tem que botar eles sentadinhos para poder dar uma orientação, fazer as outras coisas e eles não entendem [...] A gente senta um, e o outro já vai saindo; aí a gente senta o outro, e o outro já vai batendo no outro, aí outro já vai mordendo o outro, entendeu? Eles não entendem que têm que ficar ali sentadinho (sic)" (Berçarista III).

Esses fragmentos de discurso são, mais uma vez, reveladores do despreparo das berçaristas para o exercício de função tão complexa. Da mesma forma, pode-se vislumbrar o desamparo vivido por essas mulheres diante de uma demanda numerosa, ávida pelos seus cuidados e colo. Precisam substituir os cuidados maternos desde os primeiros contatos com bebês que lhes são desconhecidos. Nada sabem a respeito do ritmo, da alimentação, das preferências e dos dengos do bebê. Não entendem ainda os apelos não verbais, únicos possíveis nessa faixa etária, a elas dirigidos. A ausência de informações a respeito dos bebês que acolhem torna ainda mais difícil o desempenho de suas funções.

Os bebês, diante dessas figuras desconhecidas que passam a atuar, junto a eles, como substitutas de suas mães, apresentam reações de extrema carência dos cuidados maternos que, de forma abrupta, foram-lhes retirados. Além do mais, os bebês têm que dividir essa mulher estranha – a berçarista – com muitas outras crianças antes de estarem adaptados à nova situação. A prática de rodízio das profissionais nos cuidados dos bebês, objetivando a não formação de vínculos estreitos, traduz um grande equívoco presente na maioria das Instituições destinadas aos cuidados de crianças muito pequenas. Ao contrário, a formação de laços afetivos, apesar de tênues, entre o substituto materno e o bebê é fundamental para o estabelecimento de vínculos afetivos com as outras berçaristas e com as outras crianças.

De acordo com os autores anteriormente citados, a relação dual – mãe ou seu substituto (a) e o bebê – extremamente enfatizada por parte da literatura psicanalítica, é de grande importância para o processo evolutivo saudável da criança. Todavia, tal concepção, criticada inicialmente pelas feministas e estudiosos de outras áreas, foi considerada tendenciosa, quando da ocorrência de distorções evolutivas apresentadas pelas crianças. A responsabilidade maior recaía sobre as mães ou seu substituto (a), que deixavam seus bebês em creches para retomarem as atividades extradomiciliares.

Como foi abordado em capítulos anteriores, a concepção de amor e cuidados maternos como encargo exclusivo da mãe sofreu críticas no seio da própria Psicanálise. Apesar de inegável a importância de cuidados maternos para a saúde física e mental do bebê, tais cuidados não são desenvolvidos, necessariamente, apenas pela mãe do bebê. O pai, a babá, a berçarista ou outra pessoa,

independentemente do gênero, que se ocupe do bebê, pode se constituir num substituto adequado e efetivo para atender às suas necessidades.

A vinculação inicial, mãe ou seu substituto (a) e bebê, não implica, necessariamente, na colagem desse a uma berçarista. Entretanto, o estabelecimento de um vínculo, embora tênue, entre o bebê e a berçarista é importante para a adaptação do bebê à creche, além de favorecer a compreensão, por parte das berçaristas, das demandas não verbais a elas dirigidas. Vale ressaltar que essa não deve almejar ocupar o lugar da mãe, tentando restabelecer a relação dual perdida. Mas, é fundamental que, ao ocupar o lugar de um terceiro, funcione como um substituto materno sensível ao atendimento das demandas coletivas e individuais dos bebês.

Em face da numerosa clientela para os poucos profissionais da creche, a atenção individualizada às diferentes necessidades e carências de cada bebê, torna-se extremamente difícil. Exige dos bebês fortes e frequentes apelos, para que suas necessidades individuais sejam atendidas. Ou, ao contrário, os bebês podem deixar de emitir sinais e apelos, para que esses sejam atendidos, favorecendo a instalação de um quadro depressivo.

Na rotina da creche, todos os cuidados e tarefas são realizados em grupo e, no mínimo, em dupla. Alimentação, banho e demais cuidados são dispensados a todos conjuntamente, e ao mesmo tempo. Como consequência do 'tarefismo' a ser praticado pelas berçaristas ao longo da jornada intensa de trabalho, o cuidar deixa de atender, em todas as situações, à individualidade dos bebês. E o brincar, fundamental para o desenvolvimento global do indivíduo, passa a ter a função única e maior de apenas entreter os bebês, para que as berçaristas possam realizar as suas inúmeras e variadas tarefas.

A partir da reflexão teórica e da escuta dos discursos das mães e berçaristas acerca delas mesmas e sobre os bebês, algumas questões se puseram ainda mais inquietantes. Embora sejam inegáveis as conquistas femininas na sociedade ocidental atual, especialmente com o advento da Instituição creche e uma legislação que a respalda, há muito ainda a ser refletido e posto em prática. Malgrado o período da infância ter sido objeto de reflexão não apenas pelos estudiosos do tema, mas também pelos mais variados segmentos da sociedade, a faixa etária atendida – quatro meses a dois anos e nove meses – carece de cuidados e atenções particulares, em razão da

importância dos primeiros anos de vida para a formação biopsicossocial do indivíduo. No próximo capítulo, algumas dessas questões serão retomadas.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A creche se constitui, na atualidade, como um dispositivo importante e facilitador para as famílias na sociedade ocidental contemporânea. Trata-se de uma consequência das lutas feministas e políticas iniciadas no século passado, tomando vulto, no Brasil, a partir dos anos cinquenta. As creches, antes consideradas como ‘depósito de crianças’, atualmente, integram o Currículo da Educação Infantil, de acordo com a LBDEN (1996). Evidencia-se, assim, a creche como um direito das mães de exercerem atividades extradomiciliares. Da mesma forma, constitui-se no direito das crianças, desde tenra idade, de serem assistidas integralmente por essa Instituição durante o período de ausência diária ou temporária da mãe ou seu substituto(a).

Este estudo pretendeu investigar a percepção das mães – em número de seis – de bebês dos Berçários I e II, em relação ao trabalho oferecido pela creche Delegada Maria Tereza de Sousa Leite do município de João Pessoa-PB. Da mesma forma, foi pesquisada a percepção das berçaristas – em número de quatro – da referida creche, em relação ao trabalho por elas desenvolvido. Embora os bebês não tenham se constituído como sujeitos presenciais da pesquisa, eles ocuparam o lugar de atores principais tanto na literatura estudada, como nas narrativas das mulheres entrevistadas. Na verdade, tomaram conta da cena! Pode-se pensar que, para além da importância da creche para as mães, ela se constitui no ambiente destinado ao acolhimento do bebê. É na creche que, desde muito cedo, a continuidade dos processos de individuação, socialização, cultural e afetivos se instalam.

Antes do surgimento das creches, as crianças pequenas eram deixadas aos cuidados de familiares ou de conhecidos, para que seus pais pudessem exercer suas atividades fora de casa. Inicialmente, as creches foram pensadas com o objetivo de atender as famílias empobrecidas, bem como pela necessidade de a mulher colaborar, com mais efetividade, na economia doméstica. Consequentemente, não se tratava de atender às necessidades básicas das crianças, mas possibilitar às mães trabalhadoras maior assiduidade e produtividade no trabalho.

Na transição entre uma ideologia marcada pela valorização do trabalho remunerado das mulheres e a consequente abertura para que todas as mães tivessem o direito de utilizar a creche, o conceito de infância sofreu modificações. A socialização da infância se tornou mais abrangente, o que levou à consolidação do campo da

Sociologia da Infância, em face das teorias sociais existentes já não darem conta do entendimento teórico sobre os novos modelos familiares e sociais. De acordo com Jens e Prout (1990), Corsaro (1997), Qvartrup (1993, 2010), entre outros, os conceitos de criança e de infância deveriam ser redimensionados e situados no campo teórico da Sociologia da Infância. Apesar de as crianças serem concebidas como sujeitos sociais e, como tais, marcadas pelas diversidades sociais, culturais, étnico-raciais e históricas, os bebês ocuparam, e ainda ocupam, um lugar marginal nas teorias da Sociologia da Infância, possivelmente, por se encontrarem em vias da construção de sua identidade própria.

A ideia de um bebê passivo, à mercê dos cuidados maternos, invadiu algumas teorias evolutivas psicanalíticas e educacionais, notadamente, nas décadas de cinquenta e sessenta. Trata-se de um bebê fechado ao mundo e que, pouco a pouco, através de cuidados maternos adequados, passaria a emitir e receber mensagens, a interagir com o ambiente. Como já foi tratado anteriormente neste trabalho, essa concepção foi objeto de inúmeras críticas tanto da Psicanálise como de outras áreas do conhecimento.

Para Laplanche (1987), as teorias evolutivas psicanalíticas que concebem um bebê passivo, fechado ao mundo, apresentam um grande equívoco. De acordo com esse autor, trata-se de um movimento denominado *panpsicanalismo*, que consiste na invasão da Psicologia, particularmente da Psicologia da criança, pela Psicanálise. Dessa invasão, resultou uma confusão de campos: campo da autoconservação e o campo da sexualidade. No primeiro, o bebê é ativo, interage e se comunica com o ambiente desde muito cedo. Trata-se, aqui, do bebê estudado pela Psicologia, teorias educacionais, entre outras ciências. Somente no campo da sexualidade, objeto da Psicanálise, que é possível se falar de um bebê passivo frente às mensagens enigmáticas transmitidas por um adulto, dotado de um inconsciente, ao longo dos cuidados iniciais.

Portanto, é possível se falar de uma socialização no meio familiar e fora dele, na creche, por exemplo. Essa pode permitir aos bebês a aquisição de conhecimentos, a partir de trocas entre si mesmo, com as berçaristas e com as outras crianças. Contudo, em face da primitiva etapa evolutiva na qual se encontram, com poucas capacidades cognitivas, emocionais e físicas, as experiências de socialização são ainda incipientes. Todavia, do ponto de vista da autoconservação, o bebê é ativo, isto é, desde muito cedo é capaz de atuar e interagir no ambiente. Trata-se de uma interação

observável. Há, desde o início da vida do indivíduo, uma sequência de trocas recíprocas entre o bebê e a mãe ou com aquele (a) que dele (a) se ocupa. Consequentemente, o bebê é um ser ativo e, como tal, capaz de viver experiências de socialização.

Sabe-se que as famílias passaram por inúmeras mudanças tanto na sua composição como na sua dinâmica. Moro e Gomide (2003) sublinham mudanças importantes nos moldes de criar e educar as crianças. Mudanças que facilitaram o atendimento das demandas da família remodelada pelos meios sociais ou institucionais e, dessa forma, diversificaram o papel social ocupado pela criança. Como consequência dessa nova realidade que vem se reeditando ao longo dos anos, a família vem absorvendo todas as reformulações ocorridas na sociedade ocidental contemporânea. O surgimento de novas configurações familiares e o crescente número de mulheres que passam a assumir o lugar de responsável pela família ilustram, com pertinência, as mudanças observadas na constelação familiar na atualidade.

Nesse cenário sociopolítico e econômico da sociedade ocidental contemporânea, as creches assumem um papel relevante não apenas para atender às necessidades das mães, mas, sobretudo, na formação integral do indivíduo, posto que, aliadas ao meio familiar, alicerçam o devir do indivíduo político, social e psíquico.

Chegou-se ao final deste trabalho com mais perguntas do que as anteriormente formuladas no que tange às expectativas das mulheres trabalhadoras, mães e berçaristas, acerca da Instituição Creche como um lugar de guarda, educação e proteção segura para os bebês, enquanto as mães retomam suas atividades extradomiciliares. É inegável a contribuição dessa Instituição para a emancipação feminina! Entretanto, no que diz respeito ao trabalho lá desenvolvido com os bebês, fase fundamental para o desenvolvimento saudável do indivíduo, encontra-se distante das necessidades prementes de crianças em tão tenra idade. Todavia, o cotejo entre as teorias estudadas, o Projeto Político-Pedagógico e os dados obtidos na pesquisa permitiu que fossem vislumbradas algumas saídas para os impasses enfrentados pelos atores envolvidos na creche.

Como dito anteriormente, embora a Instituição Creche se constitua na possibilidade maior da retomada das mães às suas atividades extradomiciliares, a realidade revela que tanto as mães como as crianças, sobretudo os bebês, têm ainda um longo caminho a ser trilhado para que usufruam plenamente desse direito. No caso

das mães e dos bebês, o número das creches existentes está longe de atender à demanda. Quando oferecem vagas, localizam-se, quase sempre, distantes da residência de seus usuários. Além disso, os cuidados dispensados estão aquém das necessidades cognitivas, emocionais e de socialização dos bebês.

No que diz respeito às berçaristas, além da disparidade entre o grande número de crianças acolhidas na creche e o número insuficiente de profissionais para atender a demanda, inexistente um processo seletivo que avalie as capacidades dessas para o exercício de atividades tão complexas e importantes. Não há também um programa de capacitação sistemático e efetivo para o exercício da função de berçarista. Em síntese, embora as creches não mais se configurem como ‘depósito de crianças’, na prática, os cuidados dispensados aos bebês estão longe de atingir os objetivos observados no Projeto Político-Pedagógico da Educação Infantil.

Tal como tinha sido inicialmente proposto, este estudo se limitou à análise qualitativa das percepções maternas e das berçaristas dos Berçários I e II da Creche Delegada Maria Tereza de Sousa Leite, situada em João Pessoa-PB, descurando-se, inteiramente, de contatos diretos com os bebês na dinâmica da Instituição. Entretanto, em todas as entrevistas, o discurso das mães e berçaristas trouxeram os bebês direta ou indiretamente para o centro da cena. Porém, acredita-se que a análise dos bebês trazidos através do discurso das entrevistadas é complementar à análise da dinâmica da creche e que é para a dialética entre esses segmentos de análise, que é possível vislumbrar-se novos e auspiciosos arranjos para uma rotina e uma dinâmica mais efetivas da creche. Vale salientar a importância da associação desse estudo com outros que contemplem a observação direta dos bebês na rotina das creches.

Retomando, de forma sucinta, o que foi abordado anteriormente, mães e berçaristas falam, reiteradamente, do comportamento do bebê durante o processo de adaptação à creche. Todas sinalizaram o momento doloroso, para o bebê e para elas próprias, na entrada e durante os primeiros dias da criança na creche. Da parte das mães, a ênfase incide no total desconhecimento acerca do comportamento e reações do bebê durante os primeiros dias de sua inserção na Instituição, bem como do desconhecimento da rotina da creche na qual a criança foi inserida. As poucas informações passadas para elas referem apenas o tempo e frequência do choro e da alimentação. Tal como assinalam Bhering e De Nez (2002), é perceptível a submissão das mães às normas e ao funcionamento da Instituição. De forma velada, tecem

queixas de arranhões, mordidas, quedas e atribuem à creche as frequentes gripes, tosse e viroses adquiridas pelo (a) filho (a).

Da parte das berçaristas, todas falam do trabalho e da angústia experimentada durante os primeiros dias da entrada das crianças. Muitos bebês para acalantar, para alimentar e desenvolver cuidados de higiene! E apenas duas berçaristas para atender às numerosas, intensas e tão urgentes demandas! Visivelmente despreparadas para o exercício de tão complexa função, pouco sabem do lugar que devem ocupar junto a bebês que lhes são estranhos. Nada sabem sobre aqueles que terão que cuidar e acalantar ao longo da jornada de trabalho. Possivelmente, como defesa, refugiam-se no incessante exercício de cuidados de higiene e alimentar dos pequenos infantes.

E da parte do bebê? Que acontece?

De acordo com a literatura estudada, na etapa evolutiva na qual essas crianças se encontram, separações repentinas da mãe ou de seu substituto (a) podem acarretar transtornos psíquicos futuros. A descontinuidade abrupta de cuidados, toques, tom das falas, entre outros signos de comunicação reconhecidos pelo bebê, levando-se em consideração que é por meio deles que a criança se sente reconhecida, pode interferir, negativamente, no seu processo evolutivo.

No caso dos bebês da creche estudada, além de sofrerem o corte com a figura maternal, passam a ser cuidados por poucas mulheres, em relação ao número de crianças por elas atendidas. Ambiente estranho! Mulheres e crianças também estranhas com as quais, de forma intempestiva, os bebês passam a conviver e a receber cuidados. Mulheres despreparadas para entender e atender aos seus incessantes apelos e através da única via possível de comunicação: choro, gritos, passividade, agressividade, anorexia, entre outros comportamentos e reações referidos pelas entrevistadas. Apesar da estranheza inicial experimentada pelo bebê ao ingressar na creche, associada a pouca formação técnica e o número elevado de bebês atendidos por berçarista, pode-se inferir que o contato direto com os demais bebês, atenua as dificuldades a serem experimentadas em tais circunstâncias.

Afirmou-se, no início desta conclusão, que se chegaria ao final deste trabalho com mais questões do que as que foram feitas inicialmente. Porém, se há uma certeza compartilhada por todos quantos tratam do assunto, independentemente da área do conhecimento, é da importância da creche para a mãe e para a criança na sociedade ocidental contemporânea. Entretanto, quando se trata, sobretudo, de bebês algumas exigências e especificidades devem ser consideradas pela Instituição Creche. De

acordo com a literatura revisada, com o Projeto Pedagógico de Educação Infantil e com as falas das mães e berçaristas entrevistadas, enumerou-se algumas considerações a serem observadas pelas creches, principalmente com as turmas do Berçário I e II.

O bebê vai ao berçário: sugestões para o processo de adaptação

O período de adaptação do bebê à creche corresponde aos primeiros tempos em que ele passa a frequentar um novo ambiente e não tem prazo pré-determinado para que a adaptação se processe. Varia de acordo com cada criança, com a mãe ou seu substituto (a) e com a forma de acolhimento da creche, em especial da berçarista. Embora o bebê se constitua no personagem central dessa nova experiência, a mãe ou seu substituto (a) e a Instituição desempenham um papel fundamental nesse processo. Ao chegar na nova 'casa', o bebê, mesmo imaturo, traz consigo uma bagagem carregada de significações, histórias, hábitos, rotinas e vinculações afetivas.

A mãe, por sua vez, traz consigo um arsenal de histórias, experiências, valores, cultura e hábitos adquiridos ao longo de sua existência. A bagagem materna é, por vezes, permeada por fantasias, inseguranças e culpa, vivências essas observadas não apenas nas mães aqui representadas, nem mesmo na maioria das mães brasileiras. Tais vivências foram referidas na literatura estudada, sobretudo na pesquisa realizada na França (MAGALHÃES, 1992), já comentada no segundo capítulo deste estudo.

Esses dois personagens são recebidos na Instituição pelas berçaristas que, via de regra, nada sabem sobre os novos 'hóspedes' que irão acolher. Elas também trazem consigo suas histórias de vida, vivências afetivas, sociais e culturais. Tal como as mães, a bagagem trazida pela berçarista, não raro, inclui inseguranças, fantasias e culpa. As berçaristas da creche estudada também deixavam seus próprios filhos (as) aos cuidados de terceiros, para exercerem essa função.

Trata-se de um encontro de desconhecidos que, a partir daquele momento, passarão a conviver diariamente com certa intimidade, principalmente, o bebê e as berçaristas. Consequentemente, é imprescindível que, nos primeiros dias, mãe, bebê e berçarista passem a conviver durante algum tempo na rotina da creche. Apesar de não existir uma indicação precisa de tempo para o processo de adaptação, em face das diferenças singulares entre os bebês e de suas mães, é possível estimar-se um

período mínimo para que se estabeleça uma relação cordial e franca entre a mãe e a berçarista e que propicie, sobretudo, as primeiras aproximações entre esta e o bebê.

Pode-se imaginar que, tal como acontece com a mãe e o recém-nascido, a berçarista e o bebê necessitem de um tempo para que se iniciem os primeiros vestígios de comunicação e trocas. Esse tempo poderá possibilitar, pouco a pouco, uma sintonia e a formação de vínculos imprescindíveis para a relação entre os bebê e as berçaristas, bem como entre eles próprios.

Considerando, então, a importância de um período de tempo, mesmo curto, para que se efetive uma adaptação minimamente razoável entre os atores envolvidos na creche, bebê-berçarista-mãe, passo a pontuar a seguir, algumas indicações a serem observadas pela creche estudada e possivelmente para outras que não atentem para a inclusão de um processo de adaptação do bebê à creche, que inclua a mãe ou substituto (a). Vale salientar que a ideia de elaborar algumas considerações com vistas a dirimir as dificuldades e tensões experimentadas pela tríade, principalmente o bebê, decorreram dos conhecimentos das teorias estudadas, das falas das entrevistadas e da minha formação teórica e experiência pessoal como psicanalista de crianças, incluindo bebês.

Tais considerações visam a facilitar o processo inicial de adaptação do bebê à creche e a troca contínua de informações acerca da rotina da creche e do desenvolvimento global do bebê:

- 1- Seleção criteriosa, via concurso público, das berçaristas, bem como a capacitação continuada dessas, com o olhar direcionado para a especificidade da clientela: os bebês;
- 2- Número máximo de três bebês por berçarista;
- 3- Contato prévio entre mães e berçaristas, para que sejam trocadas informações importantes sobre a rotina e funcionamento da creche, sobre as particularidades – rotina, gosto, hábitos, sono, alimentação, saúde, etc. – do bebê, e que também favoreçam o início da instalação de uma relação confiante e espontânea entre ambas;
- 4- Durante o tempo mínimo de uma semana da inserção do bebê na creche, a mãe ou substituto (a) ou ainda um outro familiar / conhecido que conviva com o bebê esteja presente nesse período de transição;
- 5- A distribuição prévia de um calendário de reuniões que considere o horário da jornada de trabalho da maioria dos pais, no sentido de promover e

aprofundar um diálogo entre as partes acerca da rotina da creche e das aquisições ou dificuldades dos bebês;

- 6- A inclusão na equipe de um (a) profissional de enfermagem, para o atendimento dos primeiros socorros e de pequenas intercorrências comuns a essa faixa etária.
- 7- Escuta mais acurada acerca das dificuldades maternas ou do (a) substituto (a);
- 8- Garantir o que prevê a LBDEN/1996, em relação à admissão de bebês a partir dos quatro meses de idade em todas as creches públicas.

As considerações anteriormente apresentadas não têm a pretensão de se constituírem em um projeto de adaptação inovador ou de esboçarem um programa de prevenção de transtornos psicossociais para as crianças frequentadoras de creches. Tampouco abrangem todas as necessidades e dificuldades expressas pelas mães e berçaristas ao longo das entrevistas. Mas, ao concluir-se esse estudo, pela ênfase e relevância do tema, pretende-se lembrar de que ele não repercute apenas junto ao pequeno grupo de mães, berçaristas e crianças da creche estudada.

Apesar dos limites desta pesquisa, pode-se inferir que a prática observada na creche Maria Tereza de Sousa Leite é passível de ser estendida à grande maioria das Instituições Educativas públicas, que acolhem crianças nessa faixa etária, na realidade brasileira. Da mesma forma, a atenção dada a essas questões acaba se constituindo em um ganho em cuidado à criança em geral e, muito particularmente, àquela faixa etária, em que se assentam as bases do desenvolvimento futuro.

REFERÊNCIAS

AINSWORTH, M. The development of infant-mother interaction among Ganda. In: FOSS, B. M. (Org). **Determinants of infant behavior**. New York: Wiley. p. 67-104, 1963.

ALMEIDA, J. S. Mulheres na Educação: missão, vocação e destino? A feminização do magistério ao longo do século XX. IN: SAVIANI, D. *et al.* **O legado educacional do século XX**. Campinas, SP: Autores Associados.

ALVES, R. C. P.; VERÍSSIMO, M. De La O. R. Os educadores de creche e o conflito entre cuidar e educar. **Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano**, v.17, n.1, p.13-25, Abr. 2007.

ANDRÉ, J; CHABERT, C.(Orgs). **O esquecimento do pai**. São Paulo: Edusp. 2008.

ARIÈS, P. **L'enfant et la vie familiale sous l'ancien régime**. Paris: Plon, 1960.

AUBRY, J. **Psicanálise de crianças separadas – Estudos clínicos (1955)**. São Paulo: Companhia de Freud, 2004. 400p.

AZEVEDO, K.R.; ARRAIS, A.R. O mito da mãe exclusiva e seu impacto na depressão pós-parto. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 19, v. 2, p. 269-276, 2005.

BADINTER, E. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BADINTER, E. **XY: sobre a identidade masculina**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

BAHIA, C. C.S.; MAGALHÃES, C.M.C.; PONTES, F.A.R. A relação creche-família na visão de professoras e mães usuárias. **Revista Ibero Americana de Estudos em Educação**, v. 6, n. 2, 2011.

BAHIA, C.C.S. **O pensar e o fazer na creche**: um estudo a partir de crenças de mães e professoras. 2008. 240 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Teoria de Pesquisa do Comportamento, Belém, 2008.

BEAUVOIR, S. **Na Força da Idade**, V.I. Tradução Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1961.

BEAUVOIR, S. **O Segundo Sexo (1949)**. V.I, II. Tradução Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BETTELHEIM, B. **A psicanálise dos Contos de Fadas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

BHERING, E; DE NEZ, T. B. Envolvimento de pais em Creche: Possibilidades e dificuldades de parceria. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Vol. 18, nº 1, 2002.

BLEICHMAR, S. **A fundação do inconsciente: Destinos de pulsão, destino do sujeito**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1994.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação**. Porto: Porto Editora, 1994.

BÓGUS, C; NOGUEIRA – MARTINS, M; MORAES, D; TADDEI, J.A. Cuidados oferecidos pelas creches: percepções de mães e cuidadoras. **Revista de Nutrição, Campinas, 20 (5): set/out. 2007**.

BOWLBY, J. **Uma base segura: Aplicações clínicas da teoria do apego**. Porto Alegre: Artes Médicas. 1989.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federal do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Imprensa Oficial. Brasília, DF, 1988.

BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de Julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. In: Tito R. Criança e paz. Brasília (DF): Centro Gráfico do Senado Federal; 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Acesso em: 31 de março de 2016.

BRASIL. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDBEN, 1996 Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil. Brasília (DF); 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil / Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB, 2010. 36 p.

BRITO, A. X.; LEONARDOS, A. C. A identidade das pesquisas qualitativas: construção de um quadro analítico. **Cadernos de Pesquisa**, n. 113, p. 7-38, jul. 2001.

BUSS-SIMÃO, M. Infância, Corpo, Docência e a Ética do Cuidado de Si. **Childhood & Philosophy**, Rio de Janeiro, v.6, n.12, jul./dez.2010.

CALDANA, R.H.L. A Educação de Filhos em Camadas Médias: Transformações no Ideário e Orientação de Pais. **Temas em Psicologia**, n. 1, p. 109- 121, 1995.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, E. **Vocabulário de Foucault**: Um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. 2. ed. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2016. 480p.

CATALDI, M.C.C. **Modificações sociais e participação da mulher no mercado de trabalho**. In: Gayotto, M.L.C. (org.). Creches: Desafios e contradições da criação da criança pequena. São Paulo: Ícone, 1992.

CERISARA, A. B. **Professoras de educação infantil: entre o feminino e o profissional**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

CHATEL, M. M. **Mal-estar na procriação**: as mulheres e a medicina da reprodução. Rio de Janeiro: Campo Matêmico. 1995.

CHAVES, E.O.C. O Liberalismo na política, economia e sociedade e suas implicações para a Educação: uma defesa. IN: LOMBARDI, J. C; SANFELICE, L.J. **Liberalismo e educação em debate**. SP: autores associados, HISTEDBR, 2007.

CORSO, D. L; CORSO, M. **A psicanálise na Terra do Nunca**: ensaios sobre a fantasia. Porto Alegre: Penso, 2011. 328 p.

COSTA, J.F. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

DEBRAY, R. **Bebês e mães em revolta: tratamentos psicanalíticos conjuntos dos desequilíbrios psicossomáticos precoces**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

DE LAMARE, R. **A vida do Bebê**. 43. ed. Rio de Janeiro: Agir, 2014. 720 p.

DELAISE De PARSEVAL, G. **La part du père**. Paris: Le Seuil. Nova ed., 1998.

DEUTSCHE H. **La psychologie des femmes**. Paris: Quadrige, PUF, Vol. II, 1987.

DIATKINE, R.; SIMON, J.; LÉBOVICI, S. **La psychanalyse précoce**: le processus analytique chez l'enfant. 1. ed. Paris: Presses Universitaires de France, 1972. 422p.

DIDONET, V. **Creche**: a que veio, para onde vai. In: Educação Infantil: a creche, um bom começo. Em Aberto/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. v. 18, n. 73. Brasília, 2001. p.11-28.

DOLTO, F. **O caso Dominique**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar. 1981.

DOLTO, F. **Psicanálise e pediatria**. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan. 1988.

DONZELOT, J. **A Polícia das Famílias**. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

DURKHEIM, E. **La famille conjugale (1892)**. Texte extrait de la Revue philosophique, 90, 1921, pp. 9 à 14. Publication posthume d'un cours professé en 1892. Texte reproduit in Émile Durkheim, Textes. 3. Fonctions sociales et institutions (pp. 35 a 49). Paris: Les Éditions de Minuit, 1975, 570 pages. Collection: Le sens commun. Editora Thomson. 2002.

FALCK, D.; WAGNER, A. Mães e madrastas: mitos sociais e auto-conceito. **Estudos de Psicologia**, v. 5, n. 2, p. 421-441, 2000.

FARIA, A.L.G. de. O espaço físico como um dos elementos fundamentais para uma pedagogia da educação infantil. In: A.L.G. de Faria & M.S. Palhares (Orgs.), Educação Infantil pós LDB: rumos e desafios (pp.67-98). Campinas: Autores Associados – FE/UNICAMP; Florianópolis: UFSC; São Carlos: UFSCar. 1999.

FARIA, A.L.G. de. Pequena infância, educação e gênero: subsídios para um estado da arte. **Cad. Pagu [online]**, v. 26, p. 279-287, 2006.

FIGUEIREDO, L. C. **As diversas faces do cuidar**. Novos ensaios de psicanálise contemporânea. São Paulo: Escuta, 2009, 220 p.

FORNA, A. **Mãe de todos os mitos: como a sociedade modela e reprime as mães**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.

FOUCAULT, M. **Histoire de la sexualité**: La volonté de savoir. Paris: Gallimard, vol.1,1976.

FOUCAULT, M. **Histoire de la sexualité: O cuidado de si**. Rio de Janeiro: Edições Graal, vol. 3, 1985.

FREUD, A.; BURLINGHAM, D. **Enfants sans familles**. Paris, PUF, 1947.

FREUD, S. **A Interpretação de sonhos** (1900). Rio de Janeiro: Imago, 1987.

FREUD, S. **Três ensaios sobre a teoria da sexualidade infantil (1905)**. Rio de Janeiro: Imago Editora. 2002.

FREUD, S.; Breuer, J. **Estudos sobre a histeria. Volume II (1893-1895)**. Rio de Janeiro: Imago Editora. 1996. 352p.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

GONZÁLEZ REY, F. Epistemología cualitativa: sus implicaciones metodológicas. **Psicologia Revista**, São Paulo, v. 5, p. 13-32, 1997.

GONZÁLEZ REY, F. **La investigación cualitativa en psicología: rumbos y desafíos**. Ediciones Paraninfo. 2000. 123p.

GONZÁLEZ REY, F. **Sujeto y subjetividad: una aproximación histórico-cultural**. México, 2002.

GRISCI, C. L. I. **Mulher-mãe: a ideologia patriarcal na reprodução das relações de gênero**. 1994. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1994.

GUIMARÃES, D. **Relações entre adultos e crianças no berçário de uma creche pública na cidade do Rio de Janeiro: técnicas corporais, responsividade, cuidado**. 2008. Tese (Doutorado em educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

HADDAD, L. A. Relação creche família: relato de uma experiência. **Cadernos de Pesquisa**, n.60, p.60-78, fev. 1987.

HILFERDING, M.; PINHEIRO, T; VIANNA, H.B. **As bases do amor materno**. São Paulo: Ed. Escuta. 1991.

HURSTEL, F. (1997). Identité masculine, inversion des rôles parentaux, fonction paternelle, **ENFANCE**, 3, p. 411-423, 1997.

IBGE. **Censo demográfico 2000: Famílias e domicílios**, Rio de Janeiro, 2000. 200p. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/87/cd_2000_familias_domicilios_amostra.pdf. Acesso em: 14 de abril de 2016.

IBGE. **Censo demográfico 2010: Famílias e domicílios**, Rio de Janeiro, 2010. 203p. Disponível em: <http://loja.ibge.gov.br/censo-demografico-2010-familias-e-domicilios.html>. Acesso em: 14 de abril de 2016.

KLEIN, M. En observant Le comportement des nourrissons. **Devenir (Revue Europeenne du development de l'enfant. Vol.2)** Paris, 1952.

KLEIN, M. **La psychanalyse des enfants (1932)**. Paris: PUF, 1969.

KLEIN, M. **The Psycho-analysis Of Children**. 6. ed. London: The Hogarth Press, 1959. 393p.

KRAMER, S. **A Formação do profissional de educação infantil: questões e tensões**. In: MACHADO, M. L. A. (org.) Encontros e desencontros em educação infantil. São Paulo: Cortez, 2002. p.117-32.

KREISIER, L. **Le Nouvel Enfant du Desordre Psychosomatique**. Paris: Privat. 1987.

KREISIER, L. **L'enfant psychosomatique**. Paris: PUF, 1976.

KUHLMANN JUNIOR, M. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre: Mediação. 1998.

KUHLMANN JUNIOR., M. O jardim de infância e a educação das crianças pobres: final do século XIX, início do século XX. In: MONARCA, C. (Org.). **Educação da infância brasileira: 1875-1983**. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

LACAN, J. **Os complexos familiares na formação do indivíduo, ensaio de análise de uma função em Psicologia (1938)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

LAMOUR, M. Construir conjuntamente a paternidade: uma experiência de pesquisa, ação e formação na creche. In: André, J.; Chabert, C. **O esquecimento do pai**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

LAMOUR, M. Jamais deux sans trois. **Dialogue**, 130, p 27-40, 1995.

LAPLANCHE, J. **Nouveaux fondements pour la psychanalyse. La seduction originaire.** Paris, PUF, 1987

LAPLANCHE, J. **Sexual. La sexualité élargie dans le sens freudien.** Paris, Quadrige PUF, 2007.

LEBOVICI, S. **A mãe, o bebê e o psicanalista.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

LEBOVICI, S. **Le nourrisson, La mere et le psychanalyste:** les interactions précoces. Paris: Centurion, 1983.

LEBRUN, J. P. Paradoxos da parentalidade. **Revista Mente & Cérebro**, n.2, fev. 2010.

LEFÈVRE, F.; LEFÈVRE, A. M. C; TEIXEIRA, J. J. V. **O discurso do sujeito coletivo: uma nova abordagem metodológica em pesquisa qualitativa.** Caxias do Sul: EDUCS, 2000.

LOURO, G. L. Mulheres na sala de aula. IN: PRIORE, M. D. **História das mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2001.

LOSSO, R. O mito do amor materno, uma crítica. **Entrevista com a filósofa Elisabeth Badinter.** Portal IG, São Paulo, 2011.

MACÊDO, L. C. de; DIAS, A. A. A política de financiamento da educação no Brasil e a Educação Infantil, **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 27, n. 2, mai./ago. 2011.

MACHADO, T.P. **Creche universitária: um sonho que se fez realidade.** Londrina: UEL, 1997.

MACIEL, M.R. A creche como um terceiro, **Inter-Ação**, Goiânia, v. 35. N° 2, p. 405-413, jul/dez. 2010.

MAGALHÃES, H. Travail hors-foyer et separation mère-bébé (mimeo). **Diplôme D'études Approfondies de Psychologie Clinique, Psychopathologie et Psychanalyse.** Paris V – Sorbonne, 1992.

MAHLER, M. **As psicoses infantis e outros estudos.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1983.

MANNONI, M. **A primeira entrevista em psicanálise**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1980.

MARANHÃO, D.G. **O cuidado como elo entre saúde e educação**. Caderno de Pesquisa. v. 111, p. 115-133, 2000.

MARIOTTO, R.M.M. **Cuidar, educar e prevenir**: as funções da creche na subjetivação de bebês. São Paulo: Escuta, 2009.

MARIOTTO, R.M.M. **Atender, cuidar e prevenir**: a creche, a educação e a psicanálise. revistaestilosdaclínica@usp.br. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2012, São Paulo.

MARTINS FILHO, J. **A criança terceirizada** - Os descaminhos das relações familiares no mundo contemporâneo. Campinas, SP: Papirus Editora, 2015.

MERISSE, A. Origens das instituições de atendimento à criança pequena: o caso das creches. In: MERISSE, A. et. al. **Lugares da infância**. São Paulo: Arte e Ciência, 1997.

MINAYO, M.C.S. **O Desafio do conhecimento, pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo/ Rio de Janeiro: Hucitec/ABRASCO, 1992.

MIZRAHI, B.G. **A vida criativa em Winnicott**: um contraponto ao biopoder e ao desamparo no contexto contemporâneo. 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

MOLLO-BOUVIER, S. De l'école aux vacances, prolègomènes à une analyse sociologique des enfants. **Revue Française de Pédagogie**, Paris, n. 106, p. 79-90, 1994.

MOLLO-BOUVIER, S. Transformação dos Modos de Socialização das crianças: Uma abordagem sociológica. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 26, n. 91, p. 391-403, Maio/Agosto. 2005. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 25 mai. 2016

MOREL, C. M. T. M. **Creche**: de lugar de abandono a espaço educativo. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Psicologia da Educação, Fundação Getúlio Vargas Instituto de Estudos Avançados em Educação, Rio de Janeiro, 1991.

MORO, C. S.; GOMIDE, P. I. C. O conceito de infância na perspectiva de mães usuárias e não usuárias de creche. **Paidéia**, v. 13, n. 26, p. 171-180, 2003.

MOURA; S.M.S.R.; ARAÚJO, M.F. Produção de sentidos sobre a maternidade: uma experiência no programa mãe canguru. **Psicologia em Estudo**, v. 10, n. 1, p. 37-46, 2005.

OGIDO, R.; SCHOR, N. A jovem mãe e o mercado de trabalho. **Saúde Soc. São Paulo**, v. 21, n. 4, p. 1044-1055, 2012.

OLIVEIRA, C.M. Método e sociologia em Weber: alguns conceitos fundamentais. **Revista Eletrônica Inter-Legere**, n. 3, 2008.

OLIVEIRA, Z. M.; MELLO, A. M.; VITÓRIA, T.; ROSSETTI-FERREIRA, M. C. **Creches: Crianças, faz de conta & cia.** 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. 128p.

PACHECO, A.L.P.B.; DUPRET, L. Creche: desenvolvimento ou sobrevivência? **Revista de Psicologia USP**, v. 15, n. 3, p. 103-106, 2004.

PARAÍBA. Prefeitura Municipal de João Pessoa. **Plano Municipal de Educação de João Pessoa (2015-2025)**. Secretaria de Educação e Cultura, Conselho Municipal De Educação. – João Pessoa, 2015.

PARKER, R. **A mãe dividida: a experiência da ambivalência na maternidade.** Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

PASCHOAL, J.D.; MACHADO, M.C.G. A história da educação infantil no Brasil: avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 33, 2009.

RAPPAPORT, A.; PICCININI, C. A. O Ingresso e Adaptação de Bebês e Crianças Pequenas à Creche: Alguns Aspectos Críticos. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 14, n.1, p. 81-95, 2001.

RIBEAUD, M. C. **La Maternité En Milieu Sous-prolétaire.** Stock, 1979.

RIZZO, G. **Creche: organização, montagem e funcionamento.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1984.

ROSEMBERG, F. Avaliação de programas, indicadores e projetos em educação infantil. In: **Revista Brasileira de Educação**, n.16, p. 19 – 26, jan/fev/mar, 2001.

ROSSETTI-FERREIRA, M. C.; RAMON, F.; SILVA, A. P. S. Políticas de atendimento à criança pequena nos países em desenvolvimento. **Cadernos de Pesquisa.** Fundação Carlos Chagas. São Paulo: Autores Associados, n. 115, p. 65-100, mar., 2002.

ROUDINESCO, E. **A família em desordem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

ROUDINESCO, E. **Por que a Psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

RUIZ, J. S. **O surgimento da creche**: uma construção social e histórica. V Encontro Brasileiro de Educação e Marxismo. Marxismo, Educação e Emancipação Humana. Abril, 2011. UFSC – Florianópolis.

SARTORI, E. Reflexões sobre relações de gênero, família e trabalho da mulher: desigualdades, avanços e impasses. **Cadernos CERU**, série 2, v. 15, 2004.

SCOTT, J. W. El problema de la invisibilidad. In: ESCANDÓN, C.R. (Org.) **Gênero e História**. México: Instituto Mora/UAM, 1989.

SERRURIER, C. **Elogio às mães más**. São Paulo, SP: Summus. 1993.

SHORE, R. **Repensando o cérebro**: novas visões sobre o desenvolvimento inicial do cérebro. Porto Alegre: Mercado Aberto; 2000.

SIQUEIRA, M. J. T. Sobre o trabalho das mulheres: contribuições segundo uma analítica de gênero. **Revista Psicologia Organizações e Trabalho**, v. 2, n. 1. Jan./Junho. 2002.

SPITZ, R. **El primer ano de vida del niño (1958)**. Madrid: Aguilar, 1975. 136p.

TOURAINÉ, A. **O mundo das mulheres**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes. 2007.

TRINDADE, Z. A. Concepções de maternidade e paternidade: o convívio atual com fantasmas do século XVIII. In: SOUSA, L. de; FREITAS, M.F.Q; RODRIGUES, M.M.P. (Orgs.) **Psicologia**: reflexões (im)pertinentes. São Paulo: Casa do Psicólogo, p. 129-155, 1998.

VERÍSSIMO, M.L.O.R. O desenvolvimento infantil e o cuidado da criança pela família. In: Secretaria Municipal de Saúde, Programa Saúde da Família. **Nossas crianças**: janelas de oportunidades. São Paulo, p. 31-36, 2002.

WEBER, F. Lares de cuidado e linha de sucessão: algumas indicações etnográficas na França, hoje. **MANA**, v. 12, n. 2, p. 479-502, 2006.

WEBER, M. **Metodologia das Ciências Sociais**, Parte 2. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1992.

WINNICOTT, D. W. A Preocupação Materna Primária. In: WINNICOTT, D. W. **Da Pediatria à Psicanálise Obras Escolhidas**. Trad. Davy Bogomoletz. Rio de Janeiro: Imago, 2000, pp. 399-405. (Trabalho originalmente publicado em The Psychoanalytic Study of Child, vol. 9, sob o título: 'Problems of infantile Neurosis' em 1956).

WINNICOTT, D.W. **Le père (1944)**. In: L'Enfant et sa famille. Paris: Payot, 1989.

WINNICOTT, D.W. **Os bebês e suas mães**. 1. ed. brasileira. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

ANEXO A – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

CERTIDÃO

Certifico que o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba – CEP/CCS aprovou por unanimidade na 2ª Reunião realizada no dia 17/03/2016, o Projeto de pesquisa intitulado: **“A INVENÇÃO DA CRECHE E A NOVA FAMÍLIA: UM OLHAR SOCIOLÓGICO SOBRE A RELAÇÃO DAS USUÁRIAS E FUNCIONÁRIAS DE CREI”**, da pesquisadora Hélida Magalhães. Prot. nº 018/16. CAAE: 53234516.7.0000.5188.

Outrossim, informo que a autorização para posterior publicação fica condicionada à apresentação do resumo do estudo proposto à apreciação do Comitê.


Teresa Cristina Cunha
Mat. SIAPE 0331417
CEP-CCS-UFPB

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Senhor (a)

Esta pesquisa é sobre **A Invenção da creche e a nova família: um olhar sociológico sobre a relação das usuárias e funcionárias de CREI** e está sendo desenvolvida pela pesquisadora Héliida Magalhães da Costa Lima, aluna do doutorado em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, sob a orientação do professor Dr. Adriano de León.

O objetivo principal do estudo é avaliar as mudanças sociais na formação da família contemporânea em relação às mães usuárias de creches e as relações das berçaristas com o trabalho.

A finalidade deste trabalho é contribuir para entender melhor a experiência de separação no seio da relação primária entre a mãe e seu filho, quando se aborda a questão da colocação de uma criança na creche.

Um dos benefícios proporcionados pelo presente estudo será captar a partir do discurso das mães e das funcionárias – berçaristas – as percepções subjetivas e objetivas sobre a creche.

Solicitamos a sua colaboração para a realização de entrevistas, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de saúde e publicar em revista científica. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo. Informamos que essa pesquisa não oferece riscos, previsíveis, para a sua saúde, uma vez que ela consistirá em responder perguntas de uma entrevista semiestruturada. Entretanto, respeitando-se os preceitos éticos, caso você venha a sentir qualquer incômodo ou dano ocasionado pela coleta de dados desta pesquisa, ela será imediatamente interrompida. Apesar da existência de riscos mínimos de desconforto ou constrangimento na coleta de dados, os benefícios oferecidos serão superiores. As entrevistas serão realizadas exclusivamente pela aluna pesquisadora em um local reservado na própria Creche (CREI), a fim de evitar e/ou minimizar o seu possível constrangimento em recusar a participação no estudo. As entrevistas serão gravadas e cada participante será identificado por um número, para garantir que não haverá a sua identificação por terceiros, evitando qualquer constrangimento ou desconforto em relação às respostas emitidas.

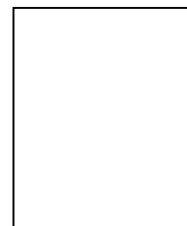
Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador(a). Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento

desistir dessa participação, não sofrerá nenhum dano, nem haverá modificação na assistência que vem recebendo na Instituição.

Os pesquisadores estarão à sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente de que receberei uma cópia desse documento.

Assinatura do Participante da Pesquisa
ou Responsável Legal



Espaço para impressão
Dactiloscópica

Assinatura da Testemunha

Contato do Pesquisador (a) Responsável:

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para a pesquisadora Hélida Magalhães da Costa Lima

Endereço: Rua Severino Nicolau de Melo, 225

Telefone: (83) 999822822

Email: magalhaes.helida@gmail.com

Ou

Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba Campus I - Cidade Universitária – 1.º Andar – CEP 58051-900 – João Pessoa/PB

☎ (83) 3216-7791 – E-mail: eticaccsufpb@hotmail.com

Atenciosamente,

Assinatura do Pesquisador Responsável

Assinatura do Pesquisador Participante

APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

1. Dados biográficos

Idade:

Profissão:

Escolaridade:

2. Eixos Temáticos em relação às mães

2.1. História de vida pessoal das mães ou responsáveis pelo bebê

- Relacionamento conjugal
- Experiência com a maternidade
- Relacionamento familiar (filhos e parentes próximos)
- Relação com o bebê da pesquisa

2.2. Atividades da mãe relacionadas ao trabalho

- Tipo de atividade desenvolvida no período da permanência do bebê no CREI
- Nível de satisfação com a atividade: aspectos subjetivos e objetivos
- Participação ou apoio do cônjuge ou companheiro e dos familiares, na realização da atividade
- Qualidade do relacionamento com terceiros diretos ou indiretos ligados à atividade desenvolvida

2.3. Concepções e relacionamento com o CREI

- Escolha do CREI
- Aspectos positivos e negativos da estrutura do CREI
- Considerações sobre o serviço prestado
- Relacionamento com a instituição e as funcionárias que trabalham direta ou indiretamente com os bebês
- Participação das mães ou responsáveis na vida do CREI
- Expectativas sobre o exercício do cuidar no CREI

- Sugestões

3. Em relação às funcionárias que se ocupam dos bebês

- Como foram integradas ao CREI
- Tempo de atuação e qualidade do vínculo com a instituição
- Dados sobre a vida pessoal: estado civil; escolaridade, número de filhos
- Realização/satisfação com o trabalho desenvolvido no CREI
- Condições de trabalho oferecidas
- Relacionamento com as mães e os bebês atendidos
- Qualidade da comunicação com os superiores direto (Coordenação do CREI) e indireto (Secretaria de Educação do Município)
- Relacionamento com os seus pares (berçaristas e professoras)
- Participação ou apoio de familiares para a realização da atividade profissional
- Sugestões

O breve passeio histórico até aqui exposto neste trabalho retrata mudanças ocorridas desde a concepção até o funcionamento da Instituição creche no mundo ocidental. Da mesma forma, é incontestável a importância das lutas feministas neste cenário, independentemente das sociedades e das classes sociais. Todavia, ainda há muito a ser conquistado, sobretudo no que tange às relações de gênero. Por exemplo, a prevalência de mulheres no quadro de funcionários de creches, bem como o envolvimento predominante das mães na Instituição parecem confirmar o senso comum de que “cuidar de bebê é coisa de mulher”. Guardadas as devidas proporções, a predominância feminina numa creche francesa pesquisada (MAGALHÃES, 1992) não parece dissonante da creche objeto do presente estudo.